

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**AS INTERPRETAÇÕES MARXISTAS DA CRISE ECONÔMICA ATUAL:
UMA ANÁLISE COM BASE NA TEORIA DAS CRISES DE MARX**

FLÁVIO FERREIRA DE MIRANDA

RIO DE JANEIRO

NOVEMBRO 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**AS INTERPRETAÇÕES MARXISTAS DA CRISE ECONÔMICA ATUAL:
UMA ANÁLISE COM BASE NA TEORIA DAS CRISES DE MARX**

FLÁVIO FERREIRA DE MIRANDA

ORIENTADOR: PROF. DR. REINALDO GONÇALVES

RIO DE JANEIRO

NOVEMBRO 2011

FLÁVIO FERREIRA DE MIRANDA

**AS INTERPRETAÇÕES MARXISTAS DA CRISE ECONÔMICA ATUAL:
UMA ANÁLISE COM BASE NA TEORIA DAS CRISES DE MARX**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MESTRE em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:



Professor Dr. Reinaldo Gonçalves – Orientador



Professor Dr. Alexis Saludjian



Professora Dr. Marcelo Dias Carcanholo

RIO DE JANEIRO

NOVEMBRO 2011

FICHA CATALOGRÁFICA

M672 Miranda, Flávio Ferreira de.

As interpretações marxistas da crise econômica atual : uma análise com base na teoria das crises de Marx / Flávio Ferreira de Miranda. – 2011.

157 f. : il. ; 31 cm.

Orientador: Reinaldo Gonçalves.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2011.

Bibliografia: f. 153 - 157.

1. Marxismo. 2. Crise econômica. 3. Acumulação de capital. I. Gonçalves, Reinaldo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 335.412

Agradecimentos

Ao Prof. Reinaldo Gonçalves, orientador desta dissertação, sempre disposto a ajudar, paciente e com dicas valiosíssimas que transcendem o escopo de um trabalho como este e mesmo a vida acadêmica.

Aos meus pais, Mário e Márcia, e ao meu irmão Rafael. Sem os quais não seria possível mesmo pensar em seguir carreira acadêmica, mostrando-se sempre dispostos a ajudar nos momentos mais difíceis deste caminho que apenas se inicia.

Aos professores da Faculdade de Economia da UFF que me apresentaram à teoria social de Marx e marxistas, tanto em sala de aula, quanto em grupos de estudo: Marcelo Carcanholo, grande inspirador e contribuinte deste trabalho; João Leonardo Medeiros; Mario Duayer; André Guimarães Augusto; Paulo Henrique Furtado; Lérica Povoleri; e Alice Helga Werner.

Aos amigos Rômulo, Hugo, Bianca, Henrique, Maracajaro, Eduardo, Rodrigo, Wellington, Paula e Renata, companheiros nos grupos de estudo, parceiros nesta caminhada.

Aos professores e funcionários do Instituto de Economia da UFRJ e à Professora Nazira Camely, da UFF, por ter se colocado a disposição para me ajudar em momentos de grande aflição.

Ao Grupo Tá na Rua de teatro. Especialmente a Amir Haddad, grande responsável por uma linguagem teatral realmente popular e revolucionária e a Miguel Campelo, mestre e fonte de inspiração para os primeiríssimos passos nesta arte. Não esquecendo, contudo, dos demais integrantes desse grupo (muitos para citar) que não apenas representou uma importantíssima válvula de escape nos momentos de tensão, como abriu as portas de um novo mundo de possibilidades artísticas e de militância contra-hegemônica.

Aos meus alunos na Faculdade de Economia da UFF.

Aos meus grandes e verdadeiros amigos.

AS INTERPRETAÇÕES MARXISTAS DA CRISE ECONÔMICA ATUAL: UMA ANÁLISE COM BASE NA TEORIA DAS CRISES DE MARX

RESUMO: A crise que assola a economia mundial desde 2007 deu margem às mais variadas interpretações a respeito de seu significado e de suas causas. Acredita-se, contudo, que a teoria social de Marx corresponde, até os dias de hoje, a mais poderosa ferramenta teórica em termos de capacidade explanatória dos fenômenos concretos. Nesse sentido, pretende-se, neste trabalho, analisar como teóricos sociais inspirados em Marx avaliaram os acontecimentos recentes, em especial a forma histórica do processo de acumulação de capital iniciado na década de 70 que culminou na crise atual. Em especial, pretende-se analisar a forma como se utilizou a teoria de Marx, isto é, comprovar se estas leituras foram capazes de aproveitar seu fecundo ponto de partida teórico em todo seu potencial explanatório. Acredita-se que interpretar a crise atual a partir da lógica de acumulação de capital fictício, característica desta fase histórica de acumulação de capital, corresponda à leitura marxista oferecida, dentre tantas, para a crise atual, como maior capacidade explanatória. Para comprovar sintetiza-se a noção de Marx sobre as crises cíclicas do capitalismo, apresenta-se diferentes interpretações marxistas, para, posteriormente, avaliar qual delas utiliza melhor as categorias da *Crítica da Economia Política*.

Palavras-chave: Marx, lei do valor, crises cíclicas, capital fictício

**MARXIST INTERPRETATIONS ON THE CURRENT ECONOMIC CRISIS:
AN ANALYSIS BASED ON MARX'S THEORY OF CRISIS**

ABSTRACT: The economic crisis that began in 2007 gave rise to a variety of interpretations on its significance and causes. However, we believe that till our days Marx's social theory corresponds to the best theoretical tool to understand concrete phenomena. In this sense, we intend to analyse how social theorists inspired in Marx saw the current developments, more specifically, the historical form of accumulation of capital that began in the 1970's and gave rise to this crisis. It is our aim to analyse if those theorists were able to use Marxian theory in its full explanatory potential. We believe that, in this sense, interpreting this crisis through the dialectical logic of fictitious capital accumulation is the best way in terms of explanatory power. To prove it, we offer a synthesis of Marxian theory of crises, present different Marxist explanations for this crisis and, finally, check which of those interpretations fit best in Marxian theory.

Key-words: Marx, law of value, cyclical crisis, fictitious capital

SUMÁRIO

Introdução.....	9
CAPÍTULO 1 – As Crises Econômicas na Análise de Marx.....	14
1.1 Conteúdo.....	15
1.1.1 Conteúdo em sua forma mais abstrata: a crise como possibilidade.....	21
1.1.2 Capital como barreira para o capital: a crise como realidade.....	26
1.1.2.1 Tendência à produção ilimitada de mercadorias.....	30
1.1.2.2 Tendência ao aumento da massa consumidora.....	37
1.1.2.3 Tendência a restringir a realização do valor produzido.....	40
1.2 Causa e forma de manifestação.....	48
CAPÍTULO 2 – Interpretações Marxistas da Crise Atual.....	52
2.1 A Crise a partir da lei de tendência à queda da taxa de lucro.....	53
2.1.1 A lei da queda da taxa de lucro como causa das crises em alguns autores marxistas.....	57
2.1.2 A lei da queda da taxa de lucro e a crise atual.....	62
2.2 Problemas para realização do valor produzido como causa da crise.....	66
2.2.1 Os "estagnacionistas".....	66
2.2.1.1 A leitura "estagnacionista" da crise.....	76
2.2.2 A interpretação subconsumista de Michel Husson.....	79
2.2.2.1 A crise nesta perspectiva subconsumista.....	81
2.3 A <i>financeirização</i> do capitalismo e sua crise.....	84
2.3.1 Sobre-acumulação de capital e <i>financeirização</i>	85
2.3.1.2 A crise do capitalismo <i>financeirizado</i>	92
2.3.2 A expropriação financeira e a <i>financeirização</i>	96
2.3.2.1 A crise da expropriação financeira.....	101
2.4. A crise atual a partir da dialética do capital fictício.....	103
2.4.1 A gênese dialética do capital fictício.....	104
2.4.1.1 Do capital mercantil ao capital fictício.....	105
2.4.2 A crise do capital fictício.....	125
CAPÍTULO 3 – Conclusão: A teoria das crises de Marx e as leituras marxistas da crise atual.....	134
3.1 A lei do valor de Marx: base para a análise marxista das crises.....	137
3.2 Formas de manifestação, conteúdo e causa das crises.....	143
3.3 Produção e apropriação de mais-valia: o cerne da questão.....	145

3.4 A lógica de acumulação do capital fictício: especificidade da crise atual....	148
3.5 Síntese.....	150
REFERENCIA BIBLIOGRÁFICAS	154

Introdução

A crise que se iniciou no mercado imobiliário dos EUA em 2007, alastrou-se pelo mercado financeiro mundial, devido ao fato de os ativos que puxaram a grande expansão financeira da última década (bem como das duas décadas precedentes) fluírem, em um sistema financeiro internacional cada vez mais livre a esse tipo de restrição, por todo o globo, encontrando morada aonde quer que haja capital à procura de aplicação¹. Em pouco tempo o setor produtivo foi contaminado, pela secagem dos canais de crédito, redução do consumo, desincentivo aos novos investimentos e mesmo pelo envolvimento de grandes firmas industriais em complexos esquemas financeiros. Enquanto, já em 2008, a variação percentual no PIB das economias do G7 indicava uma leve retração, os resultados do ano de 2009 patenteavam o rápido contágio global da crise, atingindo mesmo as economias emergentes que vinham apresentando forte crescimento nos anos anteriores, como Brasil (-0,64%), Rússia (-7,8%) e África do Sul (-1,68%).

A melhora nos indicadores econômicos ao longo do ano de 2010 fez com que alguns analistas econômicos mais apressados decretassem o fim da crise e o início de uma nova fase de bonança. No entanto, a crise da dívida dos países europeus emergiu, mostrando a todos que os efeitos dessa crise econômica estavam longe de seu fim. Fica cada vez mais claro que se trata não apenas de mais uma das crises financeiras que irromperam nas três últimas décadas e que puderam ser debeladas, aparentemente, por meio da ação dos Bancos Centrais como provedores de liquidez ao sistema. Na verdade, o que todos podem ver agora é que essas crises foram “resolvidas” na medida em que puderam ser adiadas e que, os acontecimentos recentes denotam o esgotamento de um padrão (ou regime, ou ciclo) de acumulação de capital, isto é, de uma fase cíclica de expansão da acumulação de capital. Cada um dessas fases possui características próprias, de acordo com as contingências históricas, moldadas pelos problemas engendrados pela fase expansiva anterior e manifestados em sua crise, momento em que são criadas as condições para a retomada do processo de acumulação de capital, isto é, para uma nova fase expansiva. Nesse sentido, pode-se dizer, com se pretende deixar claro ao longo deste trabalho, que as sucessivas crises financeiras, cada vez mais

¹ Para uma especificação detalhada da natureza desses ativos ver a seção 2.4 deste trabalho.

freqüentes a partir da década de 90, corresponderam a manifestações preliminares do esgotamento desta fase expansiva e que a solução usual, o resgate do sistema financeiro pelas autoridades monetárias, não poderiam ter feito mais do que adiá-las ao mesmo tempo em que permitiam o aprofundamento das contradições subjacentes a essa fase específica, na medida em que permitiam a reprodução da lógica de acumulação de capital fictício. Os remédios usuais mostram-se inócuos e, apesar disso, não se consegue propor nada de novo que possa “salvar” o sistema financeiro.

Diante desse quadro pululam perguntas, que dizem muito mais do que as respostas usuais sobre acontecimentos desse tipo. Apesar da ineficácia desse tipo de ação, porque o resgate financeiro aparece como uma das principais alternativas propostas pelos governos? Qual a função social dos planos de austeridade impostos aos países que necessitam de socorro? É claro que a resposta para tais perguntas deve partir de uma correta caracterização dessa crise, e mais ainda, de uma análise cuidadosa do sistema capitalista, em suas leis subjacentes de movimento. Acredita-se que uma ferramenta poderosa, em termos de capacidade que a ferramenta teórica mais poderosa, em termos de capacidade explanatória, para se entender a realidade social do modo de produção capitalista e mesmo o caminho metodológico mais fecundo para a teoria social, em geral, encontram-se na teoria de Marx. A teoria marxiana representa a única formulação teórica sobre os determinantes do desenvolvimento (dialético) do modo de produção capitalista fundada em bases objetivas, como se pode perceber na teoria do valor de Marx, fundada no trabalho humano em geral, na forma histórico-social da necessidade eterna e imutável que tem o ser humano de efetivar seu intercâmbio com a natureza. Como Marx afirma na famosa passagem da *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (2005): “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem”. Apesar da ação humana sempre pressupor a relação (estrutura) social, esta não pode ser concebida sem os seres humanos. A descoberta do trabalho humano em geral como fundamento do valor representa não só a resolução do problema do valor presente em economistas políticos clássicos como Smith e Ricardo, como também uma crítica à sociabilidade capitalista, à sociedade na qual os indivíduos estabelecem relação através da troca dos produtos de seus trabalhos, ou seja, através do trabalho abstrato (criador de valor). Encontra-se aí a única teoria sobre a origem do lucro, da riqueza na forma capitalista e, conseqüentemente, dos determinantes da acumulação de capital fundamentada objetivamente. Qualquer teoria que busque a origem do valor fora do ser

humano cai no fetiche de considerar que as relações sociais surgem, reproduzem-se, independentemente dos seres humanos.

Sob esta base Marx construiu sua análise da dinâmica capitalista. No entanto, como se sabe, sua obra ensejou interpretações das mais diversas e, muitas vezes, conflitantes entre si. Como não poderia deixar de ser, em virtude da longa história de embates teóricos no seio do marxismo, diversas leituras sobre a crise atual invocam diferentes interpretações da teoria de Marx. A pergunta óbvia que emerge é a seguinte: Qual(is) dessa(s) leituras aproveita(m) a herança teórica de Marx da melhor maneira possível, aproveitando o potencial explanatório da mesma? Ou mesmo, quais delas podem ser consideradas de fato como continuções da obra teórica de Marx, aplicação da mesma aos desenvolvimentos contemporâneos?

O presente trabalho procura responder a estas questões tendo por base uma interpretação de Marx que se julga a mais correta, de modo a apresentar maior capacidade explanatória frente ao objeto em questão: a economia capitalista. A leitura em questão parte de uma caracterização da teoria das crises cíclicas do capitalismo em Marx. Apesar de Marx não ter preparado um capítulo sequer de *O Capital* para tratar especificamente do tema, tendo em vista que o mesmo diz respeito ao processo cíclico, contraditório, de acumulação de capital, pode-se dizer que todo o livro trata do tema. É exatamente esta a tarefa assumida no primeiro capítulo deste trabalho: sintetizar o argumento de Marx de forma que se possa oferecer uma teoria sobre as crises econômicas que desmistifique seu conteúdo, para além das muitas formas de manifestação possíveis para o fenômeno, e, a partir daí, possa explicitar sua causa geral.

A interpretação particular para a crise atual defendida neste trabalho, como se pretende demonstrar, procura estar em perfeito acordo com a teoria marxiana das crises cíclicas do capitalismo. Essa leitura baseia-se na lógica-dialética de acumulação de capital fictício. O caminho escolhido para realizar a tarefa assumida neste trabalho foi o de apresentar as propostas marxistas mais proeminentes de interpretação do capitalismo contemporâneo e, conseqüentemente, da crise desta fase específica de acumulação de capital. O segundo capítulo desta dissertação tem este objetivo, sendo dividido em quatro seções, cada qual apresentando teoricamente perspectivas marxistas para o capitalismo contemporâneo e, posteriormente, a leitura dos fatos que culminaram na crise atual a partir dessa base teórica. Sendo assim, o capítulo é dividido em quatro seções, na ordem que segue: a primeira sobre propostas que têm por base a lei de

tendência à queda da taxa de lucro de Marx; em seguida, uma seção para autores que entendem que o fato contraditório de o capital criar, no curso de seu processo de acumulação, problemas para a realização da mais-valia produzida seja a causa das crises econômicas em geral, e desta em particular; a terceira seção apresenta duas, dentre muitas, interpretações que entendem o que se convencionou chamar de processo de *financeirização* do capitalismo, como principal característica do regime de acumulação de capital contemporâneo; e, finalmente, a última seção do segundo capítulo apresenta a perspectiva assumida neste trabalho, a que entende o capitalismo contemporâneo, este ciclo de acumulação de capital a partir da lógica do capital fictício, como a resposta do sistema aos problemas para a acumulação de capital na produção, que tornaram-se evidentes a partir da crise da década de 1970.

Para mostrar a superioridade desta visão com relação às demais, escolheu-se apontar o que deve possuir uma teoria sobre as crises econômicas e qual aspecto do capitalismo contemporâneo deve ser ressaltado, de forma a se aproveitar o potencial explanatório da teoria social de Marx. Ao longo desta exposição, no terceiro capítulo deste trabalho, será demonstrado como a leitura aqui defendida apresenta-se como a melhor opção dentre as demais. Acredita-se que a leitura marxista da crise atual deve basear-se, rigorosamente, na lei do valor de Marx, de forma que seja capaz de vislumbrar a contradição entre produção e apropriação da mais-valia como o motor do comportamento cíclico da acumulação de capital, o que é possível após se ter clara a separação analítica entre as formas de manifestação e o conteúdo do fenômeno. Por fim, acredita-se que a correta aceção da categoria capital fictício encaixa-se perfeitamente nesta leitura, representando um aprofundamento da contradição entre o domínio social da produção de mais-valia e a lógica privada de sua acumulação, além de corresponder à forma de acumulação de capital que emergiu como grande vetor para a acumulação em todas as suas formas e absorvedor do capital sem possibilidade de aplicação rentável na produção de mais-valia.

Reconhece-se que todas as leituras que aqui são apresentadas oferecem importantes contribuições para que se possa entender essa fase atual do capitalismo, bem como para o posicionamento da classe trabalhadora e dos bilhões de excluídos do processo de acumulação de riqueza no mundo. No entanto, a evolução da teoria que se coloca como crítica e, conseqüentemente, da prática que emerge desta apreensão da realidade social, pressupõe este tipo de debate. O que se quer mostrar é que a leitura de

Marx aqui oferecida e a interpretação da crise a partir da dialética do capital fictício representam a ferramenta teórica com melhor capacidade explanatória, dentre as demais que serão expostas ao longo do trabalho, para se entender os acontecimentos recentes na economia mundial.

Capítulo 1 – As Crises Econômicas na Análise de Marx

Neste capítulo tem-se a intenção de destacar alguns elementos que se julga de fundamental importância para a concepção das crises econômicas na obra de Marx. Apesar da carência de um tratamento acabado e sistemático do assunto pelo autor em questão, sendo as crises o momento em que as contradições do modo de produção capitalista se explicitam, pode-se argumentar que o tema esteja presente desde o início de *O Capital*, uma vez que é o desvendar dos domínios causais subjacentes à realidade histórico-específica do capitalismo o mote da obra, desenvolvendo-se dialeticamente as categorias que explicam esta formação social do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto. Sendo assim, tem-se o tema das crises de forma latente desde o início, ou seja, desde a contradição entre valor e valor-de-uso na análise da mercadoria, e de forma mais desenvolvida a partir da parte segunda do primeiro livro de *O Capital*, momento no qual passa explicitamente a considerar o processo a que o capital diz respeito.

Ademais, pode-se encontrar na obra de Marx alguns trechos em que fala abertamente do tema, entre outros: o capítulo XV de *O Capital*; o capítulo XVII das *Teorias da Mais-Valia*; e um trecho sobre o processo de circulação do capital no capítulo sobre o capital dos *Gründrisse*. Este primeiro capítulo tem por base, fundamentalmente, esses três trechos da produção bibliográfica de Marx, buscando-se, a partir das indicações de dois interpretes – Ribeiro (2008) e Carcanholo (1996) –, elementos dispersos nas obras de Marx que sirvam para demonstrar a necessidade das crises econômicas a partir do desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista.

Nas crises os aspectos contraditórios dos dois pólos de uma mesma relação se manifestam violentamente e essa é a única forma possível de restabelecer-se a unidade necessária entre eles. As crises, portanto, são soluções bruscas que restabelecem transitoriamente a normalidade, ou seja, não são terminais – consideradas em si mesmas –, não se deve esperar o fim do capitalismo como mera consequência de uma crise econômica, que pelo contrário o restaura, recolocando-o em seu curso normal (contraditório) de desenvolvimento. Isto significa dizer que as crises criam as condições para um novo processo de acumulação de capital, o que denota seu caráter cíclico.

Para começar, as crises aparecem como resultado do desenvolvimento das contradições imanentes ao modo de produção capitalista. O caráter contraditório destas relações sociais fica patente no momento que eclodem as crises. Esse aspecto, por si só, já indica a importância que o estudo deste fenômeno representa para entender-se a dinâmica própria do capitalismo. Nas palavras do filósofo Roy Bhaskar:

It might be conjectured that in periods of transition or crisis generative structures previously opaque, become more visible to agents. And that this, though it never yields quite the epistemic possibilities of a closure (even when agents are self-consciously seeking to transform the social conditions of their existence), does provide a partial analogue for the role played by experimentation in natural science. (BHASKAR, 1998, p.48)

Seguem-se as indicações de Ribeiro (2008) e Carcanholo (1996), no sentido de que para o estudo das causas de um fenômeno, faz-se necessário entender seu conteúdo. “Uma teoria marxista da crise deve, portanto, entender o conteúdo do fenômeno, explicar a sua causa, e explicitar as formas pelas quais ele se apresenta na economia”. (CARCANHOLO, 1996, p. 173). Assim prossegue este capítulo: a primeira seção tem por objetivo entender o conteúdo das crises econômicas, identificando-o desde as categorias mais gerais da análise marxiana do modo de produção capitalista, onde as crises aparecem apenas como possibilidade, para em seguida demonstrar como as leis gerais desse modo de produção transformam o que antes era mera possibilidade em nível teórico em realidade, isto é, em resultado necessário do funcionamento dessas leis; em seguida pretende-se explicitar, na forma de conclusão à seção anterior, a causa essencial do desenvolvimento contraditório que culmina nas crises e, de maneira breve, citar algumas possíveis formas de manifestação, uma vez que nos capítulos seguintes trabalhar-se-á diretamente com crise econômica em sua mais recente forma de manifestação.

1.1 - Conteúdo

Antes de desenvolver apontamentos sobre as crises, Marx já concluiu o enunciado da lei do valor em *O Capital*, isto é, identificou o valor como relação social

de igualação quantitativa entre os muitos trabalhos úteis possíveis de qualidades diversas, sua forma de manifestação na troca por um equivalente geral, o valor de troca, e sua forma de manifestação na troca tendo por equivalente em dinheiro, o preço, analisando cuidadosamente o processo de produção e circulação do capital sem considerar divergência quantitativa entre preço e valor, até tratar do processo global de acumulação capitalista (terceiro livro de *O Capital*), com o exame da interação concorrencial dos capitais individuais para investigar a formação de uma taxa média de lucro, ou seja, seguindo o caminho em direção à forma mais concreta de manifestação da mais-valia, o lucro. Neste ponto surge a categoria preço de produção, forma transmutada do valor que indica que as mercadorias não se vendem necessariamente por seus valores (individualmente consideradas, pois são vendidas por seus valores tendo-se em vista a totalidade, ou seja, o somatório dos preços de produção é igual ao somatório dos valores das mercadorias), indicando a formação de uma taxa média de lucro, como porção da mais-valia global que cada capital, individualmente considerado, se apropria. O preço de produção, somatório do preço de custo com o lucro médio, indica que um capital com composição orgânica superior à composição média do capital social², ou seja, com maior razão entre capital constante e capital variável, utilizando proporcionalmente menos força de trabalho, portanto, pode vender sua mercadoria acima do valor da mesma, apropriando-se de maior massa de mais-valia do que ele mesmo produziu, enquanto um capital de composição orgânica inferior apropria-se de mais-valia em quantidade menor do que por ele produzida. Assim, a mais-valia de que se apropriam os capitalistas não é necessariamente a que é gerada no processo de produção particular que cada um comanda, mas a que lhe cabe como parte alíquota do capital global numa repartição uniforme da mais-valia produzida. Essa é uma tendência que pode ser observada a este nível de abstração, tendo-se em vista a possibilidade de que os capitais migrem de um ramo para outro em busca das taxas de lucro mais altas possíveis.

Aqui, do ponto de vista do lucro, os capitalistas são vistos como simples acionistas de uma sociedade anônima em que os dividendos se repartem segundo percentagem uniforme, só se distinguindo os dividendos

² O termo refere-se aqui à totalidade do capital existente na sociedade, isto é, ao somatório dos muitos capitais individuais, em nada se assemelhando à noção burguesa de “capital social” tão em voga ultimamente e que encerra um oxímoro uma vez que capital supõe a apropriação privada da mais-valia, enquanto a expressão pós-moderna diz respeito a um bem comum que corresponde a uma vantagem em termos de rendimento para os indivíduos que fazem parte de um determinado grupo social.

correspondentes a cada capitalista pela magnitude do capital que cada um colocou no empreendimento comum, pela participação percentual que tem na empresa, pelo número de ações que possui. Assim, regula-se inteiramente pelo dispêndio feito dentro do respectivo ramo o preço de custo, isto é, a parte do preço das mercadorias a qual substitui as frações de valor do capital consumida na produção e, por isso, necessariamente serve para comprá-las de volta. Mas, diversamente, o outro componente do preço das mercadorias, o lucro acrescentado ao preço de custo, não se regula pela quantidade de lucro que determinado capital produz em determinado ramo em dado tempo, e sim pela quantidade de lucro que corresponde em média, em dado período, a cada capital aplicado como parte alíquota do capital global da sociedade empregado em toda a produção. (MARX, 2006, V. 4, p. 211-212)

Então, tendo-se em vista todo o capital social, quanto menor a composição orgânica, maior a quantidade de mais-valia produzida e, portanto, maior a massa de mais-valia que caberá a cada parte alíquota do capital total. No entanto, do ponto de vista individual, aumentar a composição orgânica significa reduzir o preço de custo, uma vez que todo o capital variável é circulante, enquanto grande parte do capital constante transfere valor aos poucos, ao longo de muitos processos produtivos, à mercadoria. Desta forma, para o capitalista individual, poupar trabalho significa poder apropriar-se de mais-valia extraordinária, isto é, apropriar-se de mais valor do que foi produzido, o que se expressa para ele como mera redução de custos frente à taxa de lucro a que faz jus enquanto parcela do capital total. A origem do lucro é assim mistificada, uma vez que é determinado por fatores externos a cada processo de produção individualmente considerado. Ao capitalista parece que seu lucro não provém do trabalho por ele mesmo empregado, embora a taxa média de lucro dependa da exploração global do trabalho. Trabalho vivo não parece, portanto, ser fonte de lucro, pelo contrário, a economia de trabalho é fonte direta de aumento do lucro para um capitalista individual.

Para concluir a lei do valor e partir para a análise completa de suas conseqüências tendo-se em vista o processo global de acumulação capitalista, Marx passa a considerar as influências mais rasteiras, isto é, mais superficiais, sobre os preços de mercado, a interação entre oferta e demanda determinando os desvios com relação ao valor de mercado (tempo de trabalho socialmente necessário), ou ao preço de produção.

Se a demanda for maior que a oferta os preços de mercado são regulados pelas mercadorias produzidas nas piores condições; se a oferta for maior que a demanda os preços de mercado regulam-se pelas mercadorias produzidas na melhores condições. Assim, preços de mercado flutuam em torno do valor de mercado (ou dos preços de produção, considerando-se o nível de abstração da tendência à igualação da taxa média de lucro³) de acordo com as variações entre oferta e demanda. Portanto, nada se pode explicar com a relação entre a oferta e a procura sem antes conhecer a base sobre a qual opera essa relação.

Qualquer que seja o modo como, de início, os preços das diferentes mercadorias reciprocamente se fixem ou regulem, a lei do valor governa o movimento deles. Quando diminui o tempo de trabalho exigido para produzi-las, caem os preços, quando aumenta, aumentam os preços, desde que não se alterem as demais condições. (Ibid., p. 233)

Chega-se a lei da tendência à queda da taxa de lucro como conseqüência necessária do progresso da produtividade social do trabalho no modo de produção capitalista. Como se disse, a possibilidade de apropriar-se de maior massa de mais-valia e de, desta forma, situar-se em uma posição vantajosa com relação aos demais capitais concorrentes empurra cada capital, individualmente, ao aumento da produtividade, isto é, à adoção de processos produtivos que utilizem proporcionalmente menos força de trabalho e mais meios de produção⁴, em especial capitais fixos. Em outras palavras, há uma tendência ao aumento da composição orgânica dos capitais individualmente considerados (aumento relativo do capital constante frente ao variável) e, como resultado, do capital social, se essa alteração acontece, mais ou menos, em todos os ramos decisivos. “Então, esse aumento progressivo do capital constante em relação ao variável deve, necessariamente, ter por conseqüência *queda gradual na taxa geral de lucro*, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital”. (Ibid., p. 282) Isto ocorre porque cada unidade do produto passa a conter

³ “O que dissemos do valor de mercado estende-se ao preço de produção quando o substitui. O preço de produção é regulado em cada ramo, e também segundo as condições particulares. E ele é o centro em torno do qual giram os preços quotidianos de mercado, que nele tendem a nivelar-se dentro de determinados períodos [...]”. (MARX, 2006, V.4, p. 235-236)

⁴ “Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana. Este enunciado é uma lei na sociedade capitalista, onde o instrumental de trabalho emprega o trabalhador, e não este o instrumental”. (MARX, 2006, V. 2, p. 748)

progressivamente menos trabalho e, portanto, menor massa de mais-valia, de forma que como os preços são em última instância governados pelo tempo de trabalho socialmente necessário, a lei de tendência à queda da taxa de lucro se expressa como consequência do progresso da produtividade do trabalho social e pela afirmação da lei do valor, como determinante último dos preços das mercadorias.

A identificação dessa lei como tendência do processo de acumulação de capital não exclui que a massa de mais-valia, e conseqüentemente de lucro, se elevem, pelo contrário, é condição de existência deste modo de produção que a massa de lucro aumente, uma vez que ele é ao mesmo tempo processo de acumulação⁵. Além disso, trata-se de uma lei cuja manifestação objetiva pode ser modificada por circunstâncias diversas. Os mesmos motivos que levam à tendência à queda geram forças que atuam em direções opostas. O processo global de acumulação de capital gera, como tendência, o aumento do grau de exploração da força de trabalho, redução dos salários, queda no valor dos elementos do capital constante, entre outros fatores contrários à tendência à queda da taxa de lucro⁶. A predominância ora para uma direção, ora para a outra, obedece ao movimento cíclico da economia capitalista. Diversos fatores atuam incessantemente sobre o objeto em questão, a taxa de lucro. As mesmas causas que concorrem para a tendência à queda, portanto, moderam a realização dessa tendência. Assim, pode parecer arbitrária a escolha da queda da taxa de lucro para tendência, já que outros fatores atuam em sentido contrário, isto é, como contra-tendências. Ou seja, porque lei da queda é tendência e os fatores contrários que levam ao aumento da taxa de lucro são contra-tendências e não o oposto? Levando-se a cabo um raciocínio acerca dos limites dos fatores que atuam em direções contrárias, elimina-se a aparência de arbitrariedade na escolha. O aumento na composição orgânica da capital é, em abstrato, ilimitado, enquanto que os fatores que são listados por Marx como contrários à lei são todos limitados⁷.

⁵ “Ao progredir o processo de produção e de acumulação, cresce necessariamente também a massa de trabalho excedente de que o capital se apropria e pode se apropriar, e, por conseguinte, a massa absoluta do lucro obtido pelo capital da sociedade. Mas as mesmas leis da produção e da acumulação aumentam, além da massa, o valor do capital constante em progressão crescente, de maneira mais rápida que o do capital variável, que se converte em trabalho vivo. As mesmas leis geram, para o capital sociedade, crescimento absoluto da massa de lucro e taxa cadente de lucro”. (MARX, 2006, V. 4, p. 290)

⁶ Esses e alguns outros fatores contrários à queda da taxa de lucro estão listados no Capítulo XIV do Livro III de *O Capital* (“Fatores contrários à lei”).

⁷ Por exemplo, o aumento do grau de exploração da força de trabalho não pode chegar ao ponto em que os capitalistas se apropriam de todo o tempo de trabalho, mesmo assim, imaginando-se extremos, o limite para o aumento da mais-valia absoluta é a duração do dia, limite que nem o capital conseguiria transpor, e

A terceira parte do livro III é então encerrada com um capítulo sobre algumas contradições internas à lei da tendência à queda da taxa de lucro. É neste capítulo que o tema das crises capitalistas é abordado como em nenhum outro de *O Capital*, contudo de maneira confusa, dando margens às mais diversas interpretações sobre o fenômeno. É curioso que, a partir deste capítulo, podem-se retirar citações que corroboram diferentes visões sobre as causas das crises no clássico debate marxista a esse respeito⁸, a despeito de que descontextualizar pode ser um subterfúgio para que as palavras soem exatamente como se quer ouvi-las. No referido debate confusão entre causa e forma de manifestação é regra na maior parte dos casos. A esse respeito falar-se-á com mais cuidado, embora ainda com perigosa brevidade, mais a frente no texto.

Acredita-se poder argumentar que a forma de exposição, no que tange à escolha de primeiro enunciar por completo a lei do valor para depois analisar as crises, se deve ao fato de que ciclos econômicos, e, portanto, crises, envolvem variação nos preços das mercadorias de forma que estes podem divergir dos respectivos valores, não se podendo estudar o tema em um nível de abstração no qual não se considera ainda possibilidade da ocorrência desse desvio. As mercadorias são vendidas por seus valores quando oferta e procura se equilibram, não sendo possível, portanto, a partir da hipótese de que as mercadorias são trocadas por seus valores abordar um fenômeno que envolve a não realização de parte do produto e, conseqüentemente, da mais-valia produzida. Além disso, em *O Capital* fala-se em crises econômicas antes de tratar-se dos capitais cujo ciclo de valorização não penetra na esfera da produção, as chamadas “formas autonomizadas do capital”, o que atesta o fato de que para Marx a explicitação das tendências subjacentes à *produção* capitalista é suficiente para atestar e demonstrar o fato de que o processo de acumulação de capital, em sua totalidade, necessariamente implica no aparecimento de situações em que parte do capital social, então em quantidade excessiva com relação às possibilidades reais de valorização, deve ser destruído, isto é, nas crises.

Assim, para se falar de conteúdo e causa geral das crises econômicas não se faz necessário tratar dos capitais que habitam unicamente a esfera da circulação. No entanto, na medida em que o desenvolvimento lógico-categorial se aproxima da

a redução do valor da força de trabalho não pode chegar à zero. Por outro lado, o aumento do capital constante sobre o variável tende ao infinito.

⁸ Sobre o debate marxista acerca das causas das crises econômicas e para uma interpretação do mesmo ver Carcanholo (1996).

realidade concreta dos fenômenos faz-se necessário o tratamento de todas as partições do capital total, o que se pretende fazer no capítulo seguinte.

Antes, começa-se a tratar do conteúdo do fenômeno da maneira mais geral possível, desenvolvendo-se a contradição interna à mercadoria, valor e valor de uso, ponto inicial da análise de Marx do modo de produção capitalista. Da crise como possibilidade, parte-se para a mesma como realidade, através das tendências gerais do capital em seu processo de acumulação, processo este que o constitui enquanto tal, uma vez que o capital não pode ser entendido senão como processo de valorização.

1.1.1 - Conteúdo em sua forma mais abstrata: a crise como possibilidade

A concepção marxiana de valor como equalização de trabalhos úteis de qualidades diversas, uma relação quantitativa que denota a subordinação da produção social a uma lógica estranhada; como elemento descortinado de maneira mais geral como um dos pólos constituintes da mercadoria, juntamente com o valor de uso, formando uma relação contraditória, compreende o primeiro passo para a compreensão das crises capitalistas.

Ao nível de abstração, com o qual Marx inicia seu estudo em *O Capital*, produtores privados de mercadorias oferecem os produtos de seus trabalhos particulares em troca dos produtos de trabalhos alheios. Dessa forma, o produto de cada indivíduo é para si parte alíquota da riqueza social, capaz de ser trocado por qualquer outra mercadoria em quantidades determinadas pelo tempo de trabalho socialmente necessário contido na mercadoria, isto é, pelo valor de troca da mercadoria, manifestação do valor na troca.

As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra.
(MARX, 2006, V. 1, p.69)

Podem ser, portanto, igualadas, comparáveis umas as outras, como encarnações de trabalho humano em geral. Mas não haveriam de ser trocadas se não fossem

diferentes quanto às suas propriedades materiais particulares, podendo ser aplicadas, desta forma, à satisfação de necessidades também particulares. A mercadoria, enfim, é objeto de desejo para o consumo humano por ser um valor de uso.

Com base neste argumento, pode-se agora assinalar que a dupla determinação da mercadoria (valor e valor de uso) forma uma contradição. A objetividade do valor da mercadoria (universal) se contrapõe à objetividade do caráter útil da mercadoria (particular), contradição essa que fica patente antes de tudo no fato de o valor de uso ocultar, em lugar de revelar, o valor. Os dois pólos são, portanto, determinações complementares da mercadoria que, ao mesmo tempo, se repelem como formas de manifestação do seu conteúdo⁹.

O caráter contraditório da mercadoria, isto é, ser unidade de pólos antitéticos, valor e valor de uso, se patenteia, portanto, na circulação simples de mercadorias. Na troca, passando do produtor para o consumidor, a mercadoria assume a forma da categoria específica conveniente ao ator da troca em cujo poder se encontra. É, para cada um, valor de troca (cujo fundamento é o valor) ou valor de uso. Na circulação, a realização de uma categoria é sempre a negação da outra.

Enquanto mercadoria, cada uma de suas formas aguça, à sua maneira, a ambição de cada agente: um só vê nela valor de uso; outro só vê valor de troca, ou, descendo à realidade dos fenômenos, dinheiro (em perspectiva). A mercadoria dinheiro apresenta-se, na relação entre os sujeitos envolvidos na troca, como medida para o trabalho humano em geral. O trabalho concreto para a produção da mercadoria que assume a função social do dinheiro manifesta direta e concretamente o trabalho humano abstrato¹⁰. O dinheiro, um produto genuíno da circulação, adquire nela um grau de autonomia diante das mercadorias que expressam em seu corpo o valor que possuem. A autonomia do dinheiro com relação às mercadorias não pode, entretanto, ser total, posto que, mesmo que só idealmente, o dinheiro deve sempre manter relação com os valores de uso aos quais serve de medida de valor – valores de uso que com ele podem ser adquiridos, levando o dinheiro novamente para a circulação.

⁹ Por exemplo: “Admitamos que [...] se reduza à metade [o tempo necessário para a produção de um casaco] [...] dois casacos passam a ter o valor de um, embora [...] o casaco tenha a mesma utilidade de antes e o trabalho útil nele contido continue sendo da mesma qualidade”. (MARX, 2006, V. 1, p.67)

¹⁰ Reside justamente na dificuldade de compreender essas propriedades do dinheiro as interpretações equivocadas que o julgam ser, como dinheiro, valor e não forma fenomênica real da expressão relativa do valor de outras mercadorias.

Assim, a circulação simples de mercadorias, M-D-M, do ponto de vista de um único indivíduo divide-se em dois atos: venda, M-D; e compra, D-M¹¹. Para ir de encontro à satisfação de seus carecimentos, um indivíduo deve oferecer o produto de seu trabalho no mercado, ao preço que já diz de imediato qual a parcela da riqueza social que este produtor faz jus. Valor, como tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, acha no preço forma de expressão quando a mercadoria é trocada por dinheiro. O valor, interno à mercadoria, se expressa externamente no preço¹² da mercadoria. Para se apropriar do valor produzido, tem, portanto, de vendê-la. A manifestação externa só pode realizar-se externamente, isto é, com a alienação da mercadoria por dinheiro. “Para lhe dar um preço, basta igualá-la ao ouro¹³ idealizado. A fim de prestar a seu dono o serviço de equivalente geral, tem ela de ser substituída por ouro”. (Ibid., p. 130)

Em M-D confrontam-se o produtor da mercadoria e o dono do dinheiro. Para que este decida comprar, a mercadoria deve ser para ele um valor de uso,

[...] e o trabalho nela despendido tem de possuir, portanto, forma socialmente útil, ou de ser reconhecido como elemento da divisão social do trabalho. Mas a divisão social do trabalho é um organismo de produção que se formou e continua a evolver, natural e espontaneamente, à margem da consciência dos produtores de mercadorias. (Ibid., p. 133)

Dessa forma, novas necessidades podem ser criadas, bem como produtos que satisfaziam determinada necessidade podem ser substituídos por outros. Além disso, o trabalho do produtor da mercadoria pode não ser confirmado socialmente pela venda se as necessidades que sua mercadoria deve satisfazer encontrarem-se saciadas. Não sendo esse o caso, pode ainda haver alteração no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria (valor de mercado), algo sobre o qual o produtor não tem controle, fazendo com que o preço obtido não seja o inicialmente desejado.

¹¹ Venda e compra coincidem imediatamente apenas na media em que representam uma transação entre dois indivíduos polarmente opostos, o comprador e o vendedor.

¹² “Nessa relação, pode o preço expressar tanto a magnitude do valor da mercadoria quanto essa magnitude deformada para mais ou para menos, de acordo com as circunstâncias. A possibilidade de divergência quantitativa entre preço e magnitude de valor, ou do afastamento do preço da magnitude de valor, é, assim, inerente à própria forma preço. Isto não constitui um defeito dela, mas torna-a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor através de média que se realiza, irresistivelmente, através da irregularidade aparente”. (Ibid., p. 129)

¹³ No início do Capítulo III do Livro I de *O Capital*, capítulo sob o qual se referencia a maior parte desta subseção, Marx supõe, para simplificar, que “o ouro é a mercadoria dinheiro”. (Ibid., p. 121)

Efetuada a venda, contudo, o dinheiro deixa de ser apenas ideal, mera medida do valor, para tornar-se dinheiro real. O produtor pode, a partir daí, partir para a segunda etapa da metamorfose da mercadoria, D-M. Agora é o produtor da mercadoria inicialmente considerada que de posse do representante universal do valor, o dinheiro, pode trocá-lo por um valor de uso.

Tendo-se como referência a troca direta de mercadorias, M-M, vê-se que a troca de mercadorias por intermédio do dinheiro rompe com limites individuais e locais, dissociando os atos de compra e venda do ponto de vista de um indivíduo. Mas só o faz, no entanto, desenvolvendo “todo um ciclo de espontâneas conexões sociais, incontroláveis pelos que intervêm nas operações”. (Ibid., p. 139)

A existência da mercadoria apenas enquanto unidade de valor e valor de uso, essa contradição imanente, se expressa externamente na separação dos atos de compra e venda, de maneira que o valor, expresso em dinheiro, adquire independência relativa com relação ao seu par dialético. Nas palavras de Marx:

A identidade de venda e compra tem por conseqüência tornar inútil a mercadoria que, lançada na retorta alquimista da circulação, não vira dinheiro, não a vende seu possuidor nem a compra, por conseguinte, o possuidor do dinheiro. Essa identidade faz com que, terminado o processo de compra e venda, se constitua um ponto de repouso, um intervalo na vida da mercadoria, o qual pode durar mais ou menos tempo. Uma vez que a primeira fase da mercadoria é, ao mesmo tempo, venda e compra, esse processo, embora parcial, é autônomo. [...] Dizer que esses atos antitéticos, independentes entre si, possuem uma unidade interior equivale a dizer que essa unidade interior transparece através de antíteses externas. Se essa independência exterior dos dois atos – interiormente dependentes por serem complementares – prossegue se afirmando além de certo ponto, contra ela prevalece, brutalmente, a unidade, por meio de uma crise. A contradição imanente à mercadoria, que se patenteia na oposição entre valor-de-uso e valor, no trabalho privado, que tem, ao mesmo tempo, de funcionar como trabalho social imediato, no trabalho concreto particular, que, ao mesmo tempo, só vale como trabalho abstrato geral, e que transparece na oposição entre a personificação das coisas e a representação das pessoas por coisas – essa contradição imanente atinge formas completas de manifestar-se nas

fases opostas da metamorfose das mercadorias. Essas formas implicam a possibilidade, mas apenas a possibilidade das crises. (Ibid., p. 140)

Se na contradição interna à mercadoria, expressa de maneira externa pela mediação do dinheiro na metamorfose das mercadorias, já é possível vislumbrar, da forma mais abstrata possível, o fenômeno das crises capitalistas, não se pode, contudo, a partir daí explicitar suas causas. A conversão dessa possibilidade em realidade depende, como lembra Marx, de um conjunto de condições ainda não presentes a este nível da análise¹⁴. Esse conjunto de condições diz respeito às leis que regem o movimento da produção capitalista e seus resultados contraditórios que forçam a separação entre valor e valor de uso, exacerbando a contradição até o ponto em que a unidade interna só pode ser recobrada de maneira violenta por meio de uma crise.

A este nível de abstração, isto é, da circulação simples de mercadorias, o objetivo final dos produtores privados é a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades dadas, limitadas por natureza. A produção capitalista funda-se, contudo, sobre a apropriação do valor, necessidade constitutiva do capital que é, em si, ilimitada. Uma lógica que se sobrepõe aos indivíduos como força estranha, externa, subordinando seus comportamentos a este objetivo primordial para esta forma social de produção. Sob essa lógica determina-se o processo que desemboca em crises de maneira cíclica, o da acumulação capitalista. A contradição entre valor e valor de uso é uma realidade no modo de produção capitalista, mas a sua constatação apenas ao nível da circulação simples de mercadorias não mostra a subordinação do trabalho humano à lógica expansiva do valor, embora já demonstre o imperativo de seu reconhecimento social, porém ainda no âmbito da satisfação de necessidades diretamente humanas. Nesse sentido, pode-se dizer que o modo de produção capitalista move-se pela satisfação de necessidades *coisais*, que são apenas indiretamente humanas.

A mera possibilidade da crise, sua identificação da maneira mais abstrata possível a partir dos elementos até aqui desenvolvidos, não pode explicar porque os pólos antinômicos entram em conflito de tal forma que a crise surge pela necessidade de se repor as condições em que repousam sua unidade. “*Explicar la crisis sobre la base de*

¹⁴ “Não consideramos até agora nenhuma outra relação econômica entre os homens, além da que se estabelece entre possuidores de mercadoria, e, nela, os homens só se apropriam do trabalho alheio alienando o produto do próprio trabalho”. (Ibid., p. 135-136)

esto, su forma elemental, es explicar la existência de la crisis mediante la descripci3n de su forma m3s abstracta, es decir, explicar la *crisis* por la *crisis*”. (MARX, 1975, p. 429)

Isso n3o significa que a forma abstrata n3o seja real, significa apenas que n3o 3 suficiente para explicar o aparecimento da crise. N3o haveria crise sem a separa3o potencialmente conflituosa entre compra e venda. A crise n3o pode existir sem manifestar-se ao mesmo tempo em sua forma simples. A esse respeito julga-se oportuno reproduzir a advertência de Pedro L3pez Diaz:

Nos encontramos, te3ricamente, frente a una condici3n general – como posibilidad abstracta – de la crisis en su connotaci3n fundamentalmente mercantil. Queda claro que el proceso hist3rico del desarrollo de la sociedad nunca ha atravesado por una etapa tal que estuviera configurada por la existencia de la producci3n mercantil en si misma. El concepto de producci3n mercantil simple – como abstracci3n – alude m3s bien a las condiciones primigenias y necesarias del punto de partida del capitalismo en su existencia hist3rica, como una de sus condiciones generales que adquirir3n fisonomía propia con el trastocamiento del valor en plusvalor, es decir, en capital. (DÍAZ, 1993, p. 32-33)

Para se constatar, portanto, o conteúdo das crises econ3micas capitalistas em sua forma mais desenvolvida, ou seja, como realidade ao inv3s de apenas possibilidade, deve-se considerar o “capital como barreira para o capital”. Ou seja, deve-se demonstrar como as leis que regem o processo global de acumulaci3o capitalista, expressas como necessidades que constrangem os capitalistas individuais por meio da concorrência, criam, ao mesmo tempo, barreiras para a acumulaci3o de capital, manifestando-se periodicamente de maneira aguda em crises. Este ser3 o objeto da pr3xima se3o.

1.1.2 - Capital como barreira para o capital: a crise como realidade

A partir de um nív3l l3gico-categorial mais concreto, isto 3, considerando-se as determina3es essenciais do processo de produ3o capitalista, ou seja, as leis que regulam o seu movimento pode-se vislumbrar as crises como momentos necess3rios do processo global de acumulaci3o de capital. A partir deste ponto de vista, percebe-se que,

a despeito de não existir nenhum capítulo que trate especificamente do fenômeno das crises em *O Capital*, o tema perpassa toda a obra, na medida em que esta descortina as tendências gerais do modo de produção capitalista¹⁵, cujo desenvolvimento contraditório desemboca periodicamente em crises, que nada mais são que soluções circunstanciais a restaurar a unidade nos momentos em que as contradições se exacerbam para além dos limites que permitem a reprodução das relações essenciais subjacentes a esta formação social. Em *Teorias Sobre a Mais-Valia*, Marx aponta que a possibilidade das crises, que se evidencia na circulação simples de mercadorias, “queda demonstrada una vez más, y más desarrollada, por la discrepancia entre el proceso de producción (directo) y el proceso de circulación”. (MARX, 1975, p. 435)

Um ponto importante a ser destacado na análise marxiana é que o estudo da dinâmica da sociedade fundada no capital é, ao mesmo tempo, sua crítica a partir das relações sociais, formas de pensamento e reprodução, subjacentes. Crítica a uma forma de sociabilidade fundada na lógica do valor, que subordina os sujeitos desde fora. Ou seja, dado o caráter mercantil da sociedade capitalista, a produção confronta seus próprios sujeitos como força autônoma, externa, estranha. Nesta formação social o homem passa de sujeito a objeto de seu próprio produto.

A produção capitalista dirige-se à satisfação das necessidades humanas apenas indiretamente, de maneira subordinada à lógica da apropriação de mais-valia¹⁶, conforme acima mencionado. Nas palavras de Marx:

O capital, cada vez mais, se patenteia força social: tem o capitalista por agente e não se relaciona mais com o que pode criar o trabalho de cada indivíduo; mas patenteia-se força social alienada, autônoma, que enfrenta a sociedade como coisa e como poder do capitalista por meio dessa coisa. (MARX, 2006, V. 4, p. 344)

Sob o imperativo, em si mesmo ilimitado da apropriação do lucro, o modo de produção capitalista tem a tendência de desenvolver de maneira absoluta as forças produtivas sociais, engendrando, ao mesmo tempo, relações antagônicas de distribuição, o que se patenteia em um conflito entre as condições de produção e realização. Isto é, um conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e as condições sociais de

¹⁵ “Las condiciones generales de la crisis, [...], deben ser explicables a partir de las condiciones generales de la producción capitalista”. (MARX, 1975, p. 440)

¹⁶ Ou lucro, forma imediata de manifestação do excedente em valor.

produção (unidade de produção e realização). Desta forma, “[n]ão se produz riqueza demais. Mas a riqueza que se produz periodicamente é demais nas formas antagônicas do capitalismo”. (Ibid., p. 337)

Assim, tendo-se em vista todo o capital social, o processo da acumulação de capital ergue barreiras a si próprio. Patenteia-se nas crises a existência de capital supérfluo, juntamente com população supérflua. Ou seja, a incapacidade da continuidade do processo de acumulação para todo o estoque de capital existente.

Essa plethora de capitais nasce das mesmas circunstâncias que provocam a superpopulação relativa, sendo, portanto, fenômeno que a completa, embora ambas estejam em pólos opostos, de um lado capital desempregado e, do outro, população trabalhadora desempregada. (Ibid., p. 330)

A paralisação, ou mesmo destruição, de parte do capital social contém as raízes da superação da crise, isto é, da reposição das condições de acumulação de capital, dando início a um novo momento de prosperidade, denotando o caráter cíclico das crises econômicas capitalistas. O processo que leva à retomada da acumulação de capital, no entanto, ocorre de maneira bastante traumática (piora geral nas condições de vida da população), com luta feroz entre os capitais para decidir qual a parcela do capital social terá de ser posta em ociosidade, isto é, decidir quem vai carregar o fardo da crise, o que em geral leva a uma maior centralização do capital.

[...] quando não se trata mais de repartir os lucros e sim as perdas, procura cada um reduzir ao máximo possível a parte que tem nelas, transferindo-a para os outros. As perdas são inevitáveis para a classe. Quanto cada um terá de suportar delas, até onde terá de nelas participar, é problema a ser resolvido pela força e pela astúcia, transformando-se a concorrência em luta entre os irmãos inimigos. Positiva-se então a contradição entre o interesse de cada capitalista e o da classe capitalista, do mesmo modo que antes, por meio da concorrência, se impunha a identidade de interesses. (Ibid., p. 332)

As crises se resolvem pela destruição de parte do capital, até que o excesso, em termos de possibilidade de valorização, isto é, da razão de ser do capital, tenha sido eliminado. As perdas se distribuem de maneira desigual de acordo com as vantagens e posições já conquistadas de cada um. No entanto, as contradições que desembocam em

crises são por estas solucionadas apenas na medida em que são repostas. As crises se apresentam como única maneira possível de ser restaurada a unidade de uma relação cujos aspectos contraditórios de seus pólos constitutivos exacerbaram-se além da conta, isto é, além da capacidade de reprodução da relação. Isto significa dizer que as crises criam as condições para um novo processo de acumulação de capital e que o fazem repondo as contradições que a geraram, possivelmente em maior nível de complexidade, isto é, aprofundando-as.

As tendências gerais do processo global de produção capitalista engendram, portanto, resultados contraditórios que desembocam em crises. Estas tendências gerais afirmam-se para os capitalistas individuais como leis, como condições para a manutenção de suas existências enquanto tais, por meio da concorrência. Da citação anterior, depreende-se que concorrência não se apresenta para os capitalistas de maneira imutável ao longo do ciclo, antes evoluem com este, de forma a incutir-lhes as necessidades supremas do capital em seus diferentes estágios cíclicos, que, conforme já mencionado, assume forma de *coisa* estranha, externa, uma espécie de regulador transcendente da práxis social. Assim, em momentos de crise a concorrência transforma-se “em luta entre os irmãos inimigos”. De maneira geral concorrência é a forma pela qual as tendências imanentes do capital realizam-se como necessidades externas. “Conceptually, competition is nothing but the inner nature of capital, its essential character, manifested and realized as the reciprocal action of many capitals upon each other; immanent tendency realized as external necessity”. (MARX, 1986, p. 341)

A mera constatação de que o conteúdo das crises econômicas consiste no fato de que a produção capitalista engendra as condições que criam dificuldades a sua própria realização, isto é, de que “a *barreira efetiva* da produção capitalista é o próprio *capital*”, (MARX, 2006, V. 4, p.328) não explica o surgimento dessas condições como momentos necessários no processo de acumulação de capital. Para tanto, deve-se reproduzir os argumentos utilizados por Marx para demonstrar que:

Os limites intransponíveis em que se podem mover a manutenção e a expansão do valor-capital, a qual se baseia na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, colidem constantemente com os métodos de produção que o capital tem de empregar para atingir seu objetivo e que visam ao aumento ilimitado da produção, à produção como

fim em si mesma, ao desenvolvimento incondicionado das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais –, em caráter permanente, conflita com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. (Ibid., p. 329)

Deve-se demonstrar, portanto, como as leis que regulam o modo de produção capitalista geram uma tendência à superacumulação de capital, que sempre implica em superprodução de mercadorias¹⁷, isto é, em termos concretos implica em queda da atividade econômica, desemprego, acumulação de estoques invendáveis de mercadorias etc. Ou seja, demonstrar como essas legalidades criam, ao mesmo tempo e como tendência: produção ilimitada de mercadorias; aumento da massa consumidora; e obstáculos ao consumo. (RIBEIRO, 2008, p. 90) Resultados que denotam a colisão entre as condições de produção das mercadorias e as condições de realização dessa produção, o que implica em dificuldades para a continuidade da acumulação de capital. Em suma, as subseções seguintes pretendem demonstrar como:

No modo capitalista de produção, relativamente à população, desenvolve-se em demasia a produtividade, e, embora sem atingir a mesma proporção, aumentam os valores-capital (e não só o substrato material desses valores) de maneira mais rápida que a população. Os dois fatos colidem com a base – que, em relação à riqueza crescente, é cada vez mais estreita, e para a qual opera essa produtividade imensa – e com as condições de valorização do capital que se expande. Daí as crises. (MARX, 2006, V. 4, p. 347)

1.1.2.1 - Tendência à produção ilimitada de mercadorias

Tomando-se por base a análise de Marx, chega-se a conclusão que o modo capitalista de produção, para reproduzir-se, tem a tendência de produzir mercadorias ilimitadamente, quer destinem-se para consumo pessoal, quer sirvam como meios de produção, incluindo-se ampliação da oferta da mercadoria força de trabalho no

¹⁷ “Superprodução de capital, não de mercadorias isoladas – embora a superprodução de capital implique sempre superprodução de mercadorias –, nada mais significa que superacumulação de capital”. (MARX, 2006, V. 4, p. 330)

mercado. Essa tendência à expansão da oferta ocorre tanto em termos da massa de valores de uso disponíveis no mercado, quanto em termos de valor. Além disso, o próprio capital enquanto mercadoria tende a expandir-se de maneira ilimitada, o que redundará no fenômeno da superacumulação de capital, na já citada incapacidade de valorização para todo o estoque de capital da sociedade, isto é, nas crises.

Pretende-se demonstrar brevemente os elementos da análise marxiana que permitem identificar como as leis que regem o modo de produção capitalista resultam na tendência à produção ilimitada de mercadorias. Para tanto, deve-se resgatar elementos presentes ao longo de toda a obra de Marx.

A sociedade capitalista necessita da produção constante de bens de consumo e meios de produção. O capital só pode funcionar se dispuser de meios de produção e força de trabalho, colocando-os em ação conjuntamente de acordo com proporções técnicas socialmente determinadas. A força de trabalho constitui a única mercadoria de que dispõe a maior parte da população, despojada da propriedade imediata de seus meios de vida (meios de subsistência e produção) das mais variadas formas, que, por isso, deve oferecer no mercado sua capacidade de trabalho a fim de adquirir os valores de uso de que necessitam. Nos termos da circulação simples de mercadorias, do ponto de vista do trabalhador, sua força de trabalho é valor, incapaz de satisfazer imediatamente suas necessidades, devendo, portanto, ser trocada pelos bens de consumo necessários à sua vida, condição para que possam continuar a oferecer no mercado a única mercadoria que possuem.

O modo de produção capitalista não só necessita e produz essas diferentes classes de mercadorias, como o faz, e tem de fazer, de maneira sempre crescente. O objetivo da produção capitalista é a apropriação do maior volume possível de trabalho excedente. Segundo Marx:

Todo o caráter da produção capitalista é determinado pelo imperativo de aumentar o valor-capital adiantado, de produzir, portanto, antes de tudo, a maior quantidade possível de mais-valia; em seguida pelo imperativo de produzir capital, ou seja, de transformar mais-valia em capital. (MARX, 2006, V. 3, p. 89)

A reprodução ampliada é, portanto, a forma normal que o capital tem de reproduzir-se. Para que possa haver reprodução ampliada deve-se não apenas repor os meios de produção gastos, mas transformar parte da mais-valia em capital. Para tanto,

[...] parte do trabalho anual excedente tem de ser transformado para produzir meios adicionais de produção e de subsistência acima da quantidade necessária para substituir o capital adiantado. Em suma, a mais-valia só pode ser transformada em capital porque o produto excedente, do qual ela é o valor, já contém os elementos materiais de um novo capital. (MARX, 2006, V. 2, p. 678)

Além disso, é lei, que se expressa por meio da concorrência, a tendência ao aumento da composição orgânica do capital na tentativa da apropriação de mais-valia extraordinária. Como se disse anteriormente, produzir uma mercadoria abaixo do tempo de trabalho socialmente necessário, isto é, abaixo do seu valor de mercado é uma posição vantajosa, pois permite a realização de um superlucro (a venda da mercadoria acima do seu valor) e confere ao capitalista uma posição privilegiada com relação aos seus concorrentes diretos em uma possível guerra de preços em momentos em que a demanda não for suficiente para a oferta disponível do produto, de forma que o capitalista que não acompanhar o progresso da produtividade do trabalho pode nesses momentos sucumbir se o preço de mercado cair abaixo do seu preço de custo. O aumento de produtividade permite, ao nível individual, maior apropriação de mais-valia, o que implica em concentração do capital e ainda na centralização do capital, quando os capitais em piores condições são engolidos por aqueles que por motivos variados conquistaram posições de destaque. Uma vez que “o grau da produtividade do trabalho [...] se expressa pelo número dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho” (Ibid., p. 725), é preciso que haja sempre disponível no mercado as mercadorias que servem de meios de produção. O processo de acumulação em sua totalidade implica na necessidade de que essas mercadorias estejam disponíveis em escala crescente. Se, por ventura, um capital em seu processo de reprodução não encontra disponível no mercado os meios de produção de que necessita, paralisa-se o seu ciclo, ficando impossibilitado de exercer o imperativo que configura o seu ser, qual seja, valorizar-se.

A produção dos elementos que compõe o capital constante é também produção capitalista, de forma que a necessidade de haver disponível quantidade sempre crescente de meios de produção, para o processo global de acumulação, são satisfeitas por estar esse setor sujeito às mesmas leis que impelem à produção sempre crescente de mercadorias, que se pretende apontar ao longo desta seção. Seria um obstáculo depender de modos de produção não capitalistas para obterem-se os meios materiais necessários à produção e apropriação de mais-valia. “A tendência da produção capitalista, entretanto, é transformar, sempre que possa, toda produção em produção de mercadorias, e seu principal instrumento para isto é trazê-la para seu processo de circulação”. (MARX, 2006, V. 3, p.124)

Esse apetite crescente por meios de produção no curso do processo de acumulação é, por outro lado, apetite crescente pelo emprego de capital variável. Apesar da tendência ao aumento da composição orgânica, a massa de trabalhadores empregados tem de crescer, uma vez que é o progresso da acumulação de capital que implica na tendência ao aumento da composição orgânica. Quanto maior o número de trabalhadores que o capital emprega simultaneamente, isto é, quanto mais ele troca trabalho objetivado por vivo, maior é a valorização de uma só vez. No regime capitalista o número de trabalhadores empregados cresce de maneira absoluta, embora decresça relativamente¹⁸. A mercadoria força de trabalho deve, por isso, estar disponível de maneira constante e em escala crescente no mercado. Essa necessidade é também satisfeita pelo próprio processo de acumulação capitalista.

Segundo Marx, “a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista” implica que quanto maior a riqueza social, o capital em função, sua força de expansão e, conseqüentemente, a magnitude do proletariado, maior o exército industrial de reserva. “A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital”. (MARX, 2006, V. 2, p. 748) A tendência ao aumento da produtividade, com o aumento da composição orgânica do capital, significa que um dado estoque de capital necessita de um número decrescente de trabalhadores para ser posto em movimento. A superpopulação relativa é produto necessário e ao mesmo

¹⁸ “Um desenvolvimento das forças produtivas que diminuísse o número absoluto dos trabalhadores, isto é, capacitasse realmente a nação inteira a efetuar a produção em menor espaço de tempo, acarretaria revolução, pois tornaria marginal a maior parte da população. Mais uma vez, revela-se o limite específico da produção capitalista, e vê-se que não é de maneira alguma forma absoluta do desenvolvimento das forças produtivas e da criação de riqueza, colidindo com este desenvolvimento, a partir de certo ponto”. (Ibid., p. 343-344)

tempo alavanca da produção capitalista. Em momentos de prosperidade massa crescente de riqueza pode ser transformada em capital adicional, lançando-se a ramos de produção antigos e novos, para isso “grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos, sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos”. (Ibid., p. 735-736) Dessa forma a superpopulação relativa é condição de existência do modo de produção capitalista, proporcionando a força de trabalho a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital.

Além disso, os métodos utilizados para aumentar a produtividade são métodos para aumentar o trabalho excedente, isto é, acelerar a acumulação de capital. A concentração do capital está limitada, contudo, pelo crescimento da riqueza social. A acumulação gera, por outro lado, o acirramento da competição entre os capitais individuais, “a repulsão recíproca de muitos capitais individuais”. (Ibid., 728-729) Os capitais menores incapazes de acompanhar o progresso tecnológico que implica, como tendência, que o volume da capital para que se possa engajar competitivamente em atividades produtivas seja crescente, são engolidos pelos capitais maiores e mais aptos à realização dos vultuosos investimentos necessários. Isso significa a expropriação “do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes”. (Ibid., p. 729) Juntem-se a isso os velhos e novos modos de expropriação, de separação do trabalhador de seus meios de produção, e tem-se uma tendência ao aumento do número de pessoas que têm de oferecer sua capacidade de trabalho ao capital como única forma de manter sua existência. O capital, em seu processo de reprodução, repõe constantemente as relações de produção subjacentes, dissolvendo formas pré-capitalistas, dissociando trabalhadores dos meios de produção, colonizando através da circulação modos de produção arcaicos. Nesse sentido, o capítulo XXIV do primeiro livro de *O Capital (A chamada acumulação primitiva)* não deve ser visto como simplesmente um capítulo histórico, mera ilustração, mas como um momento do processo global de produção capitalista, constantemente repondo sua lógica, isto é, como parte do argumento teórico de Marx.

Todo esse contingente de pessoas que são lançadas constantemente no mercado de trabalho precisa consumir, para manterem-se vivas e suficientemente saudáveis, de forma que possam, potencialmente, exercer atividade laboral. A reprodução do sistema capitalista necessita, portanto, da produção crescente de mercadorias bens de consumo.

Quando a produção por meio de trabalho assalariado se torna geral, a produção de mercadorias tem de ser forma geral da produção. Os trabalhadores têm de encontrar à venda, isto é, na forma de mercadoria os meios de subsistência de que necessitam. A busca da mais-valia extraordinária, motor da inovação tecnológica nos processos capitalistas de produção, tem como conseqüência a queda no valor de cada unidade produzida, uma vez que por meio desta um dispêndio igual de trabalho humano, *ceteris paribus*, se expressa em quantidade maior de produto. Desta forma, para realizar a mesma massa de valor precisa-se, como tendência, de quantidade crescente de valores de uso. Sob essas condições, os capitalistas são obrigados, portanto, a lançar no mercado uma quantidade sempre crescente de mercadorias.

Já se observou que a produção capitalista tem por suas características iminentes a tendência a reproduzir-se de maneira ampliada e, portanto, a necessidade de realizar quantidade crescente de valor, ao invés de constante. Isto é, consumo produtivo sob bases capitalistas tem por intuito fazer crescer o valor inicial e reproduzir o ciclo de acumulação de um capital em maior escala. Por um lado, os meios de produção são consumidos de forma que seu valor é retirado da circulação apenas temporariamente, sendo posteriormente relançado sob a forma de um valor de uso diverso. Por outro, com relação ao consumo da força de trabalho, o capitalista paga seu valor para receber seu valor de uso (como qualquer outra mercadoria), que nesse caso é criar valor novo, que idealmente deve ser maior que o seu valor próprio. Assim, a necessidade no sistema capitalista de que a produção de mercadorias seja sempre crescente é satisfeita a partir de suas próprias leis internas de funcionamento. (RIBEIRO, 2008, p. 95-96)

Além disso, mesmo o consumo pessoal se enquadra na superprodução em termos de valor, uma vez que a retirada do mercado do valor das mercadorias que se destinam ao consumo pessoal implica na reprodução da força de trabalho, isto é, que se possa lançar novamente a mercadoria força de trabalho na circulação. “E, esta é, precisamente, a mercadoria capaz de criar mais-valor”. (Ibid., p. 97)

O trabalho excedente que a classe trabalhadora fornece de graça ao capitalista em um período torna-se capital no período seguinte. “Isto é o que se chama de produzir capital com capital”. (MARX, 2006, V. 2, p. 680) A acumulação de capital entra em uma espécie de círculo vicioso, no sentido de que quanto mais se acumula, mais se poderá acumular, já que a condição para apropriar-se de trabalho vivo não pago é a propriedade sobre trabalho passado não pago. A concorrência impele o capitalista “a

expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva”. (Ibid., p. 690) O desenvolvimento da produtividade se torna o principal meio pelo qual o capital se amplia, através da apropriação e direcionamento do progresso científico, uma vez que todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho são métodos para aumentar a mais-valia. “São, portanto, ao mesmo tempo métodos para produzir capital com capital ou métodos para acelerar sua acumulação”. (Ibid., p.727) Como dito anteriormente, esse processo de concentração de capital acaba levando ao acirramento da concorrência e, conseqüentemente, a um processo de centralização do capital, que aprofunda ainda mais a tendência à sobreacumulação de capital, uma vez que dado o grau de exploração da força de trabalho, a quantidade de mais-valia produzida por um capital depende do número de trabalhadores empregados, isto é, da magnitude do capital. “E, por fim, todas as molas da produção funcionam com mais energia quanto mais aumenta sua escala com o montante do capital adiantado”. (Ibid., p. 708).

Para usar um termo que Marx usa ao tratar do capital portador de juros, pode-se dizer que o modo de produção capitalista apresenta a tendência à superprodução também da mercadoria-capital¹⁹. Mercadoria esta que tem a peculiaridade de seu valor de uso, a capacidade de gerar lucro a seu possuidor, não desaparecer com o consumo, pelo contrário, seu consumo não só conserva o valor e o valor de uso, como também os acrescem. Além disso, acumular, isto é, reproduzir-se de forma ampliada é uma necessidade no modo de produção capitalista, pois como já se mencionou ficar parado, ou seja, não acompanhar o progresso da produtividade, ou mesmo tomar sua dianteira, não se expandir buscando novos espaços para valorização, pode significar ao capitalista individual a perda de seu capital. Portanto, uma vez que a reprodução ampliada é a forma típica da reprodução capitalista, a mercadoria-capital produz a si própria de maneira crescente.

¹⁹ Marx utiliza o termo ao tratar do capital portador de juros na medida em que neste ponto do desenvolvimento lógico categorial de seu argumento, o capital-dinheiro vira mercadoria. O dono do dinheiro pode cedê-lo, fazendo dele mercadoria, para recebê-lo de volta, acrescido de mais-valia criada pelo capitalista que recebeu o empréstimo e o aplicou produtivamente, também como capital. A mercadoria capital é, portanto, peculiar, uma vez que é alienada não pelo seu valor, ou por expressão deste, mas por uma parcela da mais-valia produzida pelo tomador, que assume a forma de juros. Além disso, o valor de uso dessa mercadoria é produzir lucro, portanto este não desaparece com o seu consumo. A mercadoria-capital pode inclusive tomar a forma de meios de produção. “Mas todo capital emprestado, qualquer que seja a forma dele, como quer que a natureza do valor-de-uso modifique o modo de devolução, é sempre forma particular do capital-dinheiro, pois o que se empresta então é sempre determinada soma de dinheiro sobre a qual se calculam os juros”. (MARX, 2006, V. 5, p.459)

A superprodução da mercadoria capital está contida na já mencionada superacumulação de capital, isto é, a multiplicação do estoque existente de capital social para além da possibilidade de valorização do mesmo. As dificuldades de realização da produção e, portanto, da valorização do capital, bem como o aprofundamento das tendências que levam à superacumulação de capital, ao considerar-se capitais que habitam unicamente a esfera da circulação, serão tratadas mais a frente, cada qual a seu tempo. Antes disso será demonstrado como o capital possui a tendência a criar um número crescente de potenciais consumidores para seus produtos, a partir das leis internas de funcionamento do modo de produção capitalista, as mesmas leis que geram a tendência à produção ilimitada de mercadorias.

1.1.2.2 - Tendência ao aumento da massa consumidora

É claro que essa produção com tendência crescente deve encontrar mercado, isto é, a apropriação da mais-valia produzida pressupõe a realização da produção. A produção crescente faz necessária então uma massa crescente de consumidores. O capital possui, em resposta, a tendência imanente a expandir-se geograficamente, criando novos pontos de troca e, conseqüentemente, dissolvendo formas arcaicas de produção, consumando a acumulação primitiva, isto é, repondo as suas condições de funcionamento de maneira constante, o que significa ao mesmo tempo o aumento constante do número de pessoas que depende do salário para sobreviver, adquirindo seus meios de subsistência através da circulação geral de mercadorias.

De forma similar ao que foi visto anteriormente, as necessidades do capital, as barreiras que se erguem à sua frente, tendem a ser ultrapassadas (mas, apenas na medida em que são repostas em grau crescente de complexidade). Assim, do mesmo modo que o capital tem tendência a produzir quantidade sempre crescente de mais-valia, tem tendência complementar a criar mais pontos de troca. A esfera da circulação tende a ser constantemente expandida pelas necessidades da produção capitalista, de realização da massa crescente de mais-valia. “The tendency to create the *world market* is inherent directly in the concept of capital itself. Every limit appears as a barrier to be overcome”. (MARX, 1986, p. 335)

Observa-se, desta forma, uma tendência à ampliação do mercado para as mercadorias já produzidas, uma espécie de expansão extensiva do capital. Contudo a busca pela ampliação da massa consumidora não se restringe apenas ao seu alargamento extensivo, atua também na criação de novas necessidades. Assim, trata-se em primeiro lugar de criação de novas necessidades em lugares ainda não explorados completamente pelo capital, através da propagação das necessidades de consumo existentes por uma área maior, e, em segundo lugar, da descoberta de novos valores de uso, ou seja, na criação de necessidades inteiramente novas, o que caminha de par com a tendência já observada do aumento da produtividade. No curso do processo de acumulação de capital buscam-se produtos qualitativamente novos que, como os outros, sejam veículos de mais-valia.

Hence the exploration of the whole of nature in order to discover new useful properties of things; the universal exchange of the products coming from the most diverse climates and lands; new (artificial) modes of processing natural objects to give them new use values. (Ibid., p. 336)

As raízes do capital expandem-se, como tendência, para todos os lados, ao mesmo tempo em que buscam mais profundamente sua energia vital, o que tem claras repercussões para as relações de intercâmbio entre as diferentes nações e para a exploração desmedida da natureza. Note-se de passagem que a tendência ao esgotamento da natureza criando, conseqüentemente, problemas para a reprodução da espécie humana é imanente ao modo de produção capitalista, de forma que se pode criticar a maior parte dos movimentos ecológicos atuais pela falta de uma perspectiva crítica com relação a este modo histórico-específico de produção, e as relações sociais subjacentes a este, em suas reivindicações²⁰.

Essa tendência do modo de produção capitalista a universalizar suas formas de reprodução, de forma a espalhar-se, tendencialmente, ao redor de todo o globo terrestre é satisfeita pela introdução da lógica do valor em formas pré-capitalistas de produção através do intercâmbio contínuo com esses modos arcaicos de produção. Trazer para o âmbito da circulação é a forma pela qual o sistema capitalista “coloniza” modos de produção ainda não inteiramente subsumidos à lógica do valor. Esses modos de

²⁰ O resultado é quixotesco. Prega-se, por exemplo, o que se chama de “consumo responsável”, sem atentar-se para o fato de que a reprodução desta formação social depende do aumento absoluto do consumo.

produção progressivamente passam a produzir mercadorias para, posteriormente, transformarem-se em produção capitalista de mercadorias.

Esta, na medida em que se desenvolve, decompõe e dissolve as velhas formas de produção, voltadas de preferência para a subsistência imediata e que só transformam em mercadoria o excedente da produção. Ela faz com que a venda do produto se torne o interesse principal, aparentemente sem atacar, de início, o modo de produção existente [...]. Mas, depois, quando cria raízes, destrói todas as formas de produção de mercadorias que se baseiam no trabalho próprio dos produtores ou apenas na venda do excedente da produção como mercadoria. (MARX, 2006, V. 3, p. 49-50)

A separação entre trabalhadores e meios de produção e subsistência oferece por um lado, como já foi visto, um dos elementos constitutivos da produção capitalista, a mercadoria força de trabalho, e, por outro lado, fornece ao capital um enorme contingente de pessoas que precisam consumir para sobreviver, em outras palavras, cria a demanda necessária para a realização da mais-valia que essa mesma classe trabalhadora fornece gratuitamente ao capital. Como visto acima, entende-se esse movimento, a “acumulação primitiva”, como movimento constante de reposição da lógica do capital. A tendência à criação de novos valores de uso, ou seja, de novas formas de se apropriar mais-valia, aprofunda essa tendência à dissociação entre trabalhadores e propriedade imediata dos meios de subsistência e produção²¹, mercantilizando tudo o que o capital pode tocar, inclusive algumas boas intenções²² como o desejo de reverter a tendência ao aquecimento global e ao esgotamento da natureza, por exemplo.

Além do consumo pessoal, as empresas capitalistas adquirem os meios de produção e força de trabalho de que necessitam no mercado. Dado que a acumulação de capital é a regra deste jogo, as empresas devem consumir volume sempre crescente de capital constante e variável. Ademais, as necessidades do consumidor produtivo

²¹ “O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior”. (MARX, 2006, V. 2, p. 828)

²² A primeira vista este tipo de colocação pode parecer mera ironia, no entanto basta notar que algumas mercadorias possuem, entre outros rótulos, “selos verdes” (existem também selos que comprovam que não se utilizou trabalho escravo ou infantil na produção da mercadoria etc.) que atestam que o produto foi fabricado de maneira “sustentável”, deslocando uma parte da demanda em sua direção a despeito de em geral possuírem um preço mais elevado, precisamente por supostamente conterem nobres anseios, isto é, valores universais.

divergem essencialmente das necessidades físicas e psicológicas que motivam o consumo pessoal, não estando sujeitas a quaisquer limites, obedecendo apenas ao desejo ilimitado de apropriar-se crescentemente de lucro.

Por fim, as relações capitalistas de produção engendram “a existência do aparelho de Estado com todo o seu corpo de funcionários, militares, técnicos, etc.” (RIBEIRO, p. 99). Esses órgãos da administração pública respondem por grande parte da demanda por mercadorias, constituindo parcela importante do consumo, sendo, portanto, de suma importância para o processo global de acumulação capitalista.

A despeito de criar objetos de consumo e consumidores em escala crescente, pretende-se demonstrar em seguida que o desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista cria, ao mesmo tempo, como tendência imanente, restrições à realização dessa produção. Tentou-se demonstrar nesta seção a tendência ao aumento absoluto no consumo sob bases capitalistas, para na seção seguinte demonstrar como, apesar disso, esse aumento absoluto no consumo tende a ser insuficiente para realizar todo o valor produzido. Com isto pretende-se concluir a demonstração de como o modo de produção capitalista caminha para a geração de crises de maneira cíclica. Essa dialética é aprofundada ao considerarem-se os capitais cujo processo de valorização habita unicamente a esfera da circulação, o que será feito apenas no capítulo seguinte, uma vez o conceito de capital produtivo é suficiente para os propósitos deste capítulo, como dito anteriormente.

1.1.2.3 - Tendência a restringir a realização do valor produzido

Neste ponto do trabalho pretende-se, portanto, demonstrar como as mesmas leis que levam à tendência ao aumento da escala da produção e ao aumento do número de pessoas que precisam recorrer à circulação capitalista de mercadorias para adquirir seus meios de subsistência, caminham, ao mesmo tempo, para a redução relativa da capacidade de consumo da sociedade. Ou seja, demonstrar que esse modo de produção, apesar de apresentar tendência ao aumento absoluto do consumo de mercadorias, caminha também para a incapacidade de realizar todo o valor produzido ilimitadamente. A esse respeito deve-se ter em conta o consumo produtivo, isto é, o que tem por objetivo a produção de mais-valia, e o consumo pessoal, o que diz respeito à satisfação

das necessidades dos assalariados, classe que corresponde à maior parte dos consumidores pessoais.

Em primeiro lugar, com relação ao consumo produtivo, como se sabe o objetivo da produção capitalista é produzir, para se apropriar, de mais-valia na forma de lucro, portanto o capitalista deve lançar na circulação sempre menos valor do que dela retira, ou seja, sua procura deve ser sempre menor que a sua oferta. O mesmo pode ser visto em termos de artigos para o consumo, a procura do capital tem de ser sempre menor que a sua oferta, uma vez que para que o capital se valorize deve lançar na circulação mais mercadorias do que dela retira. Nas palavras de Marx:

Sob a forma dinheiro, o capitalista lança menos valor na circulação do que dela retira, e sob a forma mercadoria lança na circulação mais valor do que dela retira. Enquanto personifica apenas o capital, funcionando como capitalista industrial, sua oferta de valor-mercadoria é sempre maior que a sua procura. A igualdade entre ambas equivaleria à não-valorização do seu capital, que não teria funcionado como capital produtivo. (Ibid., p. 130)

O movimento do capital em seu processo típico de acumulação é tal que essa diferença entre a sua oferta e sua procura deve ser idealmente alargada, uma vez que é exatamente essa diferença que corresponde ao lucro do capital. Uma forma simples de visualizar esse argumento é apresentada na sequência: a demanda do capital constitui-se de meios de produção, o capital constante (c), e de força de trabalho, o capital variável (v), ou seja a demanda total do capital é $c+v$; o produto que o capital oferece constitui-se do valor dos meios de produção empregados (c) e do valor novo criado pela força de trabalho, parte repõe a remuneração desta (v) e o restante constitui a mais-valia do capital (m), de forma que a oferta total do capital é $c+v+m$; a diferença entre a oferta e a demanda do capital é, portanto, igual à mais-valia produzida²³, m, e quanto maior essa diferença maior a mais-valia que cabe ao capital. A taxa de lucro do capital, $m/(c+v)$, depende positivamente da diferença entre oferta e procura do capital.

A taxa à qual o capitalista valoriza seu capital é tanto maior quanto maior for a diferença entre sua oferta e sua procura, isto é, quanto maior o excedente do valor-mercadoria que fornece sobre o valor-mercadoria que adquire. Seu

²³ Neste nível de abstração, desconsiderando-se assim as espécies de capital que habitam unicamente a circulação, toda a mais-valia produzida é apropriada pelo capitalista produtivo.

objetivo não é a coincidência, mas a maior disparidade possível entre ambas, a maior superioridade possível da oferta sobre a procura. (Ibid., p. 131)

Desta forma, percebe-se que a tendência a alargar a diferença entre oferta e procura do capital é racional no modo de produção capitalista, o que significa que o processo de acumulação de capital envolve uma tendência a restringir o consumo de meios de produção e de força de trabalho, ou seja, de restringir o consumo produtivo, mas apenas de maneira relativa, pois uma vez que a acumulação de capital é a marca deste modo de produção o consumo produtivo tem necessariamente de crescer em termos absolutos como tendência de um modo de produção que se reproduz, em regra, de maneira ampliada. Isto entra em clara colisão com as tendências já observadas ao aumento da oferta dessas mesmas mercadorias como outro resultado necessário desse processo, uma vez que esse aumento na oferta tende a não ser acompanhado por igual aumento na demanda.

Foi dito anteriormente que o capital é consumidor insaciável uma vez que tem a apropriação de mais-valia por objetivo, um desejo em si ilimitado. Mas essa demanda está condicionada à perspectiva de poder realizar uma oferta maior. A demanda do capital só pode crescer na medida em que se antevê uma apropriação crescente de mais-valia, respondendo ao movimento cíclico do processo global de acumulação, ao mesmo tempo em que concorre para a afirmação desse ciclo. Assim: “Se o capital é um consumidor insaciável, pode tornar-se um comprador extremamente comedido sempre que sinta seus lucros futuros ameaçados”. (RIBEIRO, 2008, p. 101)

Com respeito apenas ao consumo dos meios de produção, como decorrência da lei geral da acumulação capitalista, à medida que cresce o capital aumenta a diferença entre capital empregado e capital consumido. Empregam-se máquinas, edifício e outros elementos do capital fixo com valor cada vez maior, mas que o repassam cada vez mais lentamente ao produto final, o que significa que, sob esse ponto de vista apenas, uma maior número de períodos são necessários até que o capital precise repor esses meios de produção. Ademais,

A parte circulante do capital constante, matérias-primas etc. aumenta sempre a respectiva massa na proporção da produtividade do trabalho. O mesmo não ocorre com o capital fixo, os edifícios, a maquinaria, as instalações de iluminação, aquecimento etc. [...] Se cinco trabalhadores produzem dez vezes

mais mercadorias que antes, não se decuplica por isso o desembolso em capital fixo, e, embora o valor dessa parte do capital constante cresça com o desenvolvimento da produtividade, está bem longe de aumentar na mesma proporção. (MARX, 2006, V. 4, p. 340)

Assim, a procura por meios de produção tende a não acompanhar o aumento da oferta do capital. Se sua procura por meios de produção é necessariamente menor que o capital adiantado e bem menor que o valor-mercadoria que fornece o seu processo produtivo, sua procura por força de trabalho, segundo a já muitas vezes citada lei que rege a tendência ao aumento da produtividade, tende a ser cada vez menor em relação à procura do capitalista por meios de produção. Uma vez que todo esse movimento se afirma pelo desejo privado de apropriação de quantidade crescente de mais-valia, poder-se-ia imaginar que o consumo pessoal do capitalista compensaria a redução da sua demanda enquanto agente produtivo e mesmo a redução da demanda por artigos de consumo por parte da força de trabalho cuja demonstração será realizada em seguida. Um breve exame da questão é suficiente para desfazer esta impressão. Ao capitalista individual é necessário constituir uma reserva de capital para aproveitar possíveis conjunturas favoráveis de expansão de seus negócios, bem como para defender-se de oscilação de preços e da demanda por seus produtos. Além disso, a concorrência compele-o à reprodução ampliada e à incorporação dos progressos técnicos ao seu processo produtivo. Parte da mais-valia (a maior parte, diga-se de passagem) fica comprometida pelas necessidades de expansão do capital, necessidade que tem força de lei, uma vez que dela depende a existência dos capitais individualmente considerados.

A fim de acumular capital, tem ele [o capitalista], antes de tudo, de subtrair da circulação parte da mais-valia nela convertida em dinheiro, entesourando-a, até que atinja as dimensões necessárias para expandir o velho negócio ou iniciar outro. O entesouramento, enquanto prossegue, não aumenta a procura do capitalista; o dinheiro se imobiliza; não retira do mercado nenhum equivalente em mercadoria pelo equivalente em dinheiro subtraído do mercado por mercadoria fornecida. (MARX, 2006, V. 3, p. 133)

O processo de acumulação capitalista, portanto, gera tendência à redução relativa do consumo tanto de meios de produção quanto de força de trabalho, por parte do capital. Dando sequência ao argumento, a procura do capitalista por força de trabalho

é indiretamente a procura dos trabalhadores por artigos de consumo. Utilizando-se do esquema acima proposto: o valor novo criado pela força de trabalho é $v+m$, deste quanto maior o m , menor o v ; sabe-se que o capital almeja sempre o aumento do m , mas como v destina-se ao pagamento de salários vê-se, sob esse ponto de vista, que há uma tendência a restringir crescentemente o consumo dos trabalhadores. O ímpeto privado da apropriação máxima, que se apresenta como condição de manutenção do capitalista enquanto tal, sendo, portanto, produto dessa lógica de acumulação, choca-se com a necessidade da confirmação social da produção. Cada capitalista relaciona-se com seu próprio trabalhador segundo a regra geral da relação entre capital e trabalho, procurando elevar ao máximo o tempo de trabalho excedente e reduzir o tempo de trabalho necessário. Como coloca Marx:

Each capitalist knows that he does not confront his own worker as a producer confronts a consumer, and so he wants to restrict his consumption, i.e. his ability to exchange, his wages, as much as possible. But, of course, he wants the workers of other capitalists to be the greatest possible consumers of his commodity. Yet the relationship of each capitalist to his workers is the general relationship of capital and labour, the essential relation. (MARX, 1986, p. 346)

Para cada capital o salário pago constitui um custo, uma perda, ao invés de demanda por seus produtos. A relação imanente entre capital e trabalho afirma a si própria, chocando-se, contudo, com as condições sociais da produção, uma vez que os trabalhadores em geral constituem os potenciais demandantes dos artigos de consumo pessoal produzidos. A partir dessa relação geral entre capital e trabalho, a luta de classes, já é possível vislumbrar que o capital, como tendência, ergue barreiras ao consumo dos trabalhadores.

Ademais, já se disse que o processo de acumulação capitalista produz a tendência ao aumento da composição orgânica do capital, isto é, ao decréscimo do capital variável com relação ao capital constante, criando uma superpopulação relativa. Se a diminuição do número de trabalhadores não é necessariamente absoluta, variando com o ciclo econômico, a lei da acumulação capitalista funciona de tal forma que exclui qualquer redução no grau de exploração da força de trabalho (m/v) ou possível elevação do salário que possa comprometer a reprodução capitalista. Assim, o capital atrai

relativamente cada vez menos trabalhadores, isto é, apesar do nível de emprego crescer (oscilando de acordo com a conjuntura do ciclo econômico), não o faz à mesma taxa de crescimento da acumulação de capital.

É necessário que a acumulação do capital global seja acelerada em progressão crescente para absorver um número adicional determinado de trabalhadores ou mesmo, em virtude da constante metamorfose do capital velho, para continuar ocupando os trabalhadores que se encontram empregados. (Ibid., p. 732-733)

Há assim, no decorrer de um ciclo completo, formação contínua (isto é, tendencial) do exército de reserva, oscilando com momentos de maior ou menor absorção de força de trabalho. Ou seja, em períodos prósperos absorve-se mais, em crise absorve-se menos, ou melhor, liberam-se trabalhadores. A necessidade do capital de aumentar o emprego em termos absolutos nos momentos de prosperidade é satisfeita pela própria tendência de no processo de acumulação criar um exército industrial de reserva. Os movimentos dos salários regulam-se, em geral, pela expansão ou contração do exército industrial de reserva. Assim, a formação do exército industrial de reserva concorre para a redução dos salários, diminuindo o poder de consumo da classe trabalhadora. A variação nos salários, portanto, segue a manifestação cíclica da variação na proporção em que a população apta ao trabalho divide-se em exército da ativa e exército de reserva. Em suma, com o progresso da produtividade, quantidade crescente de meios de produção pode ser mobilizada por igual dispêndio de força de trabalho, maior, portanto, a pressão dos trabalhadores sobre o emprego e piores as condições de barganha da classe trabalhadora por melhores condições de vida, isto é, consumo.

Além disso, o aumento de produtividade, quando atinge setores que produzem bens de subsistência dos trabalhadores leva a uma diminuição do tempo de trabalho necessário, isto é, a um aumento do tempo de trabalho excedente à custa daquele, ou seja, um aumento da mais-valia relativa. Reduz-se o valor da força de trabalho, restringindo sua capacidade de consumo. (RIBEIRO, 2008, p. 103-104)

De toda forma, fica claro que as leis que regem o processo de acumulação capitalista tem como resultado a tendência a erigir barreiras ao consumo, que são ao mesmo tempo barreiras ao próprio processo de acumulação, uma vez que este

obrigatoriamente envolve a realização da mais-valia criada. No modo de produção capitalista

[t]he boundless enlargement of its value – the boundless positing of value – is thus absolutely identical here with the setting of limits to the sphere of exchange, i.e. to the possibility of valorization, to the realization of the value posited in the production process. (MARX, 1986, p. 350)

Não poderia ser diferente em um sistema no qual o consumo e a produção (que é ao mesmo tempo consumo de meios de produção e força de trabalho) respondem à vontade do capital e não às necessidades sociais racionalmente administradas. Nesse sistema o consumo da população assalariada é quase um acidente no curso da acumulação de capital, uma necessidade deste processo.

O objetivo do capital não é satisfazer as necessidades, mas produzir lucro, alcançando essa finalidade por métodos que regulam o volume da produção pela escala da produção, e não o contrário. Por isso, terá sempre de haver discrepâncias entre as dimensões limitadas do consumo em base capitalista e uma produção que procura constantemente ultrapassar o limite que lhe é imanente. (MARX, 2006, V. 4, p. 336)

O capital é a unidade de processos externos uns aos outros – produção e realização – separados no tempo e no espaço. Esses momentos existem “*independently alongside one another, despite their inner unity, and each exists as the precondition of the other*”. (MARX, 1986, p. 330) Por ser esta unidade, deve o capital realizar todos os momentos necessários que o constituem. A análise do processo de circulação do capital joga luz sobre esta questão. Analisando-se o ciclo de um capital individual, qualquer que seja a figura do ciclo²⁴, percebe-se que cada fase do ciclo precede outra e que a interrupção de uma fase é, portanto, a interrupção de todo o ciclo. Se, por exemplo, a mercadoria produzida não é vendida, não se pode adquirir os meios necessários à continuidade do processo de produção, quer a reprodução do capital seja simples ou ampliada²⁵. O processo de valorização, movimento característico do capital, é uma

²⁴ Seja ciclo do capital-dinheiro, o ciclo do capital-produtivo, ou o ciclo do capital-mercadoria. Ver Marx, 2006, V. 3, Parte Primeira.

²⁵ Obviamente que para que um capital de fato se paralise a quantidade de mercadorias que não consegue realizar tem de ser considerável, mas ao menos, mesmo a não realização de uma única mercadoria,

sucessão de fases justapostas, isto é, enquanto parte do capital encontra-se sob a forma de mercadoria, outra parte se encontra sob a forma dinheiro e outra ainda sob a forma de meios de produção. “Quando para a sequência, a sucessão, desorganiza-se a justaposição, e todo estorvo num estágio causa maior ou menor paralisação em todo o ciclo da parte do capital estorvada e ainda do capital individual por inteiro”. (MARX, 2006, V. 3, p. 118)

Tentou-se demonstrar que o capital possui a tendência a criar esse estorvo, isto é, dificuldades para a realização de uma produção que se regula pela necessidade da contínua expansão do valor. É importante ressaltar que aqui foram identificadas tendências, leis gerais cujo funcionamento pode ser modificado pelas mais diversas circunstâncias, cuja análise foge ao escopo deste trabalho. Procurou-se mostrar que as leis que regulam o modo de produção capitalista produzem, ao mesmo tempo, resultados contraditórios entre si. Para tanto, assim como Marx o fez, foi suficiente permanecer em um nível de abstração no qual não se considera ainda a “autonomização das formas funcionais do capital”. Esta, entendida como as saídas que o capital busca no sentido de superar barreiras e ampliar seu movimento expansivo, vem aprofundar todas as tendências aqui apontadas. Essa questão será tratada no capítulo seguinte, no momento em que serão abordadas leituras da crise atual que levam em conta o desenvolvimento dialético do capital fictício.

Por fim, deve-se reter que o modo de produção capitalista caminha constantemente para crises de maneira cíclica, isto é, caminha constantemente para a sua ampliação para além dos limites que possibilitem a sua valorização, para a superacumulação de capital.

By its very nature, therefore, capital sets a limit for labor and the creation of value, which stands in contradiction to its tendency to expand them boundlessly. And by both positing a limit specific to itself and on the other hand driving beyond any limit, it is the very embodiment of contradiction. (MARX, 1986, p. 350)

Mas o que pode causar tal estado de coisas? O comportamento individual sob o dever ser orientado pela lógica do valor parece encerrar uma contradição essencial com

significa que parte do capital não conseguiu percorrer todas as fases necessárias ao seu processo de valorização.

a unidade sob a qual se assenta o capital enquanto relação social. Uma vez entendido o conteúdo das crises, o próximo passo lógico deve ser explicitar sua causa. Será este o tema da seção seguinte, apontar uma causa geral para as crises cíclicas no modo de produção capitalista.

1.2 - Causa e Formas de Manifestação

A partir da explicitação do conteúdo das crises no modo de produção capitalista pode-se perceber que estas provêm de um conflito entre as condições de produção, sob a lógica ilimitada da expansão do valor, e de realização de todo o valor criado. Essa contradição exacerba-se periodicamente, de maneira cíclica, de forma a paralisar em grande medida o processo de acumulação capitalista, levando à destruição de parte do capital, eliminando o excesso, o que, ao mesmo tempo, já configura o caminho de saída da crise. O modo de produção capitalista, apesar de engendrar uma forma de práxis social que traduz o ímpeto à acumulação desmesurada pela expansão tendencial da produção, cria ao mesmo tempo barreiras para o seu processo de acumulação, restringindo a possibilidade de que essa produção crescente se realize.

Apesar do fato de que os indivíduos (os capitalistas neste caso) possuem o *telos* da expansão do valor que dispõe, e de agirem de acordo com essa finalidade, o resultado final periodicamente é o contrário. Evidencia-se assim uma propriedade do ser social, de que a teleologia restringe-se ao agir individual e os resultados sociais que emergem da articulação de inúmeras posições teleológicas realizadas são concretamente distintos das finalidades às quais se dirigem os agires humanos (ou seja, não têm com único efeito a realização da própria finalidade). (LUKÁCS, 1979, pp. 17-18) Essa propriedade se evidencia também na tendência à queda da taxa de lucro. O capitalista individual não emprega uma nova máquina poupadora de trabalho humano para reduzir sua taxa de lucro, pelo contrário, o faz para aumentá-la, apropriando-se de mais-valia extraordinária na medida em que o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir sua mercadoria não se alterou. Contudo, a concorrência tende a generalizar a inovação tendo por resultado a queda do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria e, conseqüentemente, queda da taxa média de lucro.

O motor dessa indiferença recíproca entre os capitais individuais, ou seja, a maneira através da qual as tendências gerais do capital expressam-se para os indivíduos com força de lei, como já se sabe, é a concorrência. Esta “impõe a cada capitalista as leis imanentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas” (MARX, 2006, V. 2, p. 690), de forma que seria uma impossibilidade a idéia de um capital universal, sem concorrência, uma vez que desta forma as tendências gerais do capital perderiam o meio pelo qual podem converter-se em realidade através das ações dos capitalistas individuais, isto é, extinguir-se-ia “definitivamente o fogo sagrado da produção”. (MARX, 2006, V. 4, p. 338) Assim, apesar da necessidade de confirmação social de toda produção capitalista, as tendências imanentes a esse modo histórico-específico de produção se afirmam no âmbito individual pela indiferença recíproca entre os capitais individuais, cada qual agindo em interesse próprio como uma condição imposta externamente à sua existência. Isso fica evidente no fato de que cada capitalista individual trata seu próprio trabalhador segundo as tendências gerais da relação entre capital e trabalho, isto é, atuando sempre que possível no sentido da restrição de sua capacidade de consumo, enquanto que a classe capitalista como um todo precisa do consumo dos trabalhadores para realizar a mais-valia criada, como se falou na seção anterior.

A concorrência, afirmação das tendências deste modo de produção, é o motor da divergência entre o caráter limitado do consumo e o caráter ilimitado da produção capitalista, uma vez que esta tem como norte a apropriação de mais-valia, na forma de riqueza universal. A produção que se regula pelas necessidades absolutas do capital, ao invés de regular-se pelas necessidades humanas de maneira direta, só pode confirmar-se pela via do mercado, estando posta a possibilidade de que força produtiva social tenha se despendido em vão, dadas a tendência demonstrada na seção anterior para o descompasso entre a produção ilimitada e o consumo insuficientemente crescente, isto é, a tendência do sistema capitalista a gerar crises de maneira cíclica.

As tendências contraditórias desenvolvidas na seção anterior decorrem do desejo privado da apropriação máxima possível de lucro, cujo resultado social, contudo, cria obstáculos à realização das finalidades inicialmente postas. Assim, as crises no modo de produção capitalista surgem como consequência da contradição entre a força social geral que o capital encarna e o poder privado dos capitalistas, entre a indiferença recíproca destes em um sistema que universaliza formas de reprodução nas quais a

dependência mútua se afirma. “A causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra”. (CARCANHOLO, 1996, p. 181). Ou nas palavras do próprio Marx:

Em termos bem genéricos, a antinomia consiste no seguinte: o modo capitalista de produção tende a desenvolver de maneira absoluta as forças produtivas, independentemente do valor, da mais-valia nele incluída e das condições sociais nas quais se efetua a produção capitalista, ao mesmo tempo que tem por finalidade manter o valor-capital existente e expandi-lo ao máximo (isto é, acelerar sempre o acréscimo desse valor). Caracteriza-o especificamente a circunstância de o valor-capital ser utilizado como meio de expandir esse valor o máximo possível. Os métodos com que alcança esse objetivo implicam decréscimo da taxa de lucro, depreciação do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às custas das forças produtivas já criadas. (MARX, 2006, V. 4, p. 328)

A decisão de expandir o valor-capital o máximo possível está circunscrita à esfera privada da teleologia dos capitalistas e os métodos pelos quais este objetivo é perseguido implicam, entre outras coisas, na desvalorização de parte do capital social por meio de uma crise. A causa das crises só pode ser, portanto, a indiferença das ações individuais, sob a lógica da acumulação máxima, com relação às condições sociais de produção²⁶, unidade de produção e realização. Capital é a unidade desses dois momentos distintos que não correspondem imediatamente um ao outro, formando uma contradição. Quando esta se afirma além de certo ponto a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise. Segundo Carcannholo:

É preciso deixar claro que essa contradição que explica as crises não é qualquer uma. Ela está na essência do funcionamento do sistema. Ela engloba todas as outras contradições, entre valor e valor de uso, entre produção e consumo, entre o desenvolvimento das forças produtivas e a menor participação da força de trabalho na produção, na anarquia da produção, na

²⁶ Um exemplo claro disso está no fato de que, como se falou mais acima, o capitalistas tendem a tratar seus próprios trabalhadores segundo a relação geral entre capital e trabalho, ou seja, restringindo ao máximo possível sua capacidade de consumo, ao mesmo tempo em que cada um vê os trabalhadores dos outros capitalistas como potenciais demandantes de seus produtos.

desproporção entre os departamentos, etc. Nesse sentido, a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação é uma totalidade. (CARCANHOLO, 1996, p. 181)

Advertindo que as crises econômicas podem manifestar-se das mais diversas formas, o autor acima citado conclui ser “impossível o estabelecimento de uma teoria marxista das crises fechada e acabada”. A literatura marxista, contudo, consagra uma série de interpretações acerca das causas das crises: queda da taxa de lucro; subconsumo; desproporções; e superacumulação de capital. . No entanto, todas essas situações se definem quando a causa que deflagrou a crise já atuou, de forma que quase todas elas são formas de manifestação, ao invés de causa, das crises, a despeito da superacumulação de capital que, como se viu, corresponde ao conteúdo das crises. (CARCANHOLO, 1996, p.169-171)

Os capítulos seguintes debruçam-se sobre a forma mais recente de manifestação da crise cíclica, analisando-se diferentes interpretações marxistas acerca da mesma. Será oferecida uma interpretação que leva em conta o fato de que a contradição essencial entre a força social do capital e o domínio privado da apropriação da mais-valia, aqui considerada tendo em vista apenas capitais que produzem e apropriam-se de mais-valia, se aprofunda, isto é, cresce em complexidade, quando se passa a considerar a existência de capitais que habitam unicamente a esfera da circulação e, portanto, apropriam-se de mais-valia sem produzi-la. As categorias aqui trabalhadas crescem de complexidade conforme baixa-se o nível de abstração, chegando-se mais perto da concretude dos fenômenos, de posse, contudo, de um arsenal teórico capaz de oferecer uma explicação coerente dos mesmos.

Capítulo 2 – Interpretações marxistas da crise atual

Este capítulo se destina à apresentação de algumas das mais destacadas interpretações da crise atual. O processo de escolha levou em conta a importância destes autores, e suas leituras dos fatos, ou seja, a penetração que estes autores possuem não apenas no campo acadêmico, mas junto à militância anti-capitalista em geral.

Seguem-se quatro seções que buscam entender o arcabouço teórico de cada uma dessas interpretações e apresentar a visão específica, isto é, a forma como esse arcabouço teórico se encaixa na história dessa etapa cíclica de acumulação de capital e sua crise. A primeira seção aborda leituras que vêm a lei de tendência à queda da taxa de lucro de Marx como a causa desta crise econômica, Andrew Kliman (2009^a, 2009^b, 2010), Chris Harman (2008, 2009), Guglielmo Carchedi (2009), ou que, ao menos, vêm na redução do lucro industrial a explicação causal para essa configuração específica do capitalismo que se consolidou ao longo das últimas três décadas e que agora parece ter chegado ao seu ocaso, como Robert Brenner (2009). A segunda seção trata de autores identificados, de alguma forma ao marxismo que vêm na tendência do capitalismo em criar problemas de realização do valor produzido a causa das crises econômicas. Essa seção divide-se em dois braços: um que analisa a interpretação oferecida pelos autores reunidos em torno da revista *Monthly Review*, fundada por Paul Sweezy e Leo Huberman, que pegam carona na teoria do capitalismo monopolista de Baran e Sweezy, irremediavelmente tendente à estagnação, para avaliar a dinâmica de acumulação de capital contemporânea; outro que analisa a perspectiva de Michel Husson (2009^a, 2009^b) sobre a existência de uma demanda deprimida, desde a década de 1980, sem ter recuperado-se plenamente desde então, como a causa dos desenvolvimentos do sistema capitalista desde então. A terceira seção apresenta duas diferentes visões que utilizam da imagem do capitalismo *financeirizado*, ou *financeirização* do capitalismo, para avaliar a crise atual: a perspectiva amplamente difundida de François Chesnais (2009^a, 2009^b, 2010); e a *financeirização* da renda da classe trabalhadora, constituindo um processo de expropriação financeira, dos economistas do *SOAS* da Universidade de Londres, representados por Costas Lapavistas (2009^a, 2009^b, 2010) e Paulo dos Santos (2009).

Por fim, a quarta seção apresenta a perspectiva que entende os desenvolvimentos do capitalismo contemporâneo que culminaram na crise atual a partir da lógica de

acumulação de capital fictício. Entende-se ser esta a forma com maior capacidade explanatória para entender os fenômenos correntes e, ainda, a única forma verdadeiramente coerente com a teoria do valor de Marx e com a teoria das crises cíclicas do capitalismo que dela se pode extrair. Ficarà claro que o processo de *autonomização das formas funcionais do capital*, a gênese dialética do capital fictício, corresponde à complexificação da contradição que a nível maior de abstração, adotado no primeiro capítulo deste trabalho, foi apresentada como a causa geral das crises econômicas do capitalismo: a contradição entre o domínio privado da apropriação de mais-valia e a natureza social da produção de mais-valia.

No capítulo seguinte, pretende-se, a título de conclusão, mostrar, diante do que neste capítulo será exposto e à luz da teoria marxiana das crises cíclicas do capitalismo, por que a dinâmica de acumulação do capital fictício corresponde à ferramenta teórica mais poderosa, dentre as demais perspectivas críticas apresentadas.

2.1 - A crise a partir da lei da tendência à queda da taxa de lucro

Esta seção pretende expor algumas interpretações marxistas da crise atual do capitalismo que giram em torno da lei de tendência à queda da taxa de lucro de Marx, identificando este desenvolvimento contraditório do processo de acumulação de capital como sua causa principal.

Como já foi dito no primeiro capítulo o próprio conceito do capital, valorização em processo, indica seu movimento auto-expansivo em si mesmo ilimitado. O valor de troca é determinação quantitativa de trabalhos materializados qualitativamente diversos, portanto só se diferencia de si mesmo segundo sua massa. O desejo do capitalista é sempre apropriar-se do máximo possível na forma de mais-valia. Quanto mais, sempre melhor.

O capitalista só possui um valor perante a História e direito histórico à existência enquanto funciona personificando o capital. Sua própria necessidade transitória, nessas condições, está ligada à necessidade transitória do modo capitalista de produção. Mas, ao personificar o capital, o que o impele não são os valores de uso de sua fruição, e sim o valor de troca e sua

ampliação. Fanático da expansão do valor, compele impiedosamente a humanidade a produzir por produzir, a desenvolver as forças produtivas sociais e a criar as condições materiais de produção que são os únicos fatores capazes de constituir a base real de uma forma social superior, tendo por princípio fundamental o desenvolvimento livre e integral de cada indivíduo. O capitalista é respeitável apenas enquanto personifica o capital. Nessa função, partilha com o entesourador a paixão da riqueza pela riqueza. Mas o que neste é mania individual, é naquele uma resultante do mecanismo social. O capitalista é apenas uma das forças propulsoras desse mecanismo. (MARX, 2006, V. 2, p. 690)

É o impulso individual à apropriação da maior quantidade possível de valor excedente que move o capitalista. Esse impulso individual surge como força externa, nesse sentido estranha, através da concorrência.

[...] o desenvolvimento da produção capitalista torna necessária a elevação contínua do capital empregado num empreendimento industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva. (Ibid.)

O aumento da produtividade, neste contexto, surge como a mais poderosa ferramenta de acumulação²⁷. Implica no aumento da quantidade produzida e na redução do valor unitário de cada mercadoria. Quando o aumento de produtividade atinge os ramos que produzem mercadorias consumidas pelos trabalhadores, reduz-se o valor da força de trabalho, isto é, reduz-se o tempo de trabalho necessário para a reprodução do valor despendido pelo capitalista para a compra de trabalho, aumentando o tempo de trabalho excedente, em outras palavras, há um ganho de mais-valia relativa. Este é o resultado social das ações individuais que tem por objetivo imediato o ganho de mais-valia extraordinária, ou seja, não necessariamente o capitalista do ramo que produz meios de produção para a classe trabalhadora (considerando-se que à força de trabalho é pago seu valor) adota uma inovação no processo de produção que aumenta a

²⁷ “Dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega-se sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação”. (MARX, 2006, V. 2, p. 725)

produtividade do trabalho tendo em vista o aumento da mais-valia relativa, mas cada capitalista, independentemente do ramo de produção tem estímulos para aumentar a produtividade e poder vender sua mercadoria acima do seu valor, mesmo que abaixo do valor social médio, apropriando-se de mais-valia extraordinária. Neste processo, o capital apropria-se do progresso científico que ademais amplia o campo de atuação do capital, alargando progressivamente as fronteiras para o processo de acumulação de capital.

Aumentar a produtividade significa sempre diminuir o tempo necessário para a produção de um determinado produto. O esforço nesta direção é individual e os resultados são apropriados também, a princípio, individualmente. Uma inovação tecnológica que aumente a produtividade não atinge de imediato todos os capitais. O valor, como se sabe, é regulado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, uma média social que indica a taxa média de lucro que se expressa no preço de produção das mercadorias, e a implantação de um método mais produtivo implica, para um capitalista, na possibilidade de vender a sua mercadoria acima do seu próprio valor. A diferença entre o valor real da mercadoria e o valor médio social é apropriada pelo capitalista inovador, representando para ele uma mais-valia extraordinária (sob a forma mistificada de redução de custo frente a uma taxa média de lucro).

Ao mesmo tempo, o progresso técnico significa sempre que se precisa de um menor gasto de força de trabalho para produzir a mesma quantidade antes produzida. Ou seja, aumentam os meios de produção que um trabalhador, em um dado espaço de tempo, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho. (Ibid., p. 725) Há, portanto, decréscimo relativo do fator subjetivo do processo de trabalho frente aos fatores objetivos que o compõe. O processo de acumulação de capital que através da concorrência empurra os capitais individuais para o progresso tecnológico, poupador de força de trabalho, implica, portanto, no aumento da composição orgânica do capital²⁸. É importante, contudo, recordar a advertência de Marx de que “se o progresso da acumulação reduz a magnitude relativa da parte variável do capital, não exclui, com isso, o aumento de sua magnitude absoluta”. (Ibid., p. 727)

²⁸ Aumento da composição técnica do capital (aumento da massa dos meios de produção frente à massa da força de trabalho) refletindo-se na composição em valor (aumento da parte constante do capital com relação à parte variável).

Desta forma, o progresso do modo de produção capitalista implica na diminuição relativa do fator que no processo de trabalho é responsável pela transferência do valor dos meios de produção ao produto, ao mesmo tempo em que cria valor novo. Uma redução da mais-valia produzida (m), com relação ao capital total adiantado ($c + v$). Uma tendência, portanto à redução da taxa de lucro (m/C , onde $C = c + v$), uma vez que essa é uma lei geral para o capital, atuando em todos os ramos em que se aplica a produção capitalista. Não se pode esquecer que o mesmo processo de acumulação produz tendências opostas, como a redução do valor da força de trabalho (parte que o capital adianta sob a forma de capital variável), o aumento do grau de exploração do trabalho (que implica em um aumento da mais-valia com relação ao capital variável), entre outras. Já foi dito²⁹ que a queda da taxa de lucro é a tendência (dominante) porque o aumento da composição orgânica é virtualmente ilimitado, enquanto as demais forças que atuam sobre a taxa de lucro em decorrência do processo de acumulação de capital estão sujeitas a limitações físicas, sociais ou morais, constituindo, portanto, contra-tendências à queda da taxa de lucro. Ademais, foi dito que essa lei atua, manifestando-se ou não, ao longo de todo ciclo econômico. Em momentos de ascensão as contra-tendências devem estar atuando com maior força, fazendo-se sentir, enquanto nos descensos a queda da taxa de lucro manifesta-se de maneira avassaladora.

Assim como se disse acima que a redução relativa do capital variável não implica, necessariamente, na sua redução absoluta, o decréscimo da taxa de lucro não significa, necessariamente, redução da massa do lucro. Pode acontecer que o aumento da taxa de acumulação de capital seja maior que a queda da taxa de lucro, de forma que a queda relativa do capital variável aconteça em simultâneo ao seu acréscimo em termos absolutos. De qualquer modo, quanto mais desenvolvido o modo de produção capitalista, maior deve ser a massa de capital necessária para ocupar uma dada quantidade de força de trabalho, havendo, portanto, no modo de produção capitalista a produção permanente de uma superpopulação relativa de trabalhadores.

Em suma, o afã individual para a apropriação do máximo possível em mais-valia caba gerando o resultado social contraditório de diminuir relativamente a produção da mais-valia. Observa-se aqui, mais uma vez, a contradição entre o domínio privado da

²⁹ p. 10

produção e a produção social capitalista como o motor de resultados que fogem ao controle consciente dos indivíduos.

2.1.1 - A lei da queda da taxa de lucro como causa das crises em alguns autores marxistas

Alguns autores enxergam na lei de tendência à queda da taxa de lucro, esta decorrência necessária das legalidades do modo de produção capitalista, a causa das crises econômicas cíclicas. Serão destacados aqui autores que se valem desta perspectiva para analisar a crise atual: Kliman (2009^a, 2009^b, 2010), Harman (2008, 2009) e Carchedi (2009), além da atribuição de causalidade entre as taxas cadentes de lucro e a acumulação de capital no setor financeiro de Brenner (2009). Será exposta nesta subseção a forma como abordam a chamada lei de tendência à queda da taxa de lucro para na subseção seguinte mostrar como esse instrumental teórico é utilizado na leitura dos fatos atuais³⁰.

Em primeiro lugar, todos os autores que compõe esta subseção, à exceção de Brenner (2009), têm em comum o fato de identificarem a teoria das crises de Marx com a lei de tendência à queda da taxa de lucro. Nesse sentido atribuem à manifestação dessa lei o papel de causa geral das crises econômicas capitalistas. Assim, têm em comum o fato de vislumbrarem as crises econômicas recentes como mais do que meras crises financeiras, mas como manifestação dos problemas sistêmicos criados pela falta de oportunidade para investimentos suficientemente lucrativos no setor produtivo. Uma vez que, para estes autores, a acumulação de capital depende da lucratividade que pode ser obtida, há vis-à-vis a queda da taxa de lucro uma tendência à redução na taxa de acumulação de capital na indústria.

De maneira praticamente idêntica Harman (2009) e Carchedi (2009) atribuem a tendência à queda da taxa de lucro às variações na composição orgânica do capital. Essa tendência “exists alongside the more or less regular boom-recession cycle caused by the

³⁰ Aparecerão ao longo desta seção momentos em que a abordagem difere da perspectiva de Marx, tal qual exposta acima. Acredita-se que a maior causa de mal entendidos reside na confusão entre o significado de uma lei de tendência, confundindo-a com uma lei determinista. A queda da taxa de lucro não precisa se manifestar para ser válida a lei de tendência da queda da taxa de lucro, da mesma forma, a sua manifestação, isto é, uma eventual queda da taxa de lucro, por si só, não é suficiente para provar a validade da lei de tendência à queda da taxa de lucro.

lack of coordination of investment decisions through the system”. (HARMAN, 2009) O aumento da produtividade economizaria força de trabalho, ou seja, significaria o aumento da composição orgânica do capital. Nas palavras de Carchedi:

New means of production, i.e. innovations, increase labour’s productivity, defined as units of output (use values) per unit of capital invested. But they at the same time usually replace people with means of production. They are labour shedding and productivity increasing innovations. The economy’s organic composition of capital, i.e. the proportion of constant capital (invested in means of production) to variable capital (invested in labour power) and thus of machines to labourers rises. If less labour power is employed, less (surplus) value is created by the innovating capitals. But this smaller quantity of (surplus) value is embodied in a greater quantity of use values, units of output. The economy as a whole produces more use values but less (surplus) value. This is the contradictory outcome of technological innovations and at the same time the ultimate cause of economic crises. (CARCHEDI, 2009, p. 7)

No curso do processo de acumulação de capital, em momentos de prosperidade, deve haver aumento do emprego, mas sendo a inovação tecnológica um aspecto inerente ao processo, a acumulação tenderia a prosseguir de maneira mais rápida que o crescimento da utilização da força de trabalho, o que faz com que caia a taxa de lucro. Assim, diante desse fato, cada vez mais as empresas preferem reter seus lucros em poupança ao invés de gastá-los, investindo-os, o que leva à desaceleração da acumulação de capital. Ou seja, conforme as inovações tecnológicas se difundem pela economia e conforme a queda da taxa de lucro começa por levar à falência os capitalistas menores: “What begins as an excess of saving over investment ends up as a recession that can turn into a slump”. (HARMAN, 2008)

Ou seja, o hiato crescente entre poupança e investimento cria uma pressão em direção à recessão econômica. Contudo alguns fatores podem atuar de forma a retardar o aparecimento da crise. Harman e Carchedi admitem que o aumento da produtividade, por poupar força de trabalho, tende a exercer pressão para baixo sobre os salários, aumentando o grau de exploração da força de trabalho e, assim, gerar um impacto positivo sobre os lucros. Nesse sentido, a queda dos salários seria consequência da

queda da taxa de lucro, ao invés de causa da queda da taxa de lucro. Levantando-se contra as teses subconsumistas, Carchedi argumenta que a causa da crise não deve ser buscada na esfera de realização (nem na relação entre realização e produção), mas na esfera da produção. Este autor se esforça por desenvolver uma crítica que, segundo ele, é capaz de demonstrar não só o absurdo das concepções subconsumistas, como suas implicações ideológicas.

But, internal critique aside, one should be aware of each of the two views' political and ideological ramifications. If lower wages determine crises, higher wages are the way out of crises. And if higher wages determine crises, lower wages are the way out of crises. Crises are at least in principle avoidable. If they are not avoided, it is because 'mistakes' have been made in wage, fiscal, monetary, etc. policies or because labour has not been able to impose better work and living conditions on capital. The reformist matrix of this redistributive view is clear: if the system is reformable, a different system is not needed. (CARCHEDI, 2009, p. 16)

Outro fator que pode surgir para retardar o aparecimento da crise, constituindo um incentivo à demanda, é a migração dos capitais para o setor financeiro e para a especulação. Os capitais migram para onde podem encontrar maiores lucros, estimulados pela política monetária complacente com o endividamento, permitindo o aumento artificial dos ganhos nestes setores. "Debt (and speculation) start growing disproportionately compared to the production of value and surplus value incorporated in the commodities (and thus relative to purchasing power)". (Ibid., p. 9) No entanto, essa situação não pode ser reproduzida por muito tempo porque "[s]ooner or later debts must be repaid. As unemployment surges, an increasing number of debtors default on their debts". (Ibid.)

Assim, apesar das crises terem origem na incapacidade de absorção do capital social pelo setor produtivo, elas se manifestam inicialmente no setor financeiro e especulativo.

Em suma:

The basic point is that financial crises are caused by the shrinking productive basis of the economy. A point is thus reached at which there has to be a

sudden and massive deflation in the financial and speculative sectors. Even though it looks as if the crisis has been generated in these sectors, the ultimate cause resides in the productive (of surplus value) sphere, i.e. in the shrinking productive basis of the economy and in the attendant falling profit rate in this sphere, even though this downwards movement has manifested itself at first in the financial and speculative sectors. It is not the case that decades of low wages have lead to realization problems and finally to the bursting of the financial bubble (at present the dominant view within the Left). Rather, decades of shrinking production of new value have forced capitalists (1) to lower salaries (something that is mistakenly seen by some as the cause of the crisis) and (2) to shift to highly profitable financial and speculative investments which, however, being based on fictitious capital, could only conceal the true state of the productive basis of the economy (something that is mistakenly seen by others as the cause of crisis). (Ibid.)

Brenner (2009), assim como todos os autores que compõe esta seção, concorda com o fato de que a causa fundamental da crise é a fraca acumulação de capital nas últimas três décadas, em decorrência da queda da taxa de lucro e da falha em sua recuperação. Contudo, Brenner tem uma forma peculiar de explicar os motivos dessa queda na taxa de lucro. Esta teria resultado em grande parte, mas não apenas, “from a persistent tendency to over-capacity, i.e. oversupply, in global manufacturing industries”. (BRENNER, 2009, p. 2) Para esse autor, a superprodução seria a forma de manifestação das crises econômicas capitalistas e, conseqüentemente, da queda da taxa de lucro. Nesse contexto a especulação surge como necessidade para o crescimento econômico, sendo um canal para o aumento da demanda.

Kliman oferece uma visão um tanto diferente. Resume a lei de tendência de Marx em uma noção de taxa de lucro de longo prazo. A taxa de lucro corrente caminharia sempre em direção a essa taxa de lucro de longo prazo, tudo mais constante. Kliman (2009^a) afirma que para Marx a todo lucro vem do trabalho, o que o leva a concluir que a taxa de lucro de longo prazo depende do nível de emprego. Como o crescimento do emprego é contido pelo progresso tecnológico, segundo o autor, a taxa de lucro corrente tenderia a cair na direção da taxa de lucro de longo prazo. Além disso, o autor descarta as chamadas contra-tendências à lei da queda da taxa de lucro afirmando que embora existam vários outros fatores eu determinem a taxa de lucro de

longo prazo (taxa de exploração do trabalho, parcela reinvestida do lucro e taxa de inflação), todos podem ser considerados bastante estáveis no curto prazo. (KLIMAN, 2009^b, p. 2)

Assim:

There is thus little reason to expect the “underlying” rate to rise or fall over time. [...] One might infer from this conclusion that I reject Marx’s law of the tendential fall in the rate of profit. Actually, the opposite is the case. If it is indeed the case that the “underlying” rate of profit is chronically too low to sustain a boom, and that the empirically observed rate of profit tends in the long-run to converge upon this too-low “underlying” rate, then the rate of profit does tend to fall if it initially starts off at a higher level. That will be the case at the start of every boom, after the crisis and the attendant destruction of capital have boosted the observed rate of profit. I believe that the tendential fall in the rate of profit to which Marx referred is just this tendency of the observed profit rate to fall downward toward the “underlying” rate (...). This falling tendency persists until capital is once again destroyed to a degree sufficient to offset it. (Ibid., pp.2-3)

Assim, como Harman e Carchedi, Kliman vê no estímulo ao endividamento uma tentativa de contornar o problema das baixas taxas de lucro e o decorrente estouro da bolha como uma consequência da queda da renda dos trabalhadores. (Ibid., p. 6)³¹ Esses autores também concordam com o fato de que uma vez que as crises são causadas pela queda da taxa de lucro, a retomada da prosperidade na acumulação de capital só pode surgir com a recuperação da taxa de lucro. As crises possibilitariam tal situação a partir da destruição de capital, não apenas em termos físicos, como em termos de valor. “In this way the downward pressure on profit rates aggravates the crisis, while the crisis permits some increase in profit rates”. (HARMAN, 2009) Contudo, como coloca Carchedi: “[...] as soon as new labour shedding and productivity increasing technologies are introduced in the ascending phase of the cycle, the conditions are re-created for a new phase of depression and crises”. (CARCHEDI, 2009, p. 9)

³¹ Embora no texto *A Crisis of Capitalism (not neoliberalism, financialized capitalism, or low wages)*, 2010, Kliman, para se contrapor às teses subconsumistas, se veja obrigado a negar, empiricamente, inclusive, a queda no salário real nos EUA desde a década de 80.

2.1.2 - A lei da queda da taxa de lucro e a crise atual

Para Carchedi (2009) a crise atual tem suas raízes no encolhimento da produção como resultado dos ganhos de produtividade. Segundo Harman (2008) a taxa de lucro apresenta uma grande queda entre o final dos anos 60 e início dos anos 80, alguns lampejos de recuperação em meados dos anos 80 e nos anos 90, mas nos anos 2000 as taxas de lucro ainda não haviam recuperado os níveis que haviam sustentado o boom do pós-guerra. O aumento do grau de exploração do trabalho, como tentativa de aumentar a lucratividade do capital, teve o efeito de deprimir a capacidade de consumo da classe trabalhadora. Dessa forma, a economia passou a depender cada vez mais do investimento para realizar a oferta crescente. A falha do capital em investir criou uma recessão em potencial, que só pode ser escondida por bolhas financeiras. Estas teriam emergido porque os lucros, ao invés de investidos produtivamente, fluíam para empreendimentos especulativos em busca de melhor remuneração. Apesar de nenhuma bolha ser “produtiva”, elas podem estimular os gastos, o que leva ao aumento do produto no curto prazo. Neste contexto, a crise só poderia mesmo ter estourado inicialmente no setor financeiro. “The present financial crisis exploded when a few giant banks with a predominant weight in the financial sector saw their equity shrinking and eventually becoming negative”. (CARCHEDI, 2009, p. 9)

Para Brenner (2009) a falha na recuperação da taxa de lucro após a crise da década de 70, com deterioração do desempenho econômico dos países centrais (EUA, Europa e Japão) se deve à sobre-capacidade do setor industrial que se originou com a intensificação da competição internacional entre meados dos anos 60 e meados dos anos 70. Essa sobre-capacidade na indústria teria emergido e se reproduzido, aprofundando-se na seqüência, por um processo de estendido de desenvolvimento desigual, no qual novas forças industriais emergentes conseguiram, graças à intervenção governamental e a novas formas de organização capitalista, combinar sofisticação tecnológica à mão de obra barata, orientando produção à exportação. (BRENNER, 2009, p. 9) O conseqüente aumento da oferta mundial levou ao achatamento de preços e lucros. Só se conseguiu impedir queda maior nos lucros, segundo o autor, devido às reduções na taxa de crescimento dos salários e com o corte de custos com força de trabalho, isso é, com demissões em massa, reduzindo-se, portanto, a capacidade de consumo da classe trabalhadora.

The long term slowdown, since 1973, in the growth of new plant and equipment, employment, and real wages--along with government cutbacks in the growth of social expenditures to aid profits—could not then but issue in the ever slower growth of investment, consumer, and government demand, and therefore of the growth of demand in aggregate (again with the exception of the later 1990s). It is the chronic weakness of aggregate demand, itself ultimately attributable to reduced rates of return that has long constituted the immediate source of the economy’s declining health. (Ibid.)

Brenner (2009) concorda que isso só não gerou uma crise imediata devido ao estímulo ao endividamento das empresas e famílias, que teria garantido certo nível de demanda agregada, mas que não poderia ser mantido indefinidamente.

Kliman (2009^a, 2010) argumenta que na década de 70 o medo de uma reedição da Grande Depressão que, segundo o autor, poderia desestabilizar o sistema e levar à radicalização da classe trabalhadora, fez com que as autoridades econômicas evitassem a destruição de capital. Por isso, a economia mundial nunca teria se recuperado completamente da crise dos anos 70 e o problema subjacente à mesma, a baixa lucratividade endêmica, fora sendo prolongado e aprofundado.

For instance, in the developed “Western” countries (including Japan), and in the world as a whole, the average growth rate of Gross Domestic Product (GDP) per person during the 1973–2003 period was just barely more than half the growth rate between 1950 and 1973 (see Figure 1). Excluding China, the worldwide growth rate fell by almost two-thirds. (KLIMAN, 2010, p. 4)

A maneira encontrada para impedir a destruição de capital teria sido, principalmente, o encorajamento da expansão excessiva da dívida, impulsionando a lucratividade e o crescimento econômico de maneira artificial, contudo. A expansão da dívida teria criado bolhas que redundaram em crises ao longo do período.

The current economic crisis, which began with and remains centered in the crisis in the U.S. housing market, provides a striking example of this phenomenon. In large part because the Federal Reserve pursued a “cheap-money, easy-credit” strategy in order to prop up the economy in the wake of

the collapse of the dot-com boom, 9/11, the recession of 2001, and the drop in employment that continued into mid-2003, home mortgage borrowing as a percentage of after-tax income more than doubled from 2000 to 2005, rising to levels far in excess of those seen previously. This caused home prices to skyrocket. Mortgage debt and home prices both doubled between start of 2000 and the end of 2005. (Ibid., p. 7)

Como a renda encontrava-se relativamente estagnada, seria inevitável a chegada do momento em que as hipotecas não poderiam mais ser pagas.

Por fim, os autores chamam a atenção para a forma como os governos têm respondido à crise, impedindo a destruição necessária do capital, evitando, portanto, que sejam criadas as condições para a retomada da taxa de lucro, além de duvidar da própria capacidade do sistema de se auto-corrigir.

The central thing we need to understand is that the crisis is not simply a fault of a lack of financial regulation or bankers' greed, but is systemic, and that the major units of capital have become too big for the system to emerge from crisis through blind workings of the market mechanism. That is why states have had to intervene even if their intervention creates new problems and, with them, political and ideological turmoil. (HARMAN, 2009)

Contudo:

If the new policy measures fail, we may soon be facing a very severe slump. It might not be as nearly as bad as the Great Depression, but it might be even worse³². It might lead to full-scale destruction of capital and a new boom, but in the 1930s, capitalism's self-correcting mechanisms proved too weak to bring that about. Recovery required both massive state intervention—which is taking place again—and the destructiveness of World War. This time around, it is not inconceivable that we will descend into fascism or warlordism before that point is reached. (KLIMAN, 2010, p. 9)

³² É importante ressaltar que Harman discordaria dessa afirmação de Kliman de que esta crise possa criar uma depressão mais severa que a da década de 30. Segundo Harman o alto nível dos gastos do governo na economia contemporânea, em comparação com a situação anterior à Segunda Guerra Mundial, estabelece um piso para a demanda abaixo do qual a economia não pode afundar. (HARMAN, 2009)

2.2 - Problemas para realização do valor produzido como causa da crise

Dentre as explicações marxistas, ou que de alguma forma se identificam com Marx, sobre as causas da crise atual é bastante difundida a idéia de que o problema central do capitalismo contemporâneo é a falta de capacidade do setor produtivo em gerar, por si só, a demanda necessária para o progresso da acumulação de capital. Sob este ponto de vista a acumulação de capital dependeria, cada vez mais, do setor financeiro, tanto pelo estímulo ao consumo a partir do endividamento da classe trabalhadora, quanto por oferecer um canal alternativo para a acumulação de capital.

Esta seção apresentará duas perspectivas diferentes que trazem em comum o fato de creditarem o que chama de processo de *financeirização* à incapacidade do capitalismo em sua fase atual em criar a demanda necessária para realização de todo valor produzido, ou seja, o fato de o capitalismo contemporâneo ter de lidar com problemas de realização do capital gerados a partir de suas próprias características iminentes.

A primeira perspectiva é a apresentada por teóricos sociais agrupados em torno da revista *Monthly Review*, importante publicação de esquerda nos EUA fundada em 1949 por Paul Sweezy e Leo Huberman, que desde então desempenha importante papel na divulgação do pensamento anti-capitalista naquele país. É central na análise oferecida a idéia de que na fase atual do capitalismo são inexoráveis os problemas para a realização da produção e, portanto, para a acumulação de capital no setor produtivo. Tal estado de coisas levaria à estagnação da economia capitalista. Nesse sentido, a *financeirização* seria uma resposta do sistema à estagnação, mas que por sua vez traria consigo, necessariamente, a instabilidade crescente na forma de bolhas especulativas que estouram de tempos em tempos em crises financeiras.

Já Michel Husson (2009^a, 2009^b) ressalta os efeitos da transição do modelo fordista de acumulação de capital para o modelo neoliberal sobre a capacidade de consumo da classe trabalhadora, como um subproduto da necessidade do capital em recompor a taxa de lucro, o que conseguiu com sucesso após a crise da década de 70, mas ao custo de, contraditoriamente, criar problemas para a realização da produção. Haveria, portanto, um paradoxo na economia capitalista contemporânea: altas taxas de lucro estariam associadas a baixas taxas de acumulação de capital, diante da carência de

oportunidades rentáveis de investimento produtivo. Diante disso o setor financeiro surgiria como fonte de estímulo à demanda, pelo endividamento da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, como alternativa para o capital latente, uma saída para a mais-valia acumulada e sem possibilidade de aplicação na esfera produtiva. Essa saída, no entanto, aprofundaria o problema do setor produtivo e levaria à geração de bolhas financeiras.

2.2.1 – Os “estagnacionistas”

A análise do capitalismo contemporâneo oferecida pelos principais articulistas da *Monthly Review* tem por eixo central a idéia da estagnação econômica como tendência inexorável, a partir de dificuldades sistêmicas para a realização da produção, identificada por Baran, Sweezy e Magdoff em livros e diversos artigos publicados na referida revista desde a década de 60. Estes autores tinham por objetivo explicar o que identificavam como uma fase específica do desenvolvimento capitalista que supõem ter se consolidado de maneira plena, especialmente nos EUA, após a Segunda Guerra Mundial, mas cujos efeitos já se faziam sentir na Grande Depressão da década de 30. Chamam esta etapa de “capitalismo monopolista” e o “estado normal de la economia capitalista monopolista es el estancamiento”, isto é, a economia capitalista contemporânea estaria condenada a apresentar baixas taxas de crescimento, alto nível de desemprego e desigualdade social, salvo em momentos de exceção (como a chamada “época de ouro” das décadas de 50 e 60) nos quais as contra-tendências à estagnação econômica, por especificidades conjunturais históricas, poderiam manifestar-se com relativa força.

Para chegar a estas conclusões Baran e Sweezy, inicialmente no livro *O Capital Monopolista*, valem-se da herança teórica deixada por diversos economistas. Seguindo-se a trilha das influências abertamente reconhecidas destes autores, pode-se vislumbrar a gênese teórica da noção de estagnação como condição inescapável da economia capitalista contemporânea, de onde parte a análise da escola da *Monthly Review* sobre, entre outras coisas, os desdobramentos que culminaram na crise do *subprime* e suas conseqüências.

Da teoria do investimento de Keynes (1985) destaca-se a noção de que a economia capitalista não necessariamente se recuperaria por si só após um choque que a

levasse a um nível de atividade econômica abaixo do correspondente ao pleno emprego da capacidade produtiva social. Uma vez que as decisões de investimento se dão com base em um horizonte distante, Keynes argumentava que diversos fatores poderiam afetar as expectativas de longo prazo dos capitalistas e que, por isso, não haveria garantia de que o nível de investimentos se ajustaria para suprir o hiato entre consumo desejado pela comunidade e o volume de produção compatível com o pleno emprego de recursos, ou que as taxas de juros se reduziriam com a rapidez necessária para estimular adequadamente novas inversões, levando a economia automaticamente ao ponto em que não seria possível a ocorrência de superprodução, como postulava a teoria econômica dominante. Além disso, segundo Foster e Magdoff:

Bajo estas circunstancias, dominadas por la incertidumbre, pueden darse déficits de inversión debido a varios factores, entre los cuales la acumulación de sobrecapacidad en fábricas y equipamientos, la sensación de que el mercado de productos de consumo está saturado o muy pronto lo estará, la percepción de que la frontera exterior de la expansión está limitada, etc. El alto nivel de desigualdades que mantiene en un nivel bajo la capacidad de compra relativa de la clase trabajadora puede debilitar el consumo y, por tanto, los beneficios esperados de las nuevas inversiones. Cualquier descenso en la inversión tiende a generar un círculo vicioso: al caer el empleo, los ingresos y el gasto, se originan problemas financieros cada vez mayores que afectan negativamente al clima de negocios em general, lo que provoca una ralentización económica y una disminución aún mayor en la inversión. (FOSTER & MAGDOFF, 2009, p. 21)

Com essa interpretação de Keynes a economia não só tende a se manter em equilíbrio em uma posição abaixo do pleno emprego dos fatores de produção, como essa situação tende a piorar. A queda inicial do investimento, qualquer que seja sua causa, levaria a uma redução no nível de emprego de força de trabalho e, conseqüentemente, deprimindo a capacidade de consumo da classe trabalhadora, o que reduziria ainda mais a expectativa de lucros dos empresários levando, portanto, a nova redução no ritmo de investimentos. Como resultado a economia operaria com elevado nível da capacidade ociosa na indústria, o que segundo os autores contribuiria ainda mais para o baixo nível de investimentos. A falta de oportunidades rentáveis de investimentos é a marca de uma economia estagnada, como pregam os autores.

John Bellamy Foster e Fred Magdoff prosseguem a exposição das origens da tese de que a estagnação é o estado normal da economia capitalista contemporânea de Paul Baran, Paul Sweezy e Harry Magdoff fazendo referência ao economista estadunidense Alvin Hansen. Segundo os autores, Hansen pôs ênfase nas implicações das proposições de Keynes para o longo prazo na construção de sua “tese da estagnação” centrado-se

[...] en las fuerzas históricas específicas que han impulsado la economía capitalista y que le permitieron alcanzar altos niveles de crecimiento durante un tiempo. Al ser históricas, estas fuerzas eran transitorias y menguaban con el tiempo. Además, una tendencia al “estancamiento a largo plazo” podría atribuirse en parte a la llegada a la “madurez” de las economías capitalistas. Los principales componentes industriales se habían construido desde cero en las primeras fases de la industrialización. (Ibid., p. 22)

Assim, o investimento tendia a ser cada vez mais orientado à mera reposição e cada vez menos à ampliação da capacidade. Seguindo este ponto de vista, as oportunidades rentáveis de aplicação produtiva de capital desapareciam, como no “paradoxo da pobreza em meio à abundância”³³ de Keynes na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. (KEYNES, 1985, p. 33) No entanto, os lucros industriais continuavam a crescer em virtude de transformações ocorridas no início do século XX na distribuição do capital social. Sem explicar o porquê destas mudanças os autores afirmam que poucas grandes empresas passaram a controlar a maior parte da indústria. Nos termos de Marx teria havido um movimento de centralização do capital. Argumentam que isso constituiu uma grande mudança com relação ao “sistema livremente competitivo del siglo XIX, en que la economía estaba formada en su mayor parte por empresas pequeñas que tenían poco poder sobre el nivel de precios”, desta forma a produção e o investimento teriam deixado de ser determinados pelas forças do mercado. (Ibid., p. 93) Constitui-se assim o que Baran e Sweezy denominaram de capitalismo monopolista com suas tendências específicas. Um regime de acumulação

³³ Quanto mais rica uma comunidade menor tende a ser a propensão marginal a consumir da mesma e, portanto, o hiato entre o produto de pleno emprego e consumo desejado tende a ser maior, de forma que um nível relativamente elevado de investimento poderá de existir para preencher esta diferença. A situação piora pelo fato de que, segundo Keynes, em comunidades ricas, portanto com grande volume de capital acumulado, devem existir menores oportunidades para novos investimentos. (KEYNES, 1985, p. 33)

que se apresentaria como antítese do livre mercado que, segundo os autores, teria vigorado no século XIX.

Neste ponto do argumento evoca-se o economista austríaco Joseph Schumpeter para dizer que neste regime as empresas são “correspectivas”, o que significa que não mais competem predatoriamente em preços, como os autores afirmam ter ocorrido em um período histórico específico. Nas palavras de Foster e Magdoff:

Dichas empresas monopolistas abandonaron una competencia en precios mutuamente destructiva que se habia apodado “guerra de precios”. En su lugar, competían básicamente en áreas de recorte de costes y esfuerzo de ventas. El resultado fue lo que Baran y Sweezy llamaron “tendencia a ascender del superávit” de la economía en su conjunto y en particular en la parte representada por las grandes empresas. (Ibid., p. 93)

Essa tendência ao aumento dos lucros não seria um problema não fosse a já citada carência de oportunidades rentáveis de investimento. Deve-se notar ainda que na mudança de postura concorrencial das empresas inclui-se a tendência a rebaixar, sempre que possível, a remuneração da classe trabalhadora como forma de se conseguir vantagens de custos com relação às concorrentes, o que tende a deprimir o consumo reduzindo ainda mais, assim, as possibilidades de investimento, segundo os autores em questão. O excesso de capacidade produtiva resultante manteve então a níveis muito reduzidos a acumulação de capital em virtude das fracas perspectivas de lucro para novos investimentos que não se limitassem a repor o desgaste dos fatores de produção empregados. Circunstâncias muito específicas, portanto, teriam mantido, ao mesmo tempo, os lucros das empresas oligopolistas e rebaixado suas perspectivas de lucros futuros com novos investimentos, configurando uma situação de estagnação econômica nos países avançados.

Os autores argumentam que tal estado de coisas poderia ser revertido caso houvesse uma inovação tecnológica capaz de dar fôlego renovado à acumulação de capital na produção. Sem uma inovação que representasse o estímulo econômico da criação das ferrovias e do automóvel, apresentando múltiplos efeitos de encadeamento com diversos setores, o sistema poderia permanecer estagnado por tempo indefinido. Os autores usam como exemplo a invenção do automóvel no início do século XX que transformou a economia dos EUA com estímulos que ultrapassavam em muito a

simples venda massiva de carros: “la construcción de un extenso sistema de carreteras, puentes y túneles; la necesidad de una red de gasolineras, restaurantes, piezas de recambio de automóvil y talleres de reparación; un transporte eficiente y barato de bienes desde cualquier origen ya hacia cualquier destino”. (p. 61)

Poder-se-ia argumentar que a chamada “revolução informacional” de fins do século XX seria capaz de assumir esse papel instigador na acumulação produtiva de capital, ao que os autores responderiam que apesar de ter sem dúvida transformado a forma como indivíduos e empresas trabalham “no marcaron una época ni implicaron un estímulo económico a largo plazo, aunque ‘la revolución de *Silicon*’ haya tenido importantes consecuencias económicas”. (Ibid.)

Em linha com o economista polonês Michal Kalecki, segundo os autores o economista marxista mais importante a “enfatar las contradicciones socioeconómicas del sistema, al que ahora debemos volver”, em oposição à teoria econômica ortodoxa (Ibid., p. 194), afirma-se que o desenvolvimento de longo prazo não é inerente à economia. Traduzindo-se em termos marxianos, os integrantes da escola da *Monthly Review* aqui representados por Foster e Magdoff, que por sua vez se apóiam não só nos trabalhos dos fundadores da ideia do “capitalismo monopolista” como também em Kalecki, acreditam que as leis internas de funcionamento do modo de produção capitalista não produzem tendência ao crescimento econômico (produção e realização), ou seja, segundo a escola o desenvolvimento econômico não é imanente ao sistema capitalista. Em função disso Kalecki postula que estímulos externos se fazem necessários para o crescimento econômico de longo prazo.

Esses impulsos externos são o que os autores chamam de fatores que contrastam a tendência à estagnação. Entre outros: a expansão dos capitais para além das fronteiras nacionais, na busca de espaços de valorização; o já citado avanço tecnológico; o aumento do gasto governamental, em especial o militar que ao mesmo tempo estimula a produção e mantém a demanda por bens essenciais, impulsiona a pesquisa e o desenvolvimento de produtos de ponta; e o endividamento privado e público. Todos esses fatores, além de limitados, tenderiam a perder a eficácia conforme se manifestassem. Por exemplo, seria necessário um endividamento cada vez maior para causar o mesmo efeito sobre o PIB. A tese central do livro sobre o qual esta seção se debruça (*La Gran Crisis Financiera: causas e consecuencias*) é que a história

econômica recente seria corretamente caracterizada a partir da relação entre a tendência à estagnação e as forças que a contra-restam. Nas palavras dos autores:

El argumento deste libro, derivado en particular de Magdoff e Sweezy, se basa en que se puede realizar una valoración realista de la historia económica reciente mejor dentro de un marco centrado en la interrelación entre la tendencia del capital monopolista al estancamiento y las fuerzas que, de algún modo, la contrarrestan. La mayor fuerza compensatoria de las últimas tres décadas es la financiarización, tanto que hoy podemos hablar del “capital monopolista financiero”. [...] Las respuestas al apuro económico actual se encuentran, por consiguiente, en esta compleja dinámica. (Ibid., p. 30)

Esta citação faz menção a uma série de artigos publicados em conjunto por Sweezy e Magdoff na *Monthly Review*³⁴. Nestes, além do reconhecimento de que a tendência geral do capitalismo maduro seria a estagnação, identificou-se “un cambio profundo en el papel del sector financiero en el capitalismo estadounidense”. (Ibid., p. 29) O setor financeiro teria passado de acessório ao processo de acumulação de capital para sua principal força propulsora, diante da debilidade dos investimentos produtivos. Desta forma, o que os autores chamam de *financeirização* é, para eles, um mecanismo que atua como força contra-restante à tendência à estagnação. Na carência de possibilidades rentáveis de investimento produtivo, os capitais tenderiam a migrar para atividades meramente especulativas, ou como diria Marx, para a acumulação de capital passando apenas pela esfera da circulação, sem a criação de mais-valia³⁵. Na acepção dos autores a *financeirização* do capitalismo “supone el cambio del centro de gravedad de la actividad económica desde la producción (e incluso el creciente sector terciario) hacia las finanzas y, por tanto, es uno de los temas claves de nuestro tiempo”. (Ibid., p. 111) Contudo, afirmam que a *financeirização* não caracteriza uma nova etapa do capitalismo, “el problema básico de la acumulación en el sector produtivo sigue siendo el mismo”, a estagnação como tendência inexorável do “capitalismo monopolistas”. (Ibid)

³⁴ Magdoff & Sweezy (1972, 1977, 1981, 1987, 1988).

³⁵ É importante ressaltar que não é desta forma que os autores em questão apresentam o fenômeno. Ou seja, nada se diz da contradição entre produção e apropriação de mais-valia, como será visto no capítulo seguinte quando será feita a crítica às concepções da escola da *Monthly Review*, à luz da teoria das crises cíclicas de Marx.

No cenário descrito de altos lucros com poucas oportunidades de investimento a compra de produtos financeiros surge como solução para a aplicação do excedente. Em suma, a estagnação implicaria na necessidade crescente de instrumentos financeiros para que se possa acumular capital. Essa demanda é prontamente respondida pelas instituições financeiras com uma oferta colossal de novos produtos financeiros dos mais variados tipos. Como resultado teria havido um “aumento de la superestructura financiera en los años ochenta que cada vez más iba cobrando vida propia”. (Ibid., p. 105) Essa interpretação leva os autores a afirmarem que o fenômeno da financeirização significa que se antes a produção dominava as finanças, agora são as finanças que dominam a produção. (Ibid., p. 145)

A leitura aqui apresentada enfatiza também o fato de que o papel do Estado teria mudado frente aos imperativos da *financeirização*, incorporando plenamente a função de prestador de última instância, isto é, provedor de liquidez a curto prazo sempre que necessário. O *Federal Reserve Bank* adota explicitamente a política de *too big to fail* a partir de final dos anos 80, além de atuar como um verdadeiro soprador de bolhas sempre que possível, facilitando o endividamento sob o pretexto moral de inclusão social das camadas mais pobres da população na *ownership society* estadunidense, o quimérico “sonho americano”.

Essas condições, segundo os autores, marcam a aparição do “Capital Monopolista Financeiro”³⁶, uma continuação da tese estagnacionista contida no livro de Baran e Sweezy a partir das lacunas deixadas pelos mesmos na incapacidade perceber o fenômeno da *financeirização* quando este apenas principiava. Segundo Foster e Magdoff, Sweezy, no texto *Monopoly Capital after Twenty-Five Years* (1991), apesar de celebrar o que seria a confirmação da tese de que o estado normal da economia monopolista seria a estagnação, pelos fatos ocorridos no quarto de século após a publicação de seu livro em conjunto com Baran, reconhece que falhara em antever o avanço financeiro, argumentando que três características da financeirização minaram aspectos importantes do argumento de *O Capital Monopolista*: a explosão do mercado acionário, que significou a mudança do controle da economia das grandes empresas para os mercados financeiros; os efeitos da explosão financeira sobre as leis do

³⁶ Foster e Magdoff advertem em nota que capital financeiro se refere ao emprego de capital-dinheiro nos mercados e na especulação em geral. (Ibid., p. 92)

movimento do capital monopolista; e a não previsão da mudança na direção global do investimento. De acordo com Foster e Magdoff:

Ahora resulta evidente que la financiarización del capital monopolista representaba todo un nuevo período histórico del que nadie tuvo el más mínimo presentimiento en los años sesenta y que, según la doctrina económica existente, tanto la dominante como la marxista, sigue aún sin explicación. Cuando en los años setenta y ochenta aparecieron los primeros signos reales de un incremento masivo a muy largo plazo en la deuda, Magdoff y Sweezy, escribiendo para *Monthly Review*, fueron los primeros en darse cuenta de la magnitud de câmbios que estaban teniendo lugar y fueron prácticamente los únicos a remarcar el significado de la realidad dual de la explosión financiera y el estancamiento. (Ibid., p. 100-101)

Segundo o livro sobre o qual se baseia a seção, o mais importante indicador da *financeirização* é o crescimento do endividamento com relação ao PIB. (Ibid., p. 31) A respeito ao endividamento crescente das famílias a relação com a tendência geral do “capitalismo monopolista” é bastante clara. Como já se observou a nova configuração da relação competitiva entre as empresas implicaria na queda da parcela dos salários, isto é, na piora da distribuição de renda. Como resultado seria de esperar uma queda no consumo, que depende em grande parte da renda da classe trabalhadora. Tal situação levaria a economia prontamente ao colapso, uma vez que o investimento, outro importante componente da demanda agregada encontrar-se-ia estagnado, pelos motivos expostos mais acima no texto. Apesar disso o consumo real nos EUA manteve sua trajetória ascendente, crescendo com maior rapidez que a renda nacional entre 1994 e 2004. Duas conclusões são tiradas pelos autores a partir desses fatos. Em primeiro lugar, está claro que no contexto de salários reais estagnados e desigualdade crescente de renda e riqueza, o que impulsiona as famílias (neste caso as estadunidenses) ao endividamento é a necessidade, a tentativa de manter os respectivos níveis de vida, tudo isso graças à situação de abundante liquidez e baixas taxas de juros praticadas pelo *Fed*. Em segundo lugar, salta aos olhos a funcionalidade que esse esquema representa para uma economia estagnada. Nessas condições, o crescimento econômico passa a depender cada vez mais do consumo que só pode fazer crescer pelo endividamento. Ademais, os autores enfatizam as conseqüências funestas do aumento da carga da dívida para os trabalhadores e o que chamam de “distribuição classista” da carga da dívida.

Com relação ao endividamento crescente das empresas financeiras, setor que responde pela maior parte do incremento global da dívida, os autores sublinham os indícios de que isso representaria o grande apetite especulativo reinante na economia contemporânea. O endividamento das instituições financeiras, argumentam, teria efeito quase nulo sobre a produção.

Se emplea relativamente poca gente en el proceso especulativo [...] en comparación con otros usos más productivos del capital. Los beneficios resultantes de estas transacciones financiadas con deuda rara vez acaban siendo inversiones en fabricas o en empresas del sector terciario que crean puestos de trabajos. En realidad, tales beneficios especulativos se utilizan normalmente para generar todavía más beneficios a través de otros esquemas especulativos o para mentener el alto nivel de vida de los ricos. Como resultado, el estancamiento del empleo de los últimos años ha ido de la mano de una nueva opulencia entre los principales beneficiados de la expansión financiera. (Ibid., p. 65-66)

Depreende-se disso que a *financeirização*, como as demais forças contrastantes à estagnação, tenderia a aprofundar-se e, ao mesmo tempo, perder sua capacidade de se contrapor à tendência à redução do crescimento econômico. A desigualdade de renda, que empurram os trabalhadores para a teia das instituições financeiras, tenderia a piorar com uma progressiva redistribuição para cima da renda, de forma que “la deuda ayuda a impulsar la especulación financiera y, al mismo tiempo, ¡la especulación financiera lleva a un endeudamiento mayor!” (Ibid., p. 76) O aumento da dívida do setor financeiro, em maior proporção do que para os demais setores e para as famílias, explicaria porque o endividamento vai progressivamente perdendo poder de estimular a economia, uma vez que nas mãos deste setor as dívidas revertem-se em atividades meramente especulativas.

As conclusões dos autores acerca dos efeitos da *financeirização* para o sistema, isto é, para a potencial geração de crises, possuem, explicitamente, fortes raízes keynesianas. Segundo Foster e Magdoff, Keynes reconhecia que “el desarrollo de la empresa moderna era inseparable del de las finanzas modernas”. (Ibid., p. 26) Os mercados de títulos, segundo Keynes, teriam surgido pelo intento dos investidores em reduzir riscos associados aos investimentos produtivos. Transferia-se, em parte, o risco

de um investimento produtivo pela emissão de títulos cuja posse dava direito a parte do lucro em dinheiro e que podiam ser facilmente repassados. Mas por trás disso o capitalismo assumiria cada vez mais um aspecto dual, com duas estruturas diferentes e independentes de fixação de preços: a fixação de preços da produção real e a dos ativos financeiros. Se os ativos de longo prazo se convertiam em obrigações de curto prazo para os investidores, Keynes argumentava que surgiria a possibilidade de a economia se converter em refém da especulação em cima desses títulos, gerando alta volatilidade e instabilidade. Nas palavras dos autores:

Según Keynes, la estructura de las finanzas modernas invitaba a un desacoplamiento periódico entre el mercado de activos y la producción, así como a la posibilidad de que las burbujas especulativas, seguidas de su inevitable estallido, pudieran desestabilizar todo el sistema. Todo ello empeoró como consecuencia de este velo de dinero y el hecho de que el sistema bancario tendiera dejarse arrastar hasta el centro de la vorágine. (Ibid., p. 27)

Porém, mais do que Keynes, a análise aqui apresentada se apóia na “hipótese da instabilidade financeira” (HIF) de Hyman Minsky para captar o potencial auto-destrutivo da financeirização. Ademais cabe a Minsky o “mérito del redescubrimiento y desarrollo de las claves de Keynes para comprender las finanzas”. (Ibid) Como se sabe, a HIF de Minsky conjuga a questão da alavancagem, isto é, a necessidade de que os investimentos sejam financiados com fundos externos, com o descasamento de maturidades, de forma a se poder identificar a tendência à discrepância entre ativos e passivos dos agentes econômicos. A questão é que se há financiamento externo, existem passivos que correspondem a compromissos de pagamento e esses compromissos devem de alguma forma estar relacionados aos fluxos de caixa que se espera receber. A tese central da HIF é de que a fragilidade financeira é um fenômeno endógeno à economia capitalista moderna. O histórico de sucesso em uma economia capitalista tende a fazer com que agentes se movam na direção de práticas financeiras geradoras de instabilidade, propensas à geração de crises financeiras. Assim, “success breeds a disregard of the possibility of failure; the absence of serious financial difficulties over a substantial period leads to the development of a euphoric economy in which increasing short-term financing of long positions become a normal way of life”. (MINSKY, 1986, p.237)

Desta forma, uma bolha caminharia inevitavelmente para o seu estouro. As estruturas financeiras caminhariam para arranjos cada vez mais frágeis da combinação entre obrigações e capacidade de pagamento, seria desta forma, segundo a escola da *Monthly Review* e Minsky, que apareceriam as crises financeiras. É com este arcabouço teórico que os defensores da tese que aqui se apresenta avaliam o potencial destrutivo da *financeirização*. Segundo eles, a superestrutura financeira cresceu de forma a se tornar relativamente independente da produção, no entanto, o esquema se rompe porque a atividade especulativa tenderia a caminhar para situações insustentáveis, até que o fluxo de dinheiro necessário para cobrir as obrigações contraídas não fosse atingível. Ao chegar a este ponto, a economia passaria por uma purga através da deflação de ativos, evitando que as atividades especulativas continuassem a crescer.

Há, no entanto, uma ressalva com relação à incorporação da HIF na análise da escola da *Monthly Review*. Nas palavras de Foster e Magdoff:

La teoría de la inestabilidad financiera de Minsky, argumentaban Magdoff y Sweezy, carecía del reconocimiento explícito del estancamiento emergente, ya evidente a mediados de los años sesenta y que fue ganando fuerza em los setenta. Este hecho sentó las condiciones de un cambio profundo en el papel del sector financiero en el capitalismo estadounidense. Más que una ayuda modesta en el proceso de acumulación de capital, el sector financiero se convirtió poco a poco en una fuerza propulsora. (Foster & Magdoff, 2009, p. 29)

Em suma, nestas condições o sistema passaria a depender da geração de bolhas para expandir-se. O dilema do capitalismo contemporâneo é captado pelo “abraço simbiótico” entre estagnação e financeirização. “La economía no podía vivir sin financiarización – ni sin otros puntales del sistema, como el gasto militar –, y al final tampoco podría vivir com ella”. (Ibid., p. 30)

2.2.1.1 - A leitura “estagnacionista” da crise

Assim, na leitura da escola da *Monthly Review* a crise atual deve ser interpretada como sendo uma consequência da atual fase histórica do capitalismo, isto é, do

desenvolvimento contraditório do capital monopolista financeiro. Os fatos que desembocaram no que ficou conhecido com a crise do *subprime* devem ser vistos, crêem os autores abordados nesta seção, como “síntomas de uma crise de financiarización más general, más allá de la cual acecha el fantasma del estancamiento”. (Ibid., p. 144) Segundo esta escola, a incapacidade do sistema de reproduzir-se sem a geração periódica de bolhas financeiras é o problema crucial do capital monopolista financeiro. Fica claro, portanto, que o problema para estes autores se assemelha ao que na linguagem da teoria econômica keynesiana é chamado de carência de demanda efetiva. Há uma incapacidade do sistema em gerar os estímulos necessários para que o investimento seja a alavanca do crescimento econômico. Os motivos aos quais são creditados este estado de coisas foram acima listados, a título de ilustração, contudo, note-se a proximidade com o que Keynes dizia à respeito das dificuldades com as quais uma comunidade rica (com baixa propensão a consumir) se defrontaria para atingir o nível de investimento adequado não só para aumentar o nível de emprego como para mantê-lo: “Não apenas a propensão marginal a consumir é mais fraca em uma comunidade rica, como também, em virtude de o capital acumulado já ser grande, as oportunidades para novos investimentos são menos atrativas [...]”. (KEYNES, 1985, p. 33)³⁷ Coloca-se, portanto, de um lado o capital produtivo, e do outro o capital cujo ciclo de valorização não passa pela esfera produtiva, o capital financeiro nas palavras dos autores. A acumulação do primeiro tipo de capital seria desejável, embora não exequível no contexto da estagnação, enquanto que a acumulação de capital “financeiro”, que se desenvolve em virtude da incapacidade de acumulação produtiva de capital, seria maléfica, propensa à geração de instabilidade no sistema e conseqüentemente crises.

Desta forma, com investimentos estagnados só restaria, como alternativa para o crescimento econômico, o estímulo ao consumo. A capacidade de consumo da classe trabalhadora era, no entanto, rebaixada pelas próprias tendências do sistema a redistribuir regressivamente a renda, o que demonstra o papel funcional (que se revela perverso em momentos de crise) do endividamento da classe trabalhadora no contexto do capital monopolista financeiro.

³⁷ Não é mera coincidência o fato de que a severidade e a longa duração da Grande Depressão da década de 30 tenha possibilitado não só o surgimento da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda de Keynes*, como também as primeiras teorias sobre a estagnação do capitalismo. Segundo Hobsbawm: “Economistas capazes e brilhantes viam o futuro do capitalismo, caso ele não fosse mexido, como de estagnação. Essa visão, já antecipada no panfleto de Keynes contra o tratado de paz de Versalhes, tornou-se muito popular nos EUA após a Depressão.” (HOBSBAWM, 1995, p. 106)

A *financeirização* seria, portanto, um efeito da debilidade da economia real, segundo os autores em questão, e a causa disso está “en todo el sistema de clases, tan arraigado en la producción”, uma vez que as expectativas de retorno dos empresários ao decidir sobre um plano de investimentos também são afetadas negativamente pelo rebaixamento dos salários dos trabalhadores. (FOSTER & MAGDOFF, 2009, p. 156) Para os autores nas questões distributivas residem os grandes problemas do sistema capitalista e da sua fase monopolista financeira e as debilidades do sistema que se assenta sobre essas bases não pode ser resolvida senão por uma transformação social radical. “Si el objetivo es anticiparse en las necesidades de la humanidad en su conjunto, el mundo tendrá que adoptar un sistema alternativo. No existe otra manera.”(Ibid., p. 157)

Em meio às transformações descritas no Capital Monopolista na geração da crise recente Foster e Magdoff destacam o papel das inovações financeiras e das agências de classificação de risco para tornar os novos títulos criados, que se destacam por sua opacidade, atrativos; o papel das baixas taxas de juros praticadas pelo *Federal Reserve Bank* depois do estouro da bolha *dotcom*, o que estimulou o aumento do endividamento garantido por imóveis (especialmente em segmentos de renda historicamente marginalizados dos EUA), enquanto os preços das casas subiam em uma espécie de profecia auto-realizável, tornando o negócio bastante atraente. Essa “mania especulativa” se desenvolveria culminando em esquemas crescentemente frágeis de financiamento, em linha com a Hipótese da Instabilidade Financeira de Minsky, até que a reversão nas taxas de juros e a conseqüente mudança na direção da evolução dos preços dos imóveis fazem ruir esse esquema. A crise se desenvolveria, então, por contágio financeiro. Em meio ao pânico gerado pela preocupação de que a crescente inadimplência se espalhasse por todo o mercado imobiliário e para a economia em geral há, segundo os autores, um aumento da preferência pela liquidez dos agentes. Após a quebra de dois *hedge funds* da *Bear Sterns* secam os canais de crédito interbancários com o conseqüente desabamento das subsidiárias criadas pelos bancos pra hospedar ativos “podres”.

As tentativas dos Bancos Centrais de inundar o sistema com liquidez teriam se revelado inúteis porque, segundo os autores, as economias teriam atingido uma situação de armadilha pela liquidez, com juros descendo a muito próximo de zero. “En una trampa de la liquidez, como nos enseñó Keynes, poner en marcha la imprenta sólo

aumenta el acaparamiento de dinero pero no los nuevos prestamos y el gasto”. (Ibid., p. 172) Desta forma, a implosão financeira teria levado à contração da atividade econômica.

Por fim, os autores propõem que esta crise, ao invés de uma crise de liquidez como supõem ter sido a interpretação dos governos em virtude das ações empreendidas, deva ser vista como uma crise de solvência já que o capital sumiu do balanço dos bancos devido à queda no preço dos ativos, em clara alusão à Minsky. No momento em que o último capítulo de *La Gran Crisis Financiera: causas y consecuencias* é escrito, dezembro de 2008, os autores afirmam que ainda não estaríamos vivendo uma situação de *debt deflation*, característica do *It* de Minsky, mas dela nos aproximávamos. Ademais, o papel do governo como prestador de última instância é que teria evitado que crises financeiras anteriores redundassem em *debt deflations*, evitando também seu papel saneador, postergando a crise ao mesmo tempo em que ampliava suas potencialidades.

2.2.2 - A interpretação subconsumista de Michel Husson

Michel Husson (2009^a, 2009^b) oferece uma interpretação do capitalismo contemporâneo e, por conseguinte, uma leitura da crise atual, que também reconhece na demanda deprimida a fonte primeira dos desequilíbrios, no entanto aborda a questão sob um prisma diverso ao dos autores tratados na seção anterior. Ademais, em confronto aberto com os que defendem que a queda da taxa de lucro³⁸ tenha sido a causa da crise, Husson (2009a) afirma que salvo “que se retuerza la medida de la tasa de beneficio para demostrar que, contrariamente a la evidencia, ella se reduce, es necesario pensar una crisis resultante de un exceso de beneficio”. (HUSSON, 2009^a, p. 4)

A questão chave para Husson é o que chama de sobre-exploração dos trabalhadores em escala mundial. (Ibid.) Esse foi o meio encontrado para que o capitalismo restabelecesse sua taxa de lucro na década de 80. Constituindo a restauração

³⁸ Com relação a esta polêmica, Husson (2009b) afirma que se trata de uma questão puramente técnica, sobre a metodologia de cálculo para a taxa de lucro, a afirmação factual de que ela tenha caído ou subido. “Pero, independiente de esta discusión sobre la medida del capital, es incuestionable el hecho estilizado esencial sobre el que se apoya la argumentación de más arriba –es decir, que el beneficio aumenta más rápidamente que la inversión”. (HUSSON, 2009^b, p. 11)

da lucratividade uma das principais funcionalidades do período neoliberal para o processo de acumulação de capital em sua totalidade, segundo o autor. No entanto, emerge a partir disso uma contradição óbvia: construía-se um modelo de acumulação no qual a renda dos assalariados não seria mais suficiente para realizar a oferta de mercadorias. O período neoliberal surge, assim, segundo Husson, como antítese ao regime fordista de acumulação. Como ele mesmo coloca, o termo fordista

hace referencia, de forma estilizada, a la idea de que los asalariados compran lo que producen (como supuestamente hacían los obreros de Ford) o, dicho de otra forma, que la progresión de los salarios asegura la salida principal de la producción, neutralizando la productividad el impacto de esta progresión sobre la tasa de ganancia. (HUSSON, 2009^b, p. 2)

Ou seja, o regime neoliberal funda-se sobre a desigualdade crescente de renda, o que contribui para a ausência de oportunidades rentáveis de investimento capazes de dar saída aos lucros acumulados. Nesse arcabouço emerge, simultaneamente, um regime característico de acumulação: o *capitalismo financeirizado*. A desregulamentação financeira permite que o capital latente, frente ao prognóstico sombrio para os investimentos produtivos, adote a saída da especulação financeira, na qual podem ser obtidos lucros mais elevados. No entanto, a contrapartida desta forma alternativa de acumulação de capital é a formação de bolhas financeiras e a elevação das normas de rentabilidade. (Ibid., p. 3) Por elevação das normas de rentabilidade se quer dizer que diante da possibilidade de obter lucros mais elevados do que no setor produtivo, os capitais migram para o setor financeiro, o que significa que a partir desse momento os empreendimentos produtivos terão de oferecer lucros maiores para que sejam atraentes à acumulação de capital, isto é, têm de oferecer no mínimo lucros iguais aos financeiros. O efeito é o escasseamento ainda maior das oportunidades de investimento, diante da nova “norma”, e uma pressão para elevar ainda mais o grau de exploração do trabalho, na tentativa de adequação do capital produtivo a esta nova “norma”.

Por outro lado, o consumo aumentado dos rentistas, os beneficiários da “hiperrentabilidad financiera”, teria compensado, em parte, o estancamento da demanda salarial. Além disso, a desregulamentação tornara possível o sobre-endividamento dos trabalhadores, que com os progressivos rebaixamentos de sua fatia na riqueza nacional não tiveram outra escolha senão recorrer ao crédito para manter seu padrão de vida. Ou

seja, o sobre-endividamento dos trabalhadores surge como solução para os problemas de realização decorrentes da saída neoliberal para a crise da década de 70.

Esse esquema se auto-reforça. A desregulamentação permanente leva ao aumento do endividamento e as elevações das normas de rentabilidade reduzem as oportunidades rentáveis de investimento, levando maiores pressões sobre os salários e, portanto, à maior necessidade de que os trabalhadores recorram ao crédito.

En este marco, la finanza no es solamente la contrapartida de una explotación acrecida de los trabajadores sino que es también un vertedero para los capitales en búsqueda de la máxima rentabilidad. Las exigencias desmesuradas de rentabilidad que impone a la economía real refuerzan a su vez el débil dinamismo de la inversión y las desigualdades sociales como condición de reproducción del sistema. (HUSSON, 2009^a, p. 5)

Finalmente, Husson afirma que o capital experimentou nesse período uma mudança de paradigma tecnológico, mas que, contudo, não teria sido capaz de gerar lucros que ressoassem para toda a economia. (HUSSON, 2009^b, p. 5) Mais importante, os novos produtos que poderiam oferecer uma lucratividade atraente não se adequavam à demanda social. Haveria uma inadequação entre às necessidades do capital com relação à sua taxa de lucro, isto é, entre o que seria possível produzir de maneira suficientemente rentável, e a possibilidade de realização das necessidades sociais.

2.2.2.1 A crise nesta perspectiva subconsumista

Sob esta perspectiva, Husson afirma que as transformações do setor financeiro, esfera na qual a crise inicialmente se manifestou, devem ser analisadas a partir das tendências postas em marcha no início dos anos 80. (HUSSON, 2009^a, p. 2) É no início desta década que se lança o modelo neoliberal em substituição ao modelo fordista. Até a quebra da bolsa de 1987 o novo modelo parecia lançar a economia mundial para um novo período cíclico de crescimento, lucros e acumulação de capital, segundo o autor. Porém, os últimos 20 anos

corresponden a una configuración particular : se recupera la tasa de ganancia (ver cuadro) pero el Pib y la productividad aumentan a un ritmo mediocre (en relación con el período fordista) mientras que la tasa de acumulación fluctúa enormemente sin reencontrar una progresión comparable a la de la ganancia. (HUSSON, 2009^b, p. 2)

O autor, portanto, distingue dois períodos na história do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial: o fordista, no qual os assalariados compram o que produzem, ou seja, no qual a progressão dos salários assegura saída à produção, de forma que a produtividade neutraliza o impacto que o aumento dos salários teria sobre a taxa de lucro; e o neoliberal. Cada um desses períodos corresponderia a um modo peculiar de acumulação de capital (fordista e financeirização, respectivamente), além de distintos paradigmas tecnológicos (indústria automotiva e tecnologia da informação), padrões de regulação (regulação e flexibilidade) e de divisão internacional do trabalho (internacionalização e mundialização). (Ibid.)

A característica essencial do capitalismo neoliberal é a tendência ao aumento do grau de exploração do trabalho que, segundo Husson, pode ser ilustrado “por la caída continua de la parte de los salarios en el valor agregado”. (Ibid.)

A fin de cuentas, se podría decir que esta crisis es la crisis de las soluciones aportadas a la crisis precedente. En la medida en que el modelo neoliberal se basa en una baja tendencial de la parte de los salarios, la cuestión que tenía que resolver era la de saber quien iba a comprar una producción que aumentaba más rápido que la demanda proveniente de los asalariados. (Ibid., p. 6)

As saídas buscadas foram: consumo dos ricos que se beneficiavam dos lucros acumulados (o que permite afirmar que desigualdade é um elemento essencial do modelo neoliberal); consumo da classe média que se beneficiou da distribuição desigual nos países emergentes; sobre-consumo das famílias nos EUA baseado no sobre-emprego e queda da taxa de juros dos empréstimos. (Ibid., p. 6) Nas palavras de Husson:

Este régimen de acumulación era una respuesta a la recesión generalizada de 1974-1975 que había puesto un límite a los acuerdos precedentes,

denominados “fordistas”, basados al contrario sobre un reparto estabilizado del valor añadido y sobre el dinamismo de la demanda de los asalariados. El capitalismo ha encontrado una salida a través de la puesta en marcha del modelo neoliberal cuyas evidentes contradicciones han sido gestionadas por la mundialización y por la financiarización de la economía. En realidad, estas contradicciones han sido solamente dilatadas en el tiempo, pero al precio de una acumulación de tensiones que ha conducido finalmente a la implosión en 2008. Retrospectivamente, la finanza ha sido el instrumento principal de la extensión en el tiempo de estas contradicciones. (Ibid., p. 4)

A transmissão dos problemas no sistema financeiro para a economia como um todo foi rápida e brutal, ocorrendo através de canais diversos: a secagem do crédito; a desvalorização do patrimônio financeiro das famílias, o que leva à queda do consumo; a incerteza que passou a reinar entre os agentes econômicos, deprimindo investimento e representando mais um fator a afetar negativamente o consumo; e, além disso, os gastos dos governos para resgatar os bancos foram tão grandes que não poderiam resultar senão em cortes de gastos e/ou aumento dos impostos. (HUSSON, 2009^a, p. 3)

Diante disso o autor afirma que existem, basicamente, duas formas de funcionamento do capitalismo: a “keynesiana”, dos chamados “30 anos gloriosos”; e a liberal, como a que vigorou desde o início dos anos 80. Essa análise traz implicações que o autor resume em três teses: 1) não dá para voltar ao keynesianismo dos “30 anos gloriosos”; 2) a única saída é o aprofundamento do modelo neoliberal; 3) mas esse modelo já não pode funcionar, o que põe o capitalismo em um beco sem saída. (HUSSON 2009^b, p. 6)

Essa configuração, contudo, pode jogar luz para o público em geral com relação a questões fundamentais do capitalismo:

Esta crisis habrá permitido medir el dominio de la finanza sobre los gobiernos a través del mundo. Ha sido universalmente rechazada la nacionalización, que habría sido el único medio de desmenuzar la montaña de deudas que se ha venido abajo y de controlar claramente el saneamiento del sistema financiero. Todo transcurre como si los Estados hubieran amortizado, bajo forma de un endeudamiento público masivo, los efectos del fracaso sobre el sistema. Y el proyecto es evidentemente, en un segundo momento,

trasladar esa carga sobre los contribuyentes y sobre los presupuestos sociales. Nunca se había revelado con tanta claridad la naturaleza de clase del Estado. (Ibid., p. 9)

Já que se chocam interesses inconciliáveis, o dos capitalistas que não estariam dispostos abrir mão de suas altas taxa de lucro, de forma que se pudesse consumir a distribuição de renda necessária para uma saída da crise, e o interesse da sociedade em geral, com necessidades que não podem ser atendidas dadas as normas de rentabilidade, Husson afirma que o sistema caminha para uma regulação caótica. “La expresión de ‘regulación caótica’ no tiene otra pretensión que la de subrayar que es difícil imaginar un modelo capaz de resolver estos dilemas de forma coherente, o más bien que está fuera de alcance”. (Ibid., p. 8) Em outras palavras:

Este análisis no conduce a una llamada nostálgica a la vuelta al crecimiento fordista, ya que pretende, al contrario, mostrar porque el mismo es imposible, debido al contenido de la demanda social. Las implicaciones de una tal crítica son muy diferentes : consisten en proclamar que hay que poner en el puesto de mando la satisfacción de las necesidades sociales, incluso aunque no den lugar a “ocasiones de inversiones rentables”. Más concretamente ello quiere decir: prioridad a los servicios públicos y la seguridad social que permitan la efectividad de los derechos (salud, alojamiento, etc.) y prioridad a la reducción del tiempo de trabajo que garantice el pleno empleo. (Ibid., p. 10)

2.3 – A *financeirização* do capitalismo e sua crise

Serão expostas nesta seção duas vertentes da chamada teoria da *financeirização* do capitalismo, um corpo teórico extremamente heterogêneo, composto não apenas de economistas marxistas, como também de filiados a correntes heterodoxas da teoria econômica. Existem, portanto, uma gama enorme de trabalho identificados com esta terminologia, de forma que não se pode falar de uma espécie de “escola da *financeirização*”, mas apenas de autores, ou pequenos grupos de autores, que utilizam o termo, cada um à sua maneira.

Como já se adiantou, esta seção apresentará duas propostas interpretativas que se apropriam do termo (além de outras duas já apresentadas: a dos autores da *Monthly Review* e a de Michel Husson), escolhidas não apenas pela grande relevância dos autores nos círculos militantes e acadêmicos de esquerda, como pela sua consistência teórica.

A primeira delas exposta nos trabalhos de proeminente economista marxista francês François Chesnais (2009^a, 2009^b, 2010), associando a *financeirização* à sobre- acumulação de capital na esfera produtiva; a segunda apresentada a partir dos trabalhos de Paulo dos Santos (2009) e, principalmente, Costas Lapavistas (2009^a, 2009^b, 2010), focam na *financeirização* do consumo da classe trabalhadora, o que, devido a diferença entre o circuito de acumulação de capital e o circuito da renda classe trabalhadora, constituiria um processo de expropriação financeira, segundo os autores um aspecto presente no capital de usura, forma prototípica, pré-capitalista, dos capitais derivados, dialeticamente, do capital-dinheiro.

Deverá ficar claro que as formas como esses dois autores constroem suas leituras em torno do que consideram a *financeirização* do capitalismo são completamente diversas. Em especial, na forma como relacionam a acumulação de capital produtivo no capitalismo *financeirizado* e a acumulação de capital apenas na esfera da circulação.

2.3.1 – Sobre-acumulação de capital e *financeirização*

A partir da noção clara de que as causas de uma crise devem ser buscadas no regime de acumulação que a engendrou, Chesnais (2009^a, 2009^b, 2010) divide analiticamente a fase atual do capitalismo e, portanto, sua crise em duas dimensões: sobre-produção devido à sobre-acumulação de capacidade produtiva; e a *financeirização*. Trata-se de uma crise que começou, na terminologia do autor, na esfera financeira, espalhando-se para o setor produtivo, transformando-se em uma crise de sobre-produção, apesar de reconhecer que o processo de *financeirização* tem suas raízes na incapacidade, em um momento histórico específico, do setor produtivo em oferecer oportunidades suficientemente rentáveis de investimento (CHESNAIS, 2009^b). A crise, para este autor, desencadeou um processo cumulativo de propagação doméstica e

contágio internacional que deve ser duradouro pelo fato de ser esta uma crise de sobreacumulação de capacidade produtiva. Nas palavras do autor:

La sobreacumulación de las capacidades de producción está acompañada por una inmensa acumulación de capital ficticio, de derechos a percibir parte de valor, plusvalor y de “productos financieros derivados”. La crisis comenzó en la esfera financiera y en este sentido es la crisis del régimen de acumulación de preeminencia financiera o financiarizado montado a fines de la década del 80. (CHESNAIS, 2010)

Antes que se comece a exposição das duas dimensões que compõe esta fase do capitalismo, julga-se necessário reproduzir a advertência do autor aqui estudado com relação à natureza das crises capitalistas. O autor afirma que para se entender a crise, não apenas essa, mas qualquer crise econômica, deve-se entender o capitalismo, o movimento correspondente à acumulação de capital. Patenteia-se, desta forma, o fato de que para o autor, assim como para Marx (conforme visto no primeiro capítulo), o processo de acumulação global de capital assume, necessariamente, a forma cíclica. Afora isso, Chesnais adverte que o capitalismo não deve ser entendido apenas como um sistema desigual e injusto.

El capitalismo no es simplemente un “sistema económico”. Es también un sistema de dominación social en beneficio de burguesías oligárquicas y de oligarquías burocrático-capitalistas, jerarquizadas a nivel mundial, cuya actividad está enteramente orientada a la preservación y crecimiento de sus riquezas y por ende del poder, que es la condición para lograrlo. No hace falta explicarles que “la historia de la sociedad hasta nuestros días es la historia de la lucha de clases”. Para ellos, esto es algo inscripto en los genes de la aplastante mayoría de sus miembros. Hay momentos en que el reflejo de preservar a cualquier costo una dominación social salta a la vista. Es precisamente lo que ocurre en las revoluciones (la revolución alemana de 1918, la de España en 1936, o Chile en 1973). Pero esta dimensión aflora también en tiempos de grave crisis económica y financiera. Así, salvar al sistema, cueste lo que cueste, fue el reflejo cuando en septiembre de 2008 la caída de Lehman Brothers amenazó con el colapso del sistema financiero mundial. (Ibid.)

Assim, todas as medidas tomadas contra crise devem ser entendidas, segundo o autor, como medidas para a manutenção dessa forma específica de dominação que caracteriza a sociedade burguesa, em seu entendimento.

Com isto em mente pode-se começar a entender a perspectiva teórica de Chesnais, a partir da “primeira dimensão” que será aqui exposta. O autor defende que as raízes da crise atual devem ser buscadas no prolongamento da fase de acumulação de capital que, segundo o autor, começou nos EUA em 1942 e na década de 50 na Europa e Japão com os esforços para a reconstrução, sem verdadeiras interrupções. (Ibid.) Segundo Chesnais, esta crise de super-produção, em virtude da sobre-acumulação de capital, gestou-se durante os quase cinquenta anos de praticamente ininterrupto crescimento, trazendo duas características que influem na intensidade e provável longa duração desta crise: o aumento do grau da concorrência devido à liberalização e mundialização; e a forte tendência ao mercado exterior dos empreendimentos capitalistas. Para o autor a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) significou a entrada plena “em la fase del capitalismo en que la tendencia a formar un mercado mundial, sobre la cual Marx escribió hace ciento cincuenta años [...] comienza a materializarse verdaderamente”. (CHESNAIS, 2009^a, p. 79) Esse fenômeno se dá ao cabo de um processo político de liberalização e desregulamentação dos investimentos diretos no exterior, do intercâmbio comercial e dos fluxos financeiros. (Ibid.)

O fenômeno da sobre-produção, adverte o autor, tem de ser sempre entendido em termos relativos, ou seja, há sobre-produção de mercadorias tendo em vista as relações antagônicas de distribuição que caracterizam o sistema capitalista. Então, obviamente tal situação indica um consumo insuficiente, isto é, a sobre-produção caminha lada a lado com o subconsumo. Contudo, neste ponto o autor é enfático ao afirmar o seu distanciamento das teses subconsumistas e a necessidade política de tal distanciamento, assim como sua justificativa teórica.

Chesnais (2010) afirma, apoiando-se em Marx, que o antagonismo entre capital e trabalho é inerente ao capitalismo, enraizado na busca da mais-valia máxima como necessidade para cada capital individual. O capitalismo precisa da força de trabalho, fonte de valor, e de consumidores. O capitalista considera seus próprios trabalhadores como um custo, algo que deve ser cortado, sempre que possível, na busca pela maior

taxa de lucro possível, enquanto os trabalhadores, em geral, correspondem aos demandantes de grande parte das mercadorias produzidas.

Estra contradicción, alojada en el corazón de la relación entre capital y el trabajo tiene, de manera objetiva y permanente, el carácter de antagonismo consustancial al capitalismo, un antagonismo irreductible. Y el antagonismo irreductible de las relaciones de producción capitalistas, en las que la dimensión de las relaciones de distribución no puede ser separada de la compra y la explotación de la fuerza de trabajo, fue multiplicado en sus efectos por la feroz puesta en competencia de los trabajadores de país a país y de continente a continente, acompañando la liberalización y la mundialización del capital. (CHENAIS, 2009^b)

Ou seja, o rebaixamento da parcela do produto que cabe aos trabalhadores não é circunstancial, algo que deveio apenas de um arranjo político específico (neoliberal), mas imanente ao sistema capitalista. Entender isso, segundo o autor, implica na percepção de que uma melhor distribuição de renda não pode constituir um remédio para o sistema capitalista, uma vez que o processo de acumulação de capital engendra a tendência ao constantemente rebaixamento da parcela do valor novo produzido que cabe aos trabalhadores. Escolher o termo sobre-produção, ao invés de subconsumo, apesar de parecerem sinônimos, pauta a necessidade da transformação das relações de produção. Nas palavras do autor:

El término sobreacumulación plantea más directamente la necesidad de transformar las relaciones de producción y crear el marco de una primacía del valor de uso sobre el valor. El subconsumo puede conducir a la idea de “relanzamiento del crecimiento” sin cambiar el marco. El análisis supone algo más. (CHESNAIS, 2010)

Tal situação de sobre-produção de mercadorias foi atingida após um largo processo de acumulação de capital, como já dito, que culminou na existência de um estoque de capital em excesso, isto é, para além das possibilidades de valorização de capital. Em um sistema pautado pela sede insaciável de mais-valia, uma insuficiência de oportunidades rentáveis de investimento implica na necessidade de se encontrar saídas para a acumulação de capital.

A saída encontrada foi a migração, inicialmente do capital sem possibilidade de aplicação produtiva, para as *finanças*. As finanças “son la forma que adopta en la fase actual del capitalismo ‘el capital portador de interés’”. (CHESNAIS, 2009^a, p. 82) Além disso:

Las finanzas son las primeras beneficiarias de la liberalización y de la desregulación, no solamente de los flujos financieros, sino del conjunto de los flujos vinculados al conjunto de todo el ciclo de la valorización del capital. Han obtenido la creación de condiciones de movilidad planetaria completa de los flujos financieros, necesaria para la valorización del capital de préstamo y de colocaciones, así como un grado muy alto de libertad de inversiones, de desinversiones y de transferencia de las ganancias de los grupos industriales. Al mismo tiempo, han podido imponer a las empresas las normas que deben respetar en materia de rentabilidad y, por lo tanto, el grado de explotación de la fuerza de trabajo viva que deben alcanzar. Volcadas por completo hacia la apropiación en todas sus formas, las finanzas desconocen constantemente la realidad de la economía real. (Ibid.)

É resgatada, portanto, de Marx a categoria de capital a juros (ou capital portador de juros) e, principalmente, a categoria do capital fictício. Com relação ao capital portador de juros, o autor destaca três aspectos característicos: a primeira é que o direito a receber um rendimento é capital para o indivíduo que carrega esse direito, mas não do ponto de vista do movimento de acumulação de capital “en el pleno sentido de la palabra”; a segunda característica do capital portador de juros é “su exterioridad a la producción, una de cuyas expresiones es el “cortoplacismo”, el horizonte muy corto de los financistas y ellos imponen a las empresas”, isso, segundo o autor, deixa cada vez menos tempo para a criação de condições de produção de mais-valia no longo prazo; a terceira “es la forma específica de fetichismo que engendra con respecto a las fuentes de la valorización del dinero a través de préstamos, colocaciones y especulación con los precios”, aparecendo como fonte misteriosa de sua própria valorização. (CHESNAIS, 2010)

O capital a juros, segundo Chesnais, empresta dinheiro para famílias, empresas, Estados etc. e a origem de sua remuneração está

en las punciones sobre la sustancia económica real, el valor y el producto excedente, por medio de quitas en los ingresos llamados “primarios”. Los mecanismos a través de los cuales se efectúan estas punciones (impuestos destinados al servicio de la deuda pública, ganancias no reinvertidas, dividendos “excepcionales”, recompra de acciones bursátiles, impuestos destinados al servicio de la deuda, salarios centralizados en los Fondos de pensión del mercado financiero y por lo tanto sustraídos al consumo salarial, salarios disminuidos por los reembolsos de créditos hipotecarios e intereses de las tarjetas de crédito, etcétera, etcétera) vinieron a hacer más lenta la acumulación (“pesaron sobre el crecimiento”, para retomar una presión usual), mientras que simultáneamente la masa de los “derechos a percibir valor” se inflaba. (Ibid.)

Deve-se continuar a exposição da base teórica com a qual Chesnais analisa o capitalismo contemporâneo, e sua crise, com sua análise do capital fictício. “A partir del peldaño de capital a interés, se puede y se debe luego introducir y desarrollar la noción de capital ficticio, que tiene [novamente] tres dimensiones”: empréstitos a empresas, que dão origem a títulos de obrigações e ações, ativos que são como “sombra” de um capital existente instalado; apesar de tratar-se, no melhor dos casos, de investimentos já realizados, aos olhos dos possuidores, seus títulos são capital, devendo gerar um rendimento periódico, isso funciona conquanto as empresas continuem a pagar juros e dividendos; por que os títulos aumentam o valor do patrimônio do possuidor, aprofunda-se a ilusão de que os mecanismos do mercado financeiro podem criar valor (ilusão que se destrói no momento em que as bolsas quebram-se). (CHESNAIS, 2009^b)

Várias fontes alimentam a acumulação financeira, segundo CHESNAIS (2009^b, 2010): os lucros não reinvestidos das empresas; fluxos de juros provenientes da dívida do terceiro mundo; somas acumuladas por indivíduos e famílias muito ricas e colocadas nos mercados; e, finalmente, as somas centralizadas no sistema financeiro pelos fundos de pensão e fundos de colocação financeira. No entanto, a remuneração em juros e dividendos representa o direito à apropriação de parte da mais-valia produzida. Ou seja, a valorização do capital financeiro depende de fluxos efetivos da “economia real”. “Pero de hecho estos flujos han sido cada vez más insuficientes en relación con la masa de los títulos en circulación”. (CHENNAIS, 2009^b)

Há ainda um ponto muito importante a ser considerado: “la funcionalidad de la finanza”. (CHESNAIS, 2010) O autor diz que Marx já reconhecia o fato de as finanças facilitarem as transações comerciais, disponibilizando somas em dinheiro para o investimento e reunindo captais dispersos de forma a tornar possíveis empreendimentos vultosos (caso das sociedades por ações). No regime neoliberal, contudo, as finanças representariam novas funcionalidades que devem ser consideradas:

desenfrenado consumo de lujo de los ricos; desarrollo por el sistema financiero de modalidades nuevas de crédito a los hogares empujando a un grado de endeudamiento cada vez es mayor; invención de montajes financieros como la “titularización” para hacer “líquidas” las acreencias así creadas sobre el ingreso de los hogares, etcétera. (Ibid.)

Por fim, o autor reconhece que o processo de acumulação de capital sempre foi indiferente às pessoas. No entanto:

Cuando el capital toma la forma de “riqueza abstracta” y las instituciones que pretenden valorizar sus haberes ingresando en el “ciclo abreviado D-D” dominan el movimiento de acumulación los países más poderosos, esta indiferencia impregna la economía y la política, incluso en “tiempos de paz” como lo es el nuestro oficialmente. Asistimos así a la explotación sin límite, hasta el agotamiento, de “las dos fuentes originales de toda riqueza: la tierra y el hombre”. (Ibid.)

Isso surgiria como necessidade onde há predominância de capitais especializados apenas na apropriação da riqueza. A alta rentabilidade dos ativos financeiros, impondo normas elevadas de lucratividade para as empresas produtivas, implicaria no impulso ao rebaixamento da remuneração da força de trabalho como forma de aumentar a taxa de mais-valia. Isso é agravado pelo processo de mundialização e o conseqüente deslocamento de grandes empreendimentos produtivos do centro para a periferia do sistema, o que acabaria por estabelecer, também, uma norma para a remuneração da força de trabalho, uma vez que o processo de deslocação global das grandes empresas multinacionais estaria associado com o aumento da apropriação da mais-valia a partir de vantagens de custo. Dessa forma, intensifica-se a competição entre os trabalhadores por postos de trabalho, de forma que, como

tendência, “es el salario de los trabajadores chinos el que sirve de referencia a la fijación de los salarios em el resto de mundo”. (CHESNAIS, 2009^a, p. 81) Assim: “La explotación reforzada del proletariado a escala planetaria es al mismo tiempo la cara aculta y la condición de la valorización y la reproducción de este capital, que tiende hacia un grado de abstracción cada vez más alto”. (Ibid., p. 80)

2.3.1.2 - A crise do capitalismo financeirizado

A análise, como visto, começa com os desenvolvimentos que culminaram no ciclo de acumulação de capital no pós-Segunda Guerra, passando pelas transformações ocorridas na década de 70, o início do regime neoliberal, e pelo ingresso de novos países no rol dos grandes países capitalistas. Nas palavras do autor:

Según mi enfoque, para entender el momento y lo que se juega en la crisis en curso necesitamos tener en cuenta tres cortes de este tipo: la Segunda Guerra Mundial, la contrarrevolución neoconservadora de Thatcher y Reagan iniciada en 1978, y sobre todo, más cercana a nosotros, el comienzo de la aplicación de políticas neoliberales en India en 1992 y la aceleración a partir del mismo año de la plena integración de China en el funcionamiento del capitalismo mundial, cuya culminación fue el ingreso en la Organización Mundial del Comercio en 2001. (CHESNAIS, 2010)

Os elevadíssimos gastos militares dos EUA na Segunda Guerra Mundial e a reconstrução da Europa e Japão marcaram o início de uma fase de prosperidade, os chamados “30 anos gloriosos”, que se esgotaria apenas no início dos anos 70 (antes do primeiro choque do petróleo, reconhece o autor). A recessão de meados da década de 70 representaria um divisor de águas para o capitalismo, apesar do fato de que, segundo autor, o impulso à acumulação iniciado nas décadas de 40 e 50 perdurou mesmo após essa recessão de 74-75. “Marca el inicio de un largo proceso de ralentización de la inversión mundial calculada como porcentaje del PBI acumulado del conjunto de los países”. (Ibid.) Essa queda no investimento mundial teria sido contra-restada apenas pelo surgimento de novos países industriais a partir de 2000 (o impulso do início dos anos 90 teria sido quebrado pela crise asiática).

El segundo corte, el de 1978-82, crea las condiciones políticas y económicas de la contrarrevolución anti-obrera y neoimperialista. No se traduce en una recuperación de la inversión. Las políticas neoliberales reestablecieron el poder de los mercados financieros y comenzaron a operar redistribuyendo del ingreso en beneficio de los acreedores de obligaciones y en seguida de acciones. Es lo que a nivel macroeconómico se aprecia como una modificación de la repartición global entre capital y trabajo, basada a la vez en políticas públicas de “transfer inverse”, servicios de interés sobre la deuda y baja de impuestos, y mecanismos de apropiación por los poseedores de acciones de montos cada vez más elevados de plusvalor (corporate governance y valor accionarial). (Ibid.)

O terceiro corte do autor diz respeito à retomada do investimento a partir de 2001. Esta recuperação estaria relacionada ao processo de abertura de Índia e China como espaços para acumulação de capital e mercados consumidores, e aos efeitos, principalmente do crescimento chinês, sobre seus países vizinhos e economias primário-exportadoras da América Latina, em especial Brasil e Argentina.

É nesse contexto que são gestadas as duas dimensões do capitalismo contemporâneo, no enfoque de Chesnais. As *finanças*, forma atual do capital portador de juros, cuja predominância se expressa na orientação da política econômica da maior parte dos Estados, representam um processo que teria principiado em meados dos anos 60, acelerando-se a partir de 1980. Esse processo desenvolvera-se de maneira contínua, segundo Chesnais, com breves momentos de retração (quebra da bolsa em 1987, crise asiática de 97-98 e, principalmente, quebra da Nasdaq em 2001), prontamente atacados por políticas monetárias e (anti-)sociais que permitiram a retomada da acumulação financeira.

De maneira mais detalhada, Chesnais divide em fases o processo de acumulação de capital portador de juros e fictício:

La primera (1975-1982) fue dominada por los préstamos a los gobiernos del entonces llamado Tercer mundo. La explosión de los déficits presupuestarios y de la deuda de los países industrializados con Estados Unidos a la cabeza marcó la segunda, que puede fecharse en 1980 con la titulización de la deuda pública, su vertiginoso crecimiento con altas tasas de interés y la masiva

transferencia a través de mecanismos fiscales. Luego vino luego una tercer fase, que comenzó aproximadamente 1994, en la cual la fuerte baja de las tasas de interés de los títulos de la deuda pública lleva a un cambio en la composición de las carteras de fondos y bancos. Las acciones adquieren un lugar muy importante y el flujo mas importante para los gestores financieros es el de los dividendos. En este momento se establecen “normas” para mantener satisfechos a los accionistas, especialmente un “retorno sobre la inversión” (ROE o return on investment) de 14-15 %. Como rápidamente las empresas fueron incapaces de rendir ganancias de semejante magnitud, a pesar del fuerte aumento de la explotación e incluso de la deslocalización de fábricas hacia países con bajos salarios, hacia 1998 lo gestores acordaron incluir en el ROE no solo los dividendos percibidos, sino también las plusvalías bursátiles y una estimación del “valor” de las acciones, es decir de las cotizaciones. Es cuando se impusieron progresivamente las “ganancias ficticias” resultantes de operaciones especulativas en procura de plusvalías bursátiles, lo que tiene relación directa con los problemas sociales y económicos muy graves provocados por el rebote sobre los jubilados de la caída de las cotizaciones después de octubre. [...] Las “ganancias ficticias” aparecen cuando el capital a interés casi desaparece tras el capital ficticio, como ocurrió durante la cuarta fase de la que surgió directamente la crisis financiera. Podría hacérsela remontar hasta los días posteriores a la crisis asiática, o sea hacia 1998, pero fue sobre todo en el 2001-2002 con las políticas adoptadas por la Fed (el banco central de los Estados Unidos) después del crack del Nasdaq cuando comenzó la fase marcada por el desarrollo muy rápido y fuerte del crédito al consumo y sobre todo del crédito hipotecario [...]. (CHESNAIS, 2009^b)

As autoridades monetárias dos países centrais, especialmente dos EUA, estimularam essa acumulação “fictícia” de capital com duplo objetivo: impulsar artificialmente a demanda; e criar espaços de valorização para o capital especulativo. Como diz Chesnais na citação acima, as políticas econômicas para superar a quebra da Nasdaq permitiram a retomada da acumulação financeira mediante o crédito hipotecário, inflando uma bolha no mercado imobiliário dos EUA sem precedentes em qualquer outra parte do mundo neste momento. “La crisis financiera estalló

públicamente recién en agosto, pero desde julio de 2007 todo el edificio había comenzado a hundirse, pedazo tras pedazo, con sucesivos episodios de crisis cada vez más espectaculares”. (Ibid.)

Desde agosto de 2008 teria iniciado a aceleração, em grande escala, dos mecanismos de propagação da crise. Segundo Chénais (Ibid.), não poderia ser diferente, uma vez que a bastante tempo os EUA vinham recorrendo à criação de capital fictício na forma de créditos a empresas, créditos hipotecário e crédito ao consumo, dissimulando a sobre-acumulação endêmica no setor produtivo daquele país e do mundo³⁹.

Por fim, as medidas dos governos contra a crise repousam no endividamento do Estado, uma forma de prolongar esse modelo de acumulação ao máximo que se possa. Essa saída favorece a formação de novas bolhas especulativas e as medidas de austeridade impostas em virtude do endividamento insustentável dos governos indicam que se pretende, como de praxe, transferir a carga da crise para os assalariados. As medidas, segundo Chénais, buscam, portanto, não apenas preservar o conteúdo dessa fase, já claramente esgotada, de acumulação de capital, como sua forma decadente. Diante disso, é necessário que se construa uma resposta que ataque o conteúdo mesmo desse modo de acumulação, o próprio modo de produção capitalista.

¿Cómo será necesario responder? Actuando de tal modo que, inspirándose en Marx, los medios de producción pasen a ser “medios para dar forma al proceso de la vida en beneficio de la sociedad de productores”. Esto supone un cambio en la propiedad de los medios de producción, y sobre todo algo mucho más importante: que los asalariados pasen a ser de manera organizada y consciente, “productores asociados”. Lo son ya en razón de la división del trabajo entre las industrias y en el seno mismo de cada lugar de producción, pero no lo son para sí mismos, lo son para el capital, que continuamente adopta decisiones que los afectan (por ejemplo, despidiéndolos). Pasando a ser “productores asociados” en el pleno sentido del término, los trabajadores, sugiere Marx, podrían establecer “racionalmente y controlar sus intercambios materiales con la naturaleza”; podrían organizar la economía y toda la vida

³⁹ “La masiva creación de créditos permitió ampliar artificialmente el mercado interno y hasta 2008 también los mercados de títulos del que dependen las jubilaciones de los asalariados estadounidenses. Así se disimuló la existencia de una gran sobre-capacidad productiva industrial”. (CHESNAIS, 2009^b)

social “en las condiciones más dignas y más conformes con la naturaleza humana”. (Ibid.)

2.3.2 - A expropriação financeira e a financeirização

A segunda vertente da chamada teoria da *financeirização* do capitalismo a ser aqui abordada é encontrada no trabalho de economistas políticos reunidos no *School of Oriental and African Studies* (SOAS) da Universidade de Londres, no grupo de pesquisas *Research on Money and Finance* (RMF). A visão dessa escola sobre as transformações no capitalismo contemporâneo serão expostas tendo por base os trabalhos de Lapavitsas (2009^a, 2009^b, 2010) e Dos Santos (2009).

Segundo Lapavitsas (2009^b) o termo *financeirização* é usado de diferentes modos, mas de maneira geral diz respeito à crescente importância da esfera da circulação como espaço de acumulação de capital, em comparação com a esfera da produção. A *financeirização* corresponderia, desta forma, a uma mudança sistêmica da economia capitalista. Acredita-se que uma maneira profícua de expor a forma como estes autores, em especial Costas Lapavitsas, entendem essas transformações sistêmicas seja a partir da problemática levantada por Lapavitsas (2010) sobre a relação entre a fraca acumulação de capital nas últimas três décadas e a expansão das atividades financeiras.

Não há dúvida, admite o autor, que o inchaço financeiro (lugar-comum na noção de capitalismo *financeirizado*) ocorrera de maneira concomitante ao fraco desempenho do setor produtivo. “But it is misleading – both empirically and theoretically – to seek direct causation between the two”. (LAPAVITSAS, 2010, p. 19) Como se sabe, diversos autores marxistas⁴⁰, com interpretações díspares sobre as causas da crise atual, têm em comum o fato de colocarem como causa da expansão na esfera financeira, a incapacidade de inversão minimamente rentável de capital no setor produtivo, ou seja, uma sobre-acumulação de capital no setor produtivo como cauda da expansão financeira.

⁴⁰ Por exemplo: Harman (2008, 2009), Carchedi (2009), Brenner (2009), Foster & Magdoff (2009), Husson (2009^a, 2009^b), Carcanholo (2010), entre outros.

Segundo Lapavitsas, o problema teórico dessa atribuição de causalidade entre os dois fenômenos seria a desconsideração de um aspecto presente já em Marx da relação entre a acumulação de capital no setor produtivo e a acumulação de capital apenas na esfera da circulação: o fato de que estes últimos capitais não são meros parasitas da produção de valor, ou seja, apesar de apropriarem-se de parcela real do valor criado pela produção, servem de apoio à produção de valor. Nas palavras do autor:

Causation between real accumulation and finance, in other words, runs in both directions, even if the former sets the parameter for the latter. Even more important, however, is that such causation is never direct but always mediated, and heavily so. A complex set of structures, often reflecting historical, institutional, political, customary and even cultural factors, mediate the interaction between finance and real accumulation. Thus, real accumulation shapes the financial system through the trade credit customs and practices of industrial corporations, the replacement of trade by banking credit, the availability of reserves and liquidity for banks, the informational environment of inter-bank lending and so on. Finance, on the other hand, impacts on real accumulation through credit accelerating the turnover of capital, lower money reserves improving enterprise profitability, loans and information opening up new areas of profitability, and so on". (Ibid., p. 17)

A verdadeira tarefa partindo-se desta leitura, portanto, seria, ao invés de procurar causalidade, especificar as mediações que ligam a produção vacilante à expansão do capital que habita unicamente a esfera da circulação.

This involves establishing changes in the behavior of industrial capital, the operations of banks, the practices of workers, the articulation of financial markets, the interventions of the state, and so on. There are also necessary steps in demonstrating the character of financialisation. The issue, in other words, is to show how industry, banks, workers, financial markets, and so on, have become 'financialised', individually as well as jointly. Causation between indifferently performing real accumulation and a booming financial system would then appear in its several dimensions. (Ibid.)

A crise, desta forma, não teria sido causada por uma sobre-acumulação de capital cuja manifestação fora adiada pela intensificação das aplicações financeiras por parte, principalmente, da classe capitalista. A causa da crise residiria nas ações sem precedentes de bancos, famílias e setor industrial. “It is mere assertion to claim that these resulted from low profitability, or over-accumulation in production”. (Ibid., p. 19) A causalidade seria, portanto, mediada pelas ações dos agentes econômicos e a forma como Lapavitsas (2009^a, 2009^b, 2010) define o processo de *financeirização* busca revelar exatamente essas mediações. “Analyses of financialization requires detailed examination of the behavior of industry, banks and workers, while focusing on the structures of the financial system in their own right”. (LAPAVITSAS, 2010, p. 19)

O sentido da afirmação feita acima de que a *financeirização* seria um fenômeno sistêmico reside no fato de que, segundo esta perspectiva, representa uma transformação no setor produtivo e no setor financeiro. Essa transformação possuiria três características principais: o fato de as grandes corporações dependerem cada vez menos do crédito bancário para acumular capital; as mudanças nas atividades dos bancos na direção do crédito pessoal e na adoção por bancos comerciais de práticas típicas de bancos de investimento (em especial a securitização); o crescente envolvimento da classe trabalhadora com operações financeiras.

Em primeiro lugar, as grandes corporações passaram a utilizar cada vez mais os próprios lucros retidos como fonte de financiamento. Além disso, o financiamento externo das grandes empresas passou a ser crescentemente obtido pelo acesso ao mercado aberto, devido à maior abertura e aos baixos custos associados a essas transações. Esse teria sido o condutor dessas transformações que correspondem à *financeirização* do capitalismo. Segundo Lapavitsas:

Put in Marxist terms, monopolies have become less reliant on banking credit to finance fixed capital. Circulating capital, on the other hand, continues to draw on trade and banking capital. Even there, however, monopolies have gained direct recourse to financial markets, particularly by issuing commercial paper. Monopolies, therefore, have become increasingly implicated in finance, even to the extent of maintaining separate departments for operations in trade credit and financial securities. In short they have become financialised, while relying less on banks. (LAPAVITSAS, 2009^a, p. 13)

A *financeirização* das grandes corporações forçou uma mudança no comportamento dos bancos, uma vez que significou um estreitamento de suas oportunidades para lucrar. Essa reestruturação dos bancos se deu de várias formas, duas das quais são destacadas pelo autor: a virada em direção a famílias e indivíduos como fontes de lucro; o recurso à atividade de mediação no mercado aberto para ganhar taxas, comissões e lucrar com a especulação, ou seja, a adoção de práticas de bancos de investimento. (LAPAVITSAS, 2010, p. 21)

A intensificação da relação entre bancos e famílias, a *financeirização* da renda dos trabalhadores, seria segundo Lapavitsas (Ibid.), um aspecto das últimas três décadas, pressupondo que a classe trabalhadora, de uma forma geral, não estivesse conseguindo satisfazer necessidades básicas como moradia, educação, saúde e aposentadoria através de seus rendimentos regulares e que o Estado não fosse o provedor desses serviços. O contexto do período neoliberal criou precisamente essas condições. “Financialisation of workers’ revenue is associated with real wages remaining stagnant or rising very slowly, since the late 1970’s. It is also related to public provision retreating across a range of services: housing, pension, education, health, transport, and so on”. (LAPAVITSAS, 2009^a, p. 22)

O consumo da classe trabalhadora passou a ser crescentemente mediado pelo sistema financeiro. Os bancos e instituições financeiras puderam extrair lucros diretamente de salário e ordenados, ao invés de apropriarem-se de parcela da mais-valia produzida. Além disso, passaram a lucrar com o aumento das aplicações em ativos financeiros dos trabalhadores, no contexto da retração da previdência pública⁴¹.

But relations between Banks and households are qualitatively different from relations between banks and industrial capitalists. The former involve finance that is not directly involved in generating surplus value in accumulation. Furthermore, the aim of workers, generally speaking, is to acquire use values, while financial institutions and industrial capitalists share a similar aim, i.e., profit extraction. By the same token, there are systematic differences in information as well as economic and social power between banks and workers. (LAPAVITSAS, 2010, p. 22)

⁴¹ A análise se concentra, principalmente, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha.

A diferença entre o circuito de acumulação de capital, que envolve necessariamente a expansão do valor, e o circuito de consumo da classe trabalhadora, no qual não há variação no valor do início ao fim, é enfatizada por Dos Santos (2009), o que somada à assimetria entre as partes com relação à informação e poder político, constituiria um aspecto central para os teóricos alinhados ao RMF: a expropriação financeira.

Financial expropriation, then is a source of profit that has emerged systematically during the recent decades. It should be clearly distinguished from exploitation that occurs systematically in production and remains the cornerstone of contemporary capitalist economies. Financial expropriation is an additional source of profits that originates in the sphere of circulation. In so far as it relates to personal income, it involves existing flows of money and value, rather than new flows of surplus value. Yet, despite occurring in circulation it takes place systematically and through economic processes, thus having an exploitative aspect. (LAPAVITSAS, 2009^a, p. 16)

O segundo aspecto da reestruturação dos bancos corresponde à crescente adoção pelos bancos comerciais de práticas de bancos de investimento. O crescimento dos mercados financeiros abertos, envolvendo primeiramente ações, títulos e derivativos, significou novas oportunidades de lucro na atividade bancária. “Marx called this process the formation of ‘fictitious capital’, thus capturing its distance from value creation in production”. (p. 18) Para Lapavitsas, contudo, o elemento fictício dos derivativos se expressa apenas em seus preços. Partindo dessa definição tacanha de capital fictício o autor, em outro texto, afirma que tratar o lucro financeiro como fictício tiraria a atenção do que, segundo o próprio, deveria ser explicado: como teria sido possível a obtenção de lucros financeiros enormes diante da baixa lucratividade no setor produtivo. (LAPAVITSAS, 2010, p. 11) Não há referência, portanto, ao fato de que o capital é fictício considerando-se a totalidade da acumulação de capital, mas é real do ponto de vista do indivíduo, como enfatizado por Carcanholo e Sabadini (2009). Assim, para Lapavitsas, a categoria que reflete as mudanças sistêmicas da financeirização é a do capital portador de juros.

A transição das práticas bancárias com a crescente adoção das práticas típicas de bancos de investimento fez com que o lucro bancário derivasse, cada vez mais, “from

the division of loanable money capital [capital portador de juros] (and plain money) through open financial markets”. Uma vez que esse processo teria ocorrido tendo por base preços fictícios, estaria sujeito “to sentiments, rumours and manipulation”. (LAPAVITSAS, 2009^a, p. 19)

A crise, portanto, teria resultado da combinação de expropriação financeira com a adoção crescente das práticas de bancos de investimento, não tendo, portanto, qualquer precedente histórico, segundo o autor. A especificidade dessa crise segundo esta leitura particular ficará mais clara na parte seguinte, na qual serão apresentados os fatos que desencadearam essa crise segundo os autores mencionados.

2.3.2.1 A crise da expropriação financeira

À luz dessa interpretação “sistêmica” do que se chama de “financeirização” do capitalismo, o ponto de partida para a análise dos eventos que prepararam o terreno para a crise atual reside nas relações “moleculares” entre a indústria contemporânea e o sistema financeiro. “Since the late 1960s world economy has come to be dominated by large monopoly capitals (multinational corporations) in terms of both trade and foreign direct investment”. (LAPAVITSAS, 2010, p. 21) Esses grandes capitais monopolistas desenvolveram técnicas próprias de auto-financiamento, distanciando-se do crédito bancário tradicional.

Ao mesmo tempo, a partir da década de 70 começaram a ser construídas importantes mudanças políticas e institucionais, em especial a desregulamentação e liberalização nos mercados de trabalho e financeiro. Desta forma, as condições para a mudança na forma de atuação dos bancos comerciais estavam postas. Desde então sucessivas ondas de fusões e aquisições entre as instituições financeiras, junto com as políticas de Estado, facilitaram o direcionamento das poupanças dos trabalhadores para os mercados financeiros abertos, encorajando a adoção de práticas de bancos de investimento pelos bancos comerciais.

The turn of commercial Banks toward financial market mediation in the USA was confirmed and promoted by the abolition of the Glass-Steagall Act in 1999. The Act had been in place since the great crisis of the 1930s,

preventing commercial banks from formally engaging in investment banking.
(LAPAVITSAS, 2009^a, p. 19)

Para os bancos, tomar a direção do crédito pessoal significava oferecer hipotecas e crédito ao consumo. Mas, a longa duração de empréstimos como hipotecas deixaria os balanços dos bancos insuportavelmente ilíquidos. A saída para isso foi a securitização, que se inscreve no conjunto de práticas típicas de bancos de investimento. As hipotecas eram lançadas, mas ao invés de mantidas nos balanços dos bancos eram direcionadas para os *Special Purpose Vehicle's* (SPV's), que por sua vez emitiam os títulos que tinham um conjunto heterogêneo de hipotecas como lastro. Uma vez que esses títulos eram bem avaliados pelas instituições avaliadoras de risco, podiam ser vendidos sem maiores dificuldades. Os bancos recebiam de volta o que havia sido adiantado no empréstimo, possibilitando que essa soma fosse novamente aplicada da mesma forma.

The roots of the disaster that has befallen the world economy are now easier to see. The ultimate bearers of mortgages in the USA were workers, often of the poorest means. Real wages had not risen significantly throughout the bubble even for workers on higher incomes. Thus the source of value that would ultimately validate both mortgages and mortgage-backed assets was pathetically weak. On this precarious basis the financial system had built an enormous superstructure of debt, critically undermining its own liquidity and solvency. (Ibid., p. 22)

Uma vez que os calotes sobre as hipotecas *subprime* começaram a aparecer com força em 2006 o contágio se deu de maneira muito rápida, especialmente pela restrição dos empréstimos interbancários e do crédito em geral, levando ao encolhimento da demanda e à recessão.

The storm that has gradually engulfed the world economy since August 2007 is a fully fledged crisis of financialised capitalism. The crisis did not spring directly out of a malaise of production, though it has already caused major disruption of accumulation. It was precipitated by housing debt among the poorest US workers, an unprecedented occurrence in the history of capitalism. Thus, the crisis is directly related to the financialisation of

personal income, mostly expenditure on housing, but also in education, health, pensions and insurance. (Ibid., p. 4)

A virada dos bancos em direção à expropriação financeira implicou também em uma perda de capacidade de coletar informações sobre a saúde financeira dos devedores. Passou-se a dotar modelos estatísticos, de forma que as informações passadas sobre os clientes substituíram a forma tradicional de avaliação de risco, “through partly ‘relational’ interactions of banks with other institutions and markets in the financial system”. (Ibid., p. 23)

Os bancos, portanto, não seriam mais provedores de financiamento aos grandes empreendimentos capitalistas; tiveram sua capacidade de coletar informações e avaliar riscos comprometida; e a mediação com as necessidades dos trabalhadores foi catastrófica. Segundo Lapavitsas (2009a), os bancos ainda têm um papel fundamental na criação de dinheiro e na operação do sistema de pagamentos, contudo outras instituições poderiam realizar essas tarefas. O autor pergunta-se então se haveria um futuro para os bancos na economia capitalista. “Needless to say, it immediately raises the issue of public ownership and control of banks, a long-standing socialist demand”. (Ibid., p. 24)

2.4 - A Crise Atual a partir da dialética do capital fictício

Como já indicado, esta seção surge com o objetivo de apresentar a interpretação da crise econômica atual que tem por ponto central a análise do processo de acumulação de capital fictício e a forma como este processo insere-se no processo global de acumulação de capital. Defende-se neste trabalho ser esta a forma mais fecunda para analisar o capitalismo contemporâneo em sua dinâmica e contradições e, conseqüentemente, a crise deste regime de acumulação. Ademais, a correta análise da lógica de acumulação de capital fictício está em perfeita sintonia com a perspectiva marxiana sobre o fenômeno das crises cíclicas, tal qual desenvolvida no primeiro capítulo desta dissertação.

Para demonstrar a capacidade explanatória da categoria capital fictício, em seu movimento peculiar, deve-se, em primeiro lugar, apresentar a categoria, uma vez que

mesmo a literatura marxista concede pouco espaço à mesma. Para tanto, o caminho escolhido é o mesmo de Marx: a autonomização das formas funcionais do capital, até o surgimento, em termos dialéticos categoriais, do capital fictício. Esta é a tarefa da primeira subseção. Em seguida, demonstra-se, a partir de autores que se identificam com a abordagem desenvolvida a respeito da categoria capital fictício e a respeito das crises cíclicas na teoria de Marx, como se pode ler a crise atual a partir desta perspectiva.

2.4.1 – A gênese dialética do capital fictício

Para entender o capital fictício, seu modo peculiar de circulação e a forma como esse movimento insere-se no processo global de acumulação de capital, deve-se, seguindo o método de Marx, reconstituir a gênese dialética do mesmo, desde o processo (lógico-dialético) no qual as funções do capital-dinheiro, no ciclo de acumulação do capital industrial, passam a ser exercidas por capitais particulares, portanto, com autonomia categorial. Ou seja, tendo por pressuposto a teoria do valor de Marx, a análise deve partir do capital de comércio de dinheiro ao capital portador de juros, passando pelo capital bancário, que sintetiza os dois, até chegar ao capital fictício. Este corresponde à exacerbação da lógica do capital portador de juros que encerra a ilusão de ser capaz de criar mais-valia sem participar diretamente do processo de produção.

Tendo em vista os objetivos desta dissertação – discutir as interpretações marxistas da crise econômica recente –, será ressaltado um aspecto fundamental da dinâmica das formas funcionais do capital que se fizeram autônomas. Como visto no primeiro capítulo, este trabalho defende que, a partir de Marx, pode-se entender as crises econômicas a partir da contradição entre o caráter social das condições capitalistas de produção e o caráter privado da apropriação sob estas bases. Acredita-se que o desenvolvimento dialético dos capitais que habitam unicamente a esfera da circulação aprofunda esta contradição básica do modo de produção capitalista. Isto fica claro à medida que a análise demonstra que esses capitais desenvolvem-se de maneira necessária para o processo global de acumulação de capital⁴², isto é, permitem um

⁴² Apesar de precederem historicamente a produção capitalista, a ela se subordinam com a consolidação do modo de produção capitalista, uma vez que se apropriam de parte alíquota do valor produzido. Além

aprofundamento do processo de acumulação de capital, fazendo-se funcionais para a produção de mais-valia, mas representam, como não poderia deixar de ser em um processo dialético, o aprofundamento de todas as contradição engendradas no processo de acumulação, sendo, por outros aspectos, disfuncionais para a acumulação de capital. Este aspecto contraditório será ressaltado na análise que segue.

2.4.1.1 - *Do capital mercantil ao capital fictício*

Na seção I do segundo livro de *O Capital*, ao analisar as diferentes formas que o capital assume ao longo de seu processo de circulação, tem Marx de ocupar-se dos pormenores de cada uma dessas formas, as funções que cada uma delas exerce no ciclo de acumulação de capital: o capital-dinheiro; o capital produtivo; e o capital-mercadoria. Parte do capital industrial total sempre se apresenta em alguma dessas três formas, constantemente, de maneira transitória. Em virtude da crescente divisão do trabalho, as funções desempenhadas pelas formas do capital industrial que habitam a esfera da circulação – o capital-dinheiro e o capital-mercadoria – devem ganhar autonomia, passando a ser atribuição de uma classe particular de capitalistas: capitalistas de comércio de dinheiro, para as funções relativas ao capital-dinheiro; e capitalistas de comércio de mercadorias, para o capital-mercadoria.

Têm-se aqui mais uma mostra do método de Marx, das categorias mais abstratas e gerais refaz-se, paulatinamente, o caminho de volta na direção dos fenômenos mais concretos e ricos em complexidade. Apresenta-se a lei do valor e as contradições inerentes à produção capitalista, isto é, ao modo de produção que tem por norte a acumulação de mais-valia, a satisfação de necessidades estranhas ao ser humano (ou satisfação das necessidades humanas apenas na medida em que sejam satisfeitos os imperativos da acumulação de capital), para em seguida analisar como essas contradições crescem em complexidade frente ao fato concreto de que os capitais industriais interagem, pela concorrência, não apenas entre si, isto é, capitais da mesma espécie, mas também com capitais que assumem outras formas e que possuem,

disso, o desenvolvimento dessas formas prototípicas de capital para além das barreiras postas pelos modos pré-capitalistas de produção só seria possível em uma sociedade que tem a produção de mais-valia como um momento fundamental da sociabilidade.

enquanto capitais, o mesmo ímpeto, o da acumulação da mais-valia, sem, contudo, produzi-la diretamente.

Marx chama de capital mercantil essas duas formas típicas da circulação que ganham autonomia quando desempenhadas por classes específicas de capitalistas. Dados os objetivos desta parte da dissertação – apresentar uma perspectiva teórica sobre as crises econômicas recentes, em especial a que eclodiu em 2007, que leve em conta a dinâmica de acumulação de capital fictício – ocupar-se-á aqui unicamente do capital-dinheiro “autonomizado” e de suas derivações lógico-categoriais. Valem, no entanto, para o capital de comércio de mercadorias algumas observações gerais que tem validade para o de comércio de dinheiro: a dialética de ser funcional e disfuncional, ao mesmo tempo, para o processo global de acumulação de capital; o fato de não produzirem mais-valia, isto é, vez que as funções relativas à circulação do capital industrial não produzem valor, não poderiam fazê-lo simplesmente por tornarem-se atribuição de outra classe de capitalistas; enfim, o aprofundamento das tendências e contradições inerentes ao modo de produção capitalista, inclusive a maior potencialidade para a geração periódica de crises. Não obstante, o capital de comércio de mercadorias apresenta especificidades, por exemplo, com relação à formação do lucro comercial, que só uma análise detalhada poderia elucidar, mas que fogem ao escopo desta dissertação.

No ciclo de acumulação do capital industrial e de comércio de mercadorias o dinheiro realiza funções puramente técnicas. Observando-se o ciclo do ponto de vista do capital-dinheiro – $D-M(Ft \text{ e } MP) \dots P \dots M'-D'$ –, assim como sob qualquer ótica, isto é, ciclo do capital-mercadoria ou do ciclo do capital produtivo, percebe-se que o papel do dinheiro resume-se, como não poderia deixar de ser, a pagar (adquirir os meios de produção e força de trabalho necessários para o processo de criação de valor novo) e receber pela venda das mercadorias produzidas. O capitalista (industrial ou comercial) no curso do processo de acumulação

tem de lidar incessantemente com dinheiro, pagando muitas pessoas ou recebendo de muitas pessoas. Essa tarefa puramente técnica de pagar e receber dinheiro constitui de per si trabalho que, ao servir o dinheiro de meio de pagamento, exige balanço de contas, operações de compensação. Esse trabalho representa custo de circulação e não cria valor. Reduz-se, quando é executado por categoria especial de agentes ou capitalistas que o efetuam para toda a classe capitalista. (MARX, 2006, V. 5, p. 422)

Os capitalistas de comércio de dinheiro incumbem-se, portanto, de tarefas da circulação, que podem ser mais rapidamente executadas quando centralizadas. Ganhos de especialização fazem com que menor parte do capital global tenha de ocupar-se dessas atividades do que se os próprios industriais tivessem de exercê-las. Reduz-se, devido à diminuição do tempo de circulação, o tempo de rotação do capital, permitindo aumento da taxa anual de lucro do capitalista industrial⁴³. Além disso, a tendência à queda da taxa de lucro é freada por despender-se menor montante de capital em atividades que não criam mais-valia. A despeito disso, o lucro do capital de comércio de dinheiro é dedução da mais-valia produzida. Este é o preço pago pelos capitalistas industriais: diminuição, relativa, da mais-valia de que se apropriam.

Além disso, parte do capital industrial tem sempre de permanecer na forma de tesouro, esperando que se acumule a quantia necessária para aplicação produtiva, isto é, capital-dinheiro latente, “capital vadio na forma de dinheiro à espera de aplicação”. (Ibid.) Torna-se então necessária a guarda desse tesouro. A centralização do mesmo diminui os custos de circulação e o trabalho associado a esta tarefa. Graças a isso, nos casos em que o dinheiro serve de meio de pagamento, pagamentos e recebimentos podem liquidar-se sem a necessidade da utilização de qualquer peça de dinheiro, diminuindo o montante necessário para a circulação das mercadorias.

Pagamentos, recebimentos de dinheiro, operações de compensação, escrituração de contas-correntes, guarda do dinheiro etc., todas essas operações técnicas, separadas dos atos que as tornam necessárias, transformam-se em capital financeiro [capital de comércio de dinheiro⁴⁴] o capital nelas adiantado. (Ibid., p. 423)

Primeiro, o dinheiro dos capitalistas (mesmo de empreendimentos pré-capitalistas), parte do capital total deles que tem de ficar na forma de tesouro como fundo de reserva e a parte do capital-dinheiro que permanece como capital latente, i.e., já produto do processo de acumulação, devem ser guardadas, o que exige, além da

⁴³ Sendo esta igual à taxa de lucro do capitalista, m/C , multiplicada pelo número de vezes que este lucro consegue ser produzido em um ano, isto é, o número de rotações que o capital realiza em uma ano, n . Assim, taxa de lucro anual = $n.(m/C)$. Onde C é o capital total aplicado (constante e variável) e m é a mais-valia produzida em um ciclo de acumulação de capital.

⁴⁴ A fim de evitar-se mal entendido com a nomenclatura, devido aos diversos usos que foram dados ao termo “capital financeiro” em teoria econômica, mesmo marxista, opta-se pela utilização de “capital de comércio de dinheiro” para designar esta forma do capital industrial que se fez autônoma.

guarda do dinheiro, sua contabilização. Depois, por que esse dinheiro está nas mãos do capitalista de comércio de dinheiro, estes podem executar pagamentos, recebimentos, compensações etc.

Essa centralização do capital-dinheiro nas mãos de uma classe particular abre a possibilidade de comercializar-se crédito. O capital de comércio de dinheiro “atinge seu pleno desenvolvimento, o que sempre se verifica nas suas origens, quando às suas demais funções se associam as de emprestar, de tomar emprestado e de negociar com crédito”. (Ibid., p. 426) O capital de comércio de dinheiro plenamente desenvolvido, isto é, que comercializa crédito, corresponde à categoria capital bancário. Esta categoria marca a passagem, em termos lógico-categoriais, do capital de comércio de dinheiro para o capital portador de juros. O capital bancário é, portanto, uma forma autônoma que provém do capital-dinheiro que tem a função de comercializar crédito, dada a expansão do comércio de dinheiro e a administração do capital portador de juros. Desta forma o capital bancário é a unidade dialética entre o capital de comércio de dinheiro e o capital portador de juros.

Chama a atenção o fato do capital de comércio de dinheiro não promover a circulação de dinheiro. Seu montante e movimento resultam da circulação de mercadorias. A circulação de dinheiro é um dado para o capital de comércio de dinheiro. Nas palavras de Marx:

O comércio de dinheiro facilita a compensação dos saldos, onde o dinheiro serve de meio de pagamento, e diminui a massa de dinheiro exigida para esse fim por meio do mecanismo artificial das compensações; mas não determina a conexão nem o montante dos pagamentos recíprocos. [...] Onde o dinheiro circula como meio de compra, o montante e o número das compras e das vendas não dependem absolutamente do comércio de dinheiro. Este pode apenas abreviar as operações técnicas que as acompanham e assim reduzir a massa de dinheiro efetivo que seria necessária para levá-las a cabo. (Ibid., p. 428)

Isso, a subordinação à circulação de mercadorias, marca uma diferença com relação às partições do capital total que derivam, dialeticamente, do capital de comércio de dinheiro. O capital portador de juros promove a circulação de dinheiro como mercadoria peculiar, a mercadoria capital. No modo de produção capitalista o dinheiro,

representante universal do valor das mercadorias, pode transformar-se em capital quando utilizado para a aquisição dos elementos que compõem o capital industrial (capital constante e capital variável) ou para a compra de mercadorias que se destinem à venda, no caso do capital de comércio de mercadorias. Diz-se, portanto, que além do valor de uso como equivalente geral, possui o dinheiro o valor de uso de poder ser utilizado como capital. Assim, dinheiro torna-se, nessa qualidade de capital potencial, mercadoria, “mas mercadoria peculiar. Vale dizer – o capital como capital se torna mercadoria”. (Ibid., p. 454)

O que faz do capital mercadoria peculiar? A mercadoria corresponde à unidade dos pólos antinômicos valor e valor de uso. Por um lado, comumente o comprador da mercadoria serve-se de seu valor de uso e este desaparece no consumo. Tal não ocorre com a mercadoria capital. Seu valor de uso, produzir lucro, não se extingue com seu consumo, pelo contrário, expande-se. O movimento do capital corresponde à acumulação de valor, na forma de dinheiro, e este é o consumo do capital. Quanto maior a quantidade dinheiro, potencialmente maior a quantidade de mais-valia que se gera em um ciclo de acumulação de capital, portanto, maior o valor de uso do dinheiro enquanto capital.

Por outro lado, normalmente, quem vende a mercadoria deseja apropriar-se do seu valor na forma de dinheiro, tal qual especificado no preço da mercadoria. Troca a mercadoria por algo que represente seu valor. No entanto, isso não acontece com a mercadoria capital. A natureza peculiar desta mercadoria impõe forma peculiar de alienação da mesma. De início, recorde-se a afirmação de Marx acima destacada: “o capital como capital se torna mercadoria”. Pode-se entendê-la como a constatação de que a mercadoria de que se está falando, com qualidades excepcionais, é capital para os dois agentes envolvidos no intercâmbio, isto é, para quem empresta o dinheiro com o objetivo de receber uma remuneração junto com o retorno do principal após período de tempo estipulado entre as partes, o capitalista proprietário, e para quem adquire o empréstimo a fim de aplicá-lo em atividade produtiva, o capitalista em função. Sendo assim, o capitalista proprietário não pode ceder a mercadoria capital de uma vez por todas, o valor, em dinheiro, deve retornar ao ponto de partida, acrescido de remuneração para que se consume o ciclo de acumulação do capital portador de juros (D-D’, onde

$D' = D + d$)⁴⁵. Em suma, a forma adequada de ceder valor como capital é o empréstimo e não a venda⁴⁶.

Há mais uma questão relacionada à alienação da mercadoria capital. O que paga o capitalista em função ao capitalista proprietário? À primeira vista a resposta pode parecer óbvia: paga juros. Mas em que consistem os juros? De onde vêm? Uma mercadoria comum é trocada pelo equivalente ao valor da mesma em dinheiro, podendo divergir daquele quantitativamente em virtude das diferenças de produtividade existentes em um mesmo ramo de produção e dos movimentos da oferta e da procura pela mercadoria. Ou seja, uma mercadoria comum é vendida pelo seu preço, expressão em dinheiro do seu valor. Contudo, se o mutuário pagasse pela mercadoria capital o seu preço a transação não faria qualquer sentido. Estaria adquirindo certa quantia em dinheiro em troca da mesma quantia em dinheiro!⁴⁷ A categoria juros não pode, portanto, ser entendida como preço da mercadoria capital. Como diz Marx:

Se chamamos o juro de preço do capital-dinheiro, teremos forma irracional do preço, em contradição completa com o conceito de preço da mercadoria. O preço se reduz à forma puramente abstrata e vazia de ser determinada soma de dinheiro paga por qualquer coisa que de qualquer modo constitui valor-de-uso; ora, o preço, de acordo com o conceito, é igual ao valor expresso em dinheiro desse valor-de-uso. (Ibid., p. 470)

⁴⁵ Capital portador de juros também pode ser uma mercadoria (capital fixo ou circulante), pois “todo capital emprestado, qualquer que seja a forma dele, como quer que a natureza do valor-de-uso modifique o modo de devolução, é sempre forma particular do capital-dinheiro, pois o que se empresta então é sempre determinada soma de dinheiro sobre a qual se calculam os juros. O que se empresta, se não for dinheiro nem capital circulante, será reembolsado da mesma maneira que capital fixo. O locador receba periodicamente juros e ainda parte do valor consumido do próprio capital fixo, equivalente ao desgaste periódico. E ao final do prazo retorna fisicamente a parte não consumida do capital fixo emprestado. Se o capital emprestado é circulante, retorna ele ao locador da maneira própria ao capital circulante”. (MARX, 2006, V. 5, p. 459-460)

⁴⁶ “Emprestar e tomar emprestado em vez de comprar e vender: essa diferença surge da natureza específica da mercadoria, o capital”. (Ibid., p. 470)

⁴⁷ Ainda assim, a analogia com a mercadoria é válida para a transação que envolve o capital portador de juros. O que se aliena no empréstimo é o valor de uso do dinheiro de poder funcionar como capital. Além disso, o montante dos juros – a repartição do lucro bruto entre juros e lucro do empresário – é regulado pela oferta e procura da mercadoria capital. “Entretanto, a diferença aí é tão contundente quanto à analogia”. (Ibid., p. 472) Quando oferta e procura coincidem, o preço da mercadoria é governado pelas leis internas da produção capitalista, coincidindo com o preço de produção. Mas com os juros é diferente. A concorrência não determina aí os desvios da lei. Não há lei! Sobre isso ver o *O Capital*, livro III, volume 5, capítulo XXII.

Assim, a remuneração do capitalista proprietário só pode provir da mais-valia produzida pelo capitalista em função⁴⁸. Por não operar com capital próprio este deve transferir ao capitalista proprietário parte de seu lucro bruto, que assume a forma de juros. Portanto, o proprietário de quantia de dinheiro que pode ser utilizada como capital (com a intermediação do capital bancário) faz jus ao recebimento de uma remuneração por este empréstimo. No capital portador de juros, segundo Marx, a relação capitalista assume a forma mais fetichista possível. (Ibid., p. 519)

O movimento característico do capital em geral, o retorno do dinheiro ao capitalista, a volta do capital ao ponto de partida, assume no capital produtor [portador]⁴⁹ de juros um configuração inteiramente exteriorizada, dissociada do movimento de que é forma. [...] O movimento efetivo como capital do dinheiro emprestado é uma operação que transcende as transações entre prestamistas e prestatários. Nestas, esse movimento mediador se desvanece, fica invisível, não está diretamente implícito. Sendo o capital-mercadoria de natureza peculiar, possui modo peculiar de alienação. Por isso, o retorno não expressa a consequência e o resultado de determinada série de ocorrências econômicas, mas provém de um pacto jurídico especial entre comprador e vendedor. [...] Desse modo, o retorno do capital nessa transação não parece mais resultar do processo de produção, e tudo se passa como se o capital emprestado nunca tivesse perdido a forma dinheiro. (Ibid., pp. 464-465)

A aparência de que o capital emprestado nunca abandona a forma de capital-dinheiro corresponde a uma mistificação. Em D-D' o resultado (D') aparece diretamente, sem a intervenção de um processo de produção, manifestando-se como resultado inerente a uma *coisa* e não como produto de relações sociais específicas. Ou seja, a relação social, na aparência mistificadora do capital portador de juros, reduz-se à relação de uma coisa consigo mesma, em última instância do dinheiro consigo mesmo. O que se está dizendo pode ficar mais claro recorrendo-se ao texto que inspira este capítulo:

⁴⁸ “Ambos, o prestamista e o prestatário, desembolsam a mesma soma de dinheiro como capital. Mas ela só funciona como capital nas mãos do segundo. O lucro não se duplica com a existência dupla da mesma soma de dinheiro como capital para duas pessoas. Só pode ela funcionar para ambos como capital em virtude da repartição do lucro. A parte do lucro que cabe ao prestamista chama-se juro”. (Ibid., p. 470)

⁴⁹ Entende-se que é mais preciso denominar a categoria por *capital portador de juros*, uma vez que esta se caracteriza pela apropriação de mais-valia que não produz.

A *coisa* (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como simples coisa e o capital se revela coisa e nada mais; o resultado do processo de reprodução todo manifesta-se como propriedade inerente a uma coisa; depende do dono do dinheiro – a mercadoria em forma sempre permutável – gastá-lo como dinheiro ou emprestá-lo como capital. O capital produtor [portador] de juros é o fetiche autômato perfeito – o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e nessa forma desaparecem todas as marcas da origem. (Ibid., p. 520)

A exacerbação da concepção fetichista do capital, como será visto em seguida, desemboca na acumulação fictícia de capital. Leva-se ao extremo a ilusão de que qualquer soma considerável de dinheiro tem a capacidade de gerar uma remuneração. Isso, contudo, não é falso! Para o proprietário do dinheiro é exatamente isso que acontece. Cede-o ao capital bancário sob a condição de que receba uma remuneração na forma de juros. Essa remuneração lhe cabe exatamente por ser ele o proprietário dessa soma de dinheiro. Esse é um ponto de vista correto para o capitalista individual, mas não para o capital em sua totalidade, já que a mais-valia para ser apropriada deve ser produzida. A ilusão, portanto, corresponde a uma falsa consciência acerca dos fenômenos reais, a uma visão mistificada da realidade social.

Antes de chegar ao capital fictício, pretende-se jogar luz sobre um aspecto da ilusão social engendrada pelo capital portador de juros. Conforme citado em nota acima⁵⁰, a magnitude dos juros é determinada pela relação entre oferta e procura pela mercadoria capital, mas o equilíbrio nesta relação, ao contrário do que acontece com as mercadorias comuns, não revela lei alguma que determine uma taxa média de juros. Isto é:

Não há razão alguma para que as condições médias da concorrência, o equilíbrio entre prestamista e prestatário, fixem para o prestamista uma taxa de juro de 3, 4, 5% etc. sobre seu capital ou uma porcentagem determinada sobre o lucro bruto, digamos de 20% ou 50%. Nos casos em que a concorrência como tal decide, a determinação em si mesma é casual, meramente empírica, e só pedantes ou sonhadores podem querer transformar acontecimentos fortuitos em necessários. (Ibid., p. 482-483)

⁵⁰ Vide nota 6.

Marx cita alguns fatores que, juntamente com a concorrência entre prestamistas e prestatários, devem influir na determinação de uma grandeza efetiva para a taxa média de juros: usos e costume, tradição jurídica e até mesmo o acaso⁵¹. (Ibid., p. 483) O autor a que se refere deixa claro, no entanto, que por uma questão de escopo não tratará dos pormenores da questão⁵². De todo modo, a divisão quantitativa entre lucro e juros é determinada pela concorrência entre prestamistas e prestatários. Segundo Marx:

Surge então o problema: como é que se torna qualitativa essa divisão meramente quantitativa do lucro em lucro líquido e juro? Em outras palavras, como explicar que também o capitalista que não emprega capital emprestado, mas apenas o próprio, classifique parte de seu lucro bruto na categoria de juro, nessa qualidade calculando-a separadamente? E que, por consequência, todo capital, emprestado ou não, como produtor de juros se distinga de si mesmo como produtor de lucro líquido? (Ibid., p. 495)

O exame desta questão revela o que se quer mostrar neste ponto do argumento. O lucro do empresário⁵³ é calculado pela dedução dos juros ao lucro bruto. O que sobra para o empresário aparece, portanto, como remuneração do capital que funciona, isto é, que é aplicado produtivamente na indústria ou no comércio; e os juros assumem a forma de remuneração pela propriedade do capital. Duas significações diferentes do capital, função e propriedade, dão origem a duas formas diferentes de apropriação de mais-valia, lucro de empresário e juros. “As duas partes se cristalizam e se tornam independentes uma da outra, como se a origem de uma fosse essencialmente diversa da origem da outra, e essa circunstância impõe-se então necessariamente à totalidade da classe capitalista e do capital”. (Ibid., p. 498)

⁵¹ “A maneira das duas partes dividirem entre si esse lucro a que têm direito é um fato de per si puramente empírico, pertencente ao reino do acaso, como a repartição das frações percentuais do lucro comum de uma sociedade mercantil pelos respectivos sócios. Na divisão entre mais-valia e salário – na qual repousa essencialmente a determinação da taxa de lucro – atuam de maneira determinante dois fatores totalmente diversos, força de trabalho e capital; temos aí funções de duas variáveis independentes que se limitam mutuamente; e dessa diferença qualitativa decorre a repartição quantitativa do valor produzido”. (Ibid., p. 484)

⁵² “Não se pode investigar aqui em pormenor o tema deste capítulo [*Repartição do lucro. Taxa de juro. Taxa “natural” de juro.*], nem tampouco todos os fenômenos relativos ao crédito que serão estudados mais tarde. Estão fora do domínio de nossa pesquisa a concorrência entre prestamistas e prestatários e as oscilações do mercado financeiro daí resultantes. A análise da curva que a taxa de juro percorre durante o ciclo industrial também não pode ser feita aqui. O mesmo se estende ao nivelamento aproximado, maior ou menor, da taxa de juro no mercado mundial. Cingir-nos-emos aqui a estudar a figura autônoma do capital a juros e a posição independente do juro perante o lucro”. (Ibid., p. 477)

⁵³ Categoria que abrange o lucro do industrial e o lucro do capitalista de comércio de mercadorias.

Ou seja, essa divisão se faz presente na contabilidade das empresas dividindo-se o lucro bruto entre uma parte que cabe à função de capitalista e outra que cabe à propriedade do capital⁵⁴. Alguns motivos são apontados por Marx como responsáveis por tal estado de coisas⁵⁵: o fato empírico de que a maior parte dos industriais trabalha com capital próprio e emprestado; a precedência histórica do capital portador de juros com relação ao modo de produção capitalista, o que faz com que aquele continue a representar o “capital por excelência”; e o fato de que o industrial se depara com os juros como uma grandeza autônoma, que embora flutue apresenta-se sempre como uma magnitude dada e ao industrial, enquanto proprietário de capital-dinheiro está sempre reservada a opção de emprestá-lo embolsando juros ou valorizá-lo como capital produtivo⁵⁶.

Interessa a esta dissertação, entretanto, mais as conseqüências que as causas desta mistificação. Destarte, A função do capitalista ativo de produzir mais-valia fica esquecida em virtude da antinomia entre juros e lucro de empresário (juros cabem ao proprietário, apesar de não funcionar como capitalista, e lucro de empresário cabe ao capitalista ativo, apesar de não ser proprietário do capital). Por um lado, os juros surgem da relação entre dois capitalistas e não da relação entre capitalistas e trabalhadores. Desaparece, portanto, a contradição entre capital e trabalho como geradora da remuneração da classe capitalista. Por outro lado, o juro dá à outra forma do lucro bruto a cara de salário de direção. As funções do capitalista em oposição ao trabalhador são representadas como funções de um trabalho específico. “Ele cria mais-valia não porque

⁵⁴ “E não importa que seja ou não emprestado o capital aplicado pelo capitalista ativo ou que o próprio capitalista financeiro empregue ou não o capital que lhe pertence. O lucro de cada capital e, portanto, o lucro médio baseado no nivelamento dos capitais entre si, se decompõe em duas partes diversas em qualidade, autônomas e independentes entre si – juro e lucro de empresário, ambas regidas por leis específicas”. (Ibid., p. 498) A transformação da divisão meramente quantitativa em qualitativa, “verifica-se sem depender da ocorrência fortuita de o industrial ser ou não o proprietário do capital”. (Ibid., p. 499)

⁵⁵ Lacuna presente no manuscrito, segundo as indicações da edição que se está utilizando, aponta que esses não são os únicos motivos que explicam a ocorrência do fenômeno em questão para Marx.

⁵⁶ No entanto, Marx faz a seguinte advertência: “É disparate evidente supor a transformação de todo capital-dinheiro, sem haver pessoas que comprem os meios de produção e acrescentem valor a esses meios nos quais todo o capital se configura, excetuada a pequena parte existente em dinheiro. Está implícito aí o absurdo ainda maior de imaginar que o capital renderia juros no sistema capitalista de produção sem operar como capital produtivo, isto é, sem criar mais-valia da qual o juro é somente uma parte, e que o sistema capitalista de produção continuaria sua marcha sem produção capitalista. Se número demasiado de capitalistas quisesse transformar o respectivo capital em capital-dinheiro, a conseqüência seria desvalorização enorme do capital-dinheiro e queda imensa da taxa de juro; muitos ficariam imediatamente impossibilitados de viver de juros, forçados, portanto, a retornar ao papel de capitalistas industriais”. (Ibid., p. 501) Manifesta-se, desta forma, a contradição entre a produção social e o domínio privado da apropriação de mais-valia: excesso de capitais que se apropriam de mais-valia sem produzi-la tem por conseqüência a destruição de parte desses capitais que habitam unicamente a esfera da circulação.

trabalha como capitalista, mas porque, omitindo-se a qualidade de capitalista, também trabalha”. (Ibid., p. 506)

Assim, a incompreensão da origem da mais-valia e da forma como esta se divide na remuneração das diferentes espécies de capitalistas⁵⁷ pode desvirtuar a luta pela superação da forma de sociabilidade capitalista. Forma-se, através desta ilusão, uma espécie de maniqueísmo: de um lado o capital produtivo, que ademais gera empregos e, portanto, deve ser apoiado; e do outro o capital “financeiro” (para usar o termo mais em moda), aparentemente mero corpo parasitário a sugar a riqueza social, devendo, por isso, ser combatido. Recorde-se ainda que a precedência histórica do capital portador de juros lhe confere a imagem de “capital por excelência”, o que contribui para esta apreensão mistificada da relação entre capital produtivo e capital portador de juros. O entendimento dessa questão, isto é, da relação entre as diferentes espécies de capital na concorrência pela apropriação da maior parcela possível da mais-valia produzida, coloca-se como condição para a compreensão de que não podem ser superadas as contradições imanentes ao modo de produção capitalista sem a sua abolição completa. A resistência a essa sociabilidade específica não pode ter como alvo apenas o fracionamento da classe capitalista que, em algum grau, se opõe ao capital industrial e cuja lógica de acumulação, dada a forma como se insere no processo global de acumulação (como será visto), tem a propriedade de gerar crises econômicas mais profundas e com maior regularidade⁵⁸. Em primeiro lugar, se não se entende a origem da mais-valia e o caráter alienado das formas de sociabilidade específicas do modo de produção capitalista, o máximo que a esquerda pode pleitear é emprego e distribuição de renda. Em segundo lugar, não se percebe que a acumulação “financeira” de capital é funcional para o processo de produção capitalista, isto é, enxergam-se apenas os aspectos negativos da relação, não conferindo a devida atenção para suas conexões reais com a produção de mais-valia. No entanto:

⁵⁷ “Da circunstância de o juro se opor ao lucro de empresário, e este àquele, de os dois se oporem entre si, mas não ao trabalho, infere-se que lucro de empresário + juro, isto é, o lucro, ou ainda a mais-valia, se fundamenta sobre a forma antinômica de suas duas partes! O lucro, porém, é produzido antes de ser dividido e antes de se poder tratar dessa divisão”. (Ibid., p. 505)

⁵⁸ Como se demonstrou no primeiro capítulo a contradição causadora das crises econômicas no capitalismo, entre o domínio privado da apropriação e a produção social, já diz respeito ao capital produtivo em si (ou seja, considerado no nível de abstração em que é a única espécie existente de capital), sendo aprofundada, como se quer demonstrar, com o desenvolvimento lógico-dialético que corresponde à autonomização das formas funcionais do capital.

O juro expressa justamente que as condições de trabalho existem como capital, em oposição social ao trabalho, transformando-se em poder pessoal ante o trabalhador e acima dele. Representa a nua propriedade do capital como meio de apropriar-se de produtos do trabalho alheio. Mas representa esse caráter de capital como algo que lhe cabe fora do processo de produção e que não provém de maneira alguma da destinação especificamente capitalista do próprio processo de produção. (Ibid., p. 506)

É pelo caminho do maniqueísmo na relação entre capital produtivo e portador de juros que vão algumas das proposições teóricas em voga que enfatizam a predominância do capital “financeiro” sobre o capital produtivo como a principal contradição do capitalismo contemporâneo. As chamadas teorias da *financeirização* do capitalismo representam um corpo heterogêneo de teorias que surgem de diferentes matizes teóricos.

Retomando-se o rumo em direção ao capital fictício, o ciclo de acumulação do capital portador de juros envolve a ilusão de que o dinheiro, por si só tem a capacidade de gerar mais dinheiro⁵⁹. Tendo em vista o capital produtivo apenas, é claro o limite qualitativo à acumulação de capital em virtude da identidade entre trabalho excedente e mais-valia, isto é, os limites impostos pela duração da jornada de trabalho, da produtividade social e pelo tamanho da população. No entanto, quando a mais-valia é considerada na “forma irracional do juro”, o limite à acumulação de capital aparenta ser meramente quantitativo. (Ibid., p. 527) Ou seja, do ponto de vista do capital portador de juros a acumulação parece processo perene, o que certamente obscurece para a economia vulgar (neoclássica, mas também para grande parte do que se convencionou chamar de heterodoxia) os limites da acumulação de capital na circulação, desapercibendo-se o potencial desastroso da superacumulação financeira para o processo global de acumulação capitalista. Que dirá do próprio modo de produção capitalista como forma de sociabilidade histórica.

No capital produtor [portador] de juros está perfeita e acabada a representação fetichista do capital, a idéia que atribui ao produto acumulado do trabalho e por cima configurado em dinheiro, a força de produzir automaticamente mais-valia em progressão geométrica em virtude de

⁵⁹ “Gerar dinheiro parece tão próprio do capital nessa forma de capital-dinheiro, quanto crescer é natural às árvores”. (Ibid., p. 521)

qualidade inata e oculta. Desse modo, esse produto acumulado do trabalho, [...], há muito já fez seu desconto com que adquiriu para sempre a riqueza toda do mundo, a qual lhe pertenceria e caberia de direito. Aí, o produto de trabalho passado, o próprio trabalho passado, de per si está fecundado por uma porção de trabalho excedente, presente ou futuro. Todavia, sabemos que, na realidade, a conservação – e, nesse caso, a reprodução – do valor dos produtos de trabalho passado resulta *apenas* de seu contato com o trabalho vivo; e que o comando dos produtos do trabalho passado sobre o trabalho excedente vivo durará somente o tempo que durar a relação capitalista, a relação social determinada que põe o trabalho passado em posição autônoma e preponderante para com o trabalho vivo. (Ibid., p. 528)

Assim, o chamado fetiche do capital envolve a naturalização das relações sociais típicas da formação social que corresponde ao modo de produção capitalista, na medida em que supõe que a acumulação de capital possa dar-se indeterminadamente, desconhecendo limites que não sejam meramente quantitativos, tendo em vista que nesta concepção a acumulação não passa de mero acréscimo de capital a partir das propriedades do dinheiro. A destruição deste mito envolve o correto entendimento de que a acumulação de capital, em última instância, depende da criação de valor através do contato entre trabalho vivo e o trabalho já objetivado em meios de produção.

É precisamente a exacerbação da lógica do capital portador de juros – com a mistificação criada pela forma peculiar que o mesmo percorre seu ciclo de valorização – que dá origem ao capital fictício. A partir da lógica mistificada do capital portador de juros, de que dinheiro por si só tem a capacidade de gerar mais dinheiro, passa-se a perceber qualquer renda monetária regular como juro de um capital, quer este de fato exista ou não. “Primeiro se converte a renda monetária em juro, e como juro se acha então o capital donde provêm”. (Ibid., p. 616) Esta prática é amplamente conhecida e recebe o nome da capitalização. De acordo com Marx:

A coisa é simples. Seja de 5% o juro médio anual. Nessas condições, a soma de 500 libras esterlinas renderia anualmente, se transformada em capital produtor [portador] de juros, 25 libras esterlinas. Assim, considera-se toda receita fixa anual de 25 libras esterlinas juro de um capital de 500 libras. Todavia, essa idéia é puramente ilusória, excetuado o caso em que a fonte das

25 libras – trate-se de mero título de propriedade, ou de crédito ou ainda de elemento real da produção, como um terreno – seja diretamente transferível ou assuma forma em que se torne transferível. (Ibid., p. 616)

Desta forma, soma-se ao fato de que o capital fictício confere ao seu proprietário um rendimento que não necessariamente provém de um capital, a característica de corresponder a um direito negociável. Esta propriedade contribui para a ilusão de constituir de fato capital, uma vez que com sua venda pode-se apropriar do principal em dinheiro e, assim, aplicá-lo aonde se queira ou gastá-lo em bens de consumo.

Marx dá dois exemplos sobre como se pode constituir capital fictício: pela dívida pública; e através dos salários. Com relação ao segundo, Marx faz menção à idéia estapafúrdia de se “considerar o salário como um juro e, em consequência, a força de trabalho como capital que rende esse juro”. (Ibid., p. 617) O autor afirma ser este o apogeu para o absurdo da concepção capitalista. (Ibid.) Tal noção até hoje “é utilizada ainda com seriedade imperturbável pelos economistas vulgares” (Ibid., p. 617-618) nas teorias de capital-humano (mais de um século após a publicação do volume a que fazemos referência nesta seção). Estas concepções, contudo, vão por água imediatamente em virtude de duas “circunstâncias desagradáveis (que pena!)” (Ibid., p. 618), para os economistas vulgares, obviamente: “primeiro, o trabalhador tem de trabalhar para receber esse juro e, segundo, não pode, mediante transferência, converter em dinheiro o valor-capital da força de trabalho”. (Ibid.) No entanto, não há nenhuma indicação, neste trecho, de como os salários poderiam vir a ser fonte de capital fictício. Atentando-se para as características acima mencionadas do capital fictício (dar direito a um rendimento periódico que não necessariamente provém de um capital e assumir forma transferível), percebe-se que as dívidas dos trabalhadores (e de qualquer outra classe) podem vir a constituir tal coisa. As dívidas podem ser agrupadas e transformadas em títulos vendáveis, em mercados secundários, e que dão direito ao recebimento de rendimentos periódicos aos seus possuidores, que não provém de um capital e sim da renda dos trabalhadores. Como se pretende demonstrar na seção seguinte foi exatamente isso que ocorreu nos títulos lastreados em hipotecas que representaram o estopim da crise que culminou em 2007 no mercado imobiliário dos Estados Unidos.

O primeiro caso exemplificado por Marx, o das dívidas públicas, pode ajudar a deixar mais claro o conteúdo da categoria capital fictício. Quando o Estado emite um título para arrecadar dinheiro, compromete-se a pagar juros periodicamente ao

possuidor do título e após certo prazo retornar-lhe o principal. Embora o credor não possa reclamar o principal antes do prazo estipulado, pode recuperá-lo mediante a venda do título a terceiro que receberá o direito ao rendimento periódico pela aplicação do seu dinheiro como capital na compra do título. Contudo, o capital não existe, o dinheiro foi gasto pelo Estado segundo suas necessidades.

O que o credor possui é (1) um título de dívida contra o Estado, digamos, de 100 libras esterlinas; (2) esse título lhe dá o direito a participar das receitas anuais do Estado, isto é, do produto anual dos impostos, em determinada importância, digamos, de 5 libras esterlinas ou 5%; (3) pode vender esse título de 100 libras a quem quiser. Se a taxa de juros é de 5%, supondo-se a garantia do Estado, pode A, o proprietário do título, vendê-lo em regra por 100 libras esterlinas a B, pois para este tanto faz emprestar anualmente 100 libras esterlinas a 5% quanto assegurar-se mediante o pagamento de 100 libras esterlinas um tributo anual pago pelo Estado, no montante de 5 libras esterlinas. (Ibid., p. 616-617)

Portanto, o pagamento periódico a que faz jus o detentor do título não corresponde à parte da mais-valia produzida pela aplicação do capital inicialmente emprestado, mas pela apropriação de parte da receita do Estado, donde quer que ela provenha, isto é, corresponde à parte da mais-valia produzida pela sociedade, mas para a qual este montante de dinheiro não concorreu diretamente. O capital é, assim, ilusório, fictício.

No caso acima a soma emprestada foi gasta, não mais existindo, ao invés de aplicada como capital. Mesmo que o título não representasse capital imaginário, como no caso das ações das sociedades anônimas, seu valor-capital seria fictício. Esses papéis são apenas títulos de propriedade que representam o capital empregado “ou a soma de dinheiro adiantada pelos acionistas para nelas [as empresas] ser desembolsada como capital”. (Ibid., p. 619) A ação significa a conversão do dinheiro de quem compra em direito de participar de parte da mais-valia produzida pela empresa, o direito a receber um rendimento periódico pela posse de um papel que faz referência ao capital existente, mas não é o capital existente em si. O capital só existe uma vez, como capital efetivamente empregado, ao invés de duas, aquele e o valor-capital das ações. Este, o valor-capital das ações, pode flutuar sem qualquer relação com o capital efetivamente

empregado. Empresas podem desvalorizar em bilhões de dólares em um dia, enquanto o capital efetivo da mesma permanece intacto⁶⁰. Uma das características do capital fictício, origine-se ou não de um capital efetivo, é possuir movimento autônomo fruto puro e simplesmente da especulação nos mercados constituídos para a negociação de capital fictício.

Em suma, o capital fictício possui as seguintes características distintivas com relação ao capital portador de juros: não necessariamente tem em sua origem a existência de um capital produtivamente empregado, como é o caso dos títulos da dívida pública, mas mesmo quando fazem referência a capital realmente existente seu valor-capital é fictício, como no caso das ações; corresponde a títulos que podem ser negociados, o que é fundamental para a ilusão de que constituem de fato capital; e seu valor flutua de acordo com os ânimos especulativos dos investidores, sendo que no caso das ações há a possibilidade de flutuarem também devido ao resultado real da empresa a que o título faz referência.⁶¹

Foi deixado para o final os comentários acerca do papel que o capital portador de juros e o capital fictício desempenham no processo global de acumulação, correspondendo, dialeticamente, a momentos funcionais e perturbadores do mesmo. O papel positivo desses capitais, que faz com que sejam necessários no modo de produção capitalista; e, por outro lado, a forma como esses capitais são remunerados aprofunda as contradições imanentes ao modo de produção capitalista.

Acredita-se que a relação dialética entre, as assim chamadas, funcionalidades e disfuncionalidades dos capitais que habitam apenas a esfera da circulação (em especial os que concernem a este ponto da análise, ou seja, o capital portador de juros e o capital fictício) assumam papel importantíssimo dentro da dinâmica cíclica das economias capitalistas. Essas características contraditórias nunca cessam de operar, mas ao longo do ciclo alterna-se a predominância de umas sobre as outras. Em fases expansivas predominam as funcionalidades sobre seu par dialético; em crises as disfuncionalidades fazem-se sentir com mais força. Pretende-se aqui ressaltar estas características, a fim de

⁶⁰ “O valor de mercado [das ações] flutua com o nível e a segurança dos rendimentos a que os títulos dão direito” de forma que “é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pelo rendimento efetivo, mas pelo esperado, pelo que previamente se calcula”. (Ibid., p. 619)

⁶¹ “Na realidade, todos esses papéis constituem apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, e o valor-dinheiro ou o valor-capital ora não representa capital algum, como é o caso das apólices da dívida pública, ora é regulado de maneira independente do valor do capital efetivo que esses papéis configuram”. (Ibid., p. 621)

que mais a frente fique claro o papel que este aspecto da concorrência entre os capitais desempenha no fenômeno das crises econômicas.

Já se indicou que o capital de comércio de dinheiro tem, entre outras, a função de realizar a guarda do tesouro correspondente ao capital latente dos capitalistas industriais e de comércio de mercadorias, além de oferecer os meios técnicos para reduzir ao mínimo essa reserva. A reserva monetária do capitalista industrial não é usada em seu processo de produção tendo em vistas a criação de valor, sendo assim o comércio de dinheiro permite que parcela maior do seu capital se ocupe produtivamente ao invés de ficar “vadio”. Aumenta-se a taxa de lucro anual, por propiciar aumento no número de rotações do capital.

Essa lógica é aprofundada conforme se passa a considerar as formas dialeticamente derivadas do comércio de dinheiro. O desenvolvimento do sistema de crédito permite, entre outras coisas, que a reserva monetária que os capitalistas devem deixar em posse do capital bancário possam ser utilizadas produtivamente por outros capitais. O capital portador de juros fornece meio para que essa reserva ociosa possa ser aplicada e, portanto, multiplicada. Essa forma de conexão entre capitais de diferentes ramos e espécies acelera a circulação em suas diversas fases, acelerando o processo de reprodução em geral, possibilitando o aumento do número de rotações de todo o capital social em um dado espaço de tempo. O capital portador de juros e o capital fictício representam a possibilidade do surgimento de novas formas de financiamento, permitindo um aumento na escala global de acumulação de capital⁶² e a redução do tempo de rotação do capital, o que desse ponto de vista leva a um aumento da taxa anual de lucro. Com o desenvolvimento das sociedades por ações, isto é, de formas de capital fictício que tem em sua origem um capital produtivamente aplicado há “[e]xpansão imensa da escala de produção e das empresas, impossível de ser atingida por capitais isolados”. (Ibid., p.582) Nesses casos, uma vez que o lucro com as ações assume a forma de dividendo não participam as sociedades anônimas – que são, em geral, as maiores empresas (com maior relação entre capital constante e variável) – “necessariamente”, no nivelamento da taxa geral de lucro, freando assim sua tendência à queda. (Ibid., p. 583-584)

⁶² “Além do sistema de ações – [...] – o crédito oferece ao capitalista particular, ou ao que se passa por tal, disposição livre dentro de certos limites, de capital alheio e de propriedade alheia e, em consequência, de trabalho alheio. Comando sobre capital social, de que não é proprietário, permite-lhe dispor de trabalho social”. (Ibid., p. 586)

O capital fictício na forma das ações possui uma funcionalidade para o sistema capitalista, de cunho ideológico, que não se pode negligenciar. Usando as palavras de Marx no ponto em que discorre sobre o desenvolvimento das sociedades por ações:

O capital que, por natureza, por natureza, assenta sobre modo social de produção e supõe concentração social dos meios de produção e de forças de trabalho, assume então diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em oposição ao capital privado, e as empresas passam a ser sociais em contraste com as empresas privadas. É a abolição do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo capitalista de produção. (Ibid., p. 582-583)

Pode-se extrair dessa afirmação uma análise crítica acerca das recentes teorias que afirmam o fim do trabalho, a partir de interpretações equivocadas sobre algumas mudanças formais no trabalho e no capitalismo contemporâneo⁶³. Está-se referindo aqui à ilusão de que todos, inclusive trabalhadores, podem tornar-se capitalistas caso utilizem suas economias pessoais na aquisição de ações de empresas. Segundo Medeiros e Carcanholo (2011), transformações como esta envolvem, de fato, profundas mudanças na estrutura de classes sem, contudo, alterar a essência “do trabalho nesta forma de sociedade comandada pelo capital”. (MEDEIROS & CARCANHOLO, 2011, p. 9) Esse tipo de transformação obscurece, portanto, a possibilidade de resistência à forma de sociabilidade capitalista, na medida em que turva o papel da classe trabalhadora no processo de reprodução do capital. Com seus rendimentos aplicados em títulos, passam (os trabalhadores) a ter seus ganhos financeiros atrelados a desenvolvimentos que têm “efeitos trágicos para a própria classe trabalhadora”. (Ibid., p. 8) A elevação dos preços e rendimentos de seus ativos, muitas vezes depende, por exemplo, de reduções de custos que envolvam demissões em massa. Esse otimismo exagerado dos teóricos do “fim do trabalho”, que acaba sendo funcional para o modo de produção capitalista, tem raízes concretas, uma vez que, segundo o próprio Marx, o surgimento das sociedades anônimas corresponde à “abolição do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo capitalista de produção”. (MARX, 2006, V. 5, p. 582-583) Em outras palavras:

⁶³ Para uma análise crítica das teorias do fim do trabalho ver Medeiros e Carcanholo (2011).

No sistema de ações existe já a oposição à antiga forma em que o meio social de produção se apresenta como propriedade individual; mas a mudança para a forma de ações não se liberta das barreiras capitalistas, e em vez de superar a contradição entre o caráter social e o caráter privado da riqueza, limita-se a desenvolvê-la em nova configuração. (Ibid., p. 586-587)

Contudo, conforme já se mencionou, as partições do capital total se apresentam, ao mesmo tempo, de maneira disfuncional para o processo global de reprodução capitalista. O capital industrial nas funções que desempenha na circulação não cria valor nem mais-valia⁶⁴. O fato de essas funções serem exercidas por capitais autônomos não modifica em nada essas circunstâncias. Como os capitais derivados dialeticamente da autonomização do capital-dinheiro não produzem mais-valia, a parcela que lhes cabe, seja na forma de lucro médio (caso do capital de comércio de dinheiro) ou na forma de juros ou dividendos (nos casos do capital portador de juros e do capital fictício), é parte da mais-valia produzida pelo capital produtivo. A participação do capital mercantil (ou seja, de comércio de mercadorias e de comércio de dinheiro) na tendência à igualação da taxa média de lucro leva à redução da mesma, com relação a que vigora ao nível de abstração em que somente o capital industrial apropriava-se do lucro que produzia. Diminui a taxa de lucro (e a massa correspondente) dos produtores, mas a massa de lucro total (a mais-valia produzida) permanece a mesma que na ausência do mercantil. O mesmo montante de lucro (mais-valia) passa a ser dividido não só entre os produtores, mas entre estes e os capitalistas da circulação. Além disso, ao acelerarem o processo global de acumulação de capital, apresentando-se, desta forma, como funcionais, aceleram todas as tendências contraditórias que o acompanham, aprofundando, portanto, a tendência à queda da taxa de lucro.

Além disso, o sistema de crédito aparece como o propulsor principal da superacumulação de capital, tendo, portanto, papel de destaque na forma como se manifesta o fenômeno das crises no modo capitalista de produção. O capital portador de juros dissimula as conexões de seu próprio ciclo com o processo real de valorização do capital, acelerando as erupções das contradições do modo de produção capitalista (isto é, as crises), ao mesmo tempo em que acelera o desenvolvimento material das forças produtivas. Nesse sentido pode-se dizer que há uma contradição entre o caráter privado

⁶⁴ Salvo em casos especiais nos quais durante o processo de circulação acresce-se valor à mercadoria, como o transporte refrigerado de alimentos, que são desconsiderados neste nível teórico-abstrato.

da apropriação de valor e o conteúdo social do processo global de sua produção, expresso nas funcionalidades e disfuncionalidades que as formas autonomizadas do capital representam para o processo de produção capitalista. Essa contradição, bem como o caráter ilusório que possui o capital portador de juros no seu aparente descolamento com o processo efetivo de produção, se consolida e aprofunda com o capital fictício. Quer este esteja ou não relacionado a algum capital efetivo, a categoria expressa a possibilidade de que sejam meios infinitos para a apropriação da mais-valia produzida em desconsideração aos limites sociais da produção capitalista. A ilusão de se poder criar de maneira fictícia capital desfaz-se, contudo, no momento em que estes papéis se tornam ineditáveis, tornando aparente a contradição entre o ímpeto privado à apropriação de mais-valia e os limites sociais de sua produção. Além disso, concorda-se com Paineira e Carcanholo (2009) quando estes afirmam que a dialética do capital fictício aprofunda a tendência cíclica da acumulação de capital. Segundo estes autores:

Por um lado, a funcionalidade do capital fictício permite o prolongamento da fase ascendente do ciclo, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital global e elevação da taxa de lucro. Por outro lado, quando sua lógica individual de apropriação se expande, a fase descendente (crise) do ciclo também é aprofundada. A “disfuncionalidade” do capital fictício amplia as potencialidades da crise. A dialética do capital fictício, com sua (dis)funcionalidade, complexifica/amplia a tendência cíclica do processo de acumulação de capital. (PAINCEIRA & CARCANHOLO, 2009, p.10)

Os capitais que habitam a esfera da circulação, em especial nas formas de capital portador de juros e capital fictícios, aprofundam, enfim, o processo de acumulação capitalista tornando, desta maneira, mais complexas todas as contradições que lhe são iminentes. Em especial, aprofunda-se a contradição que, como se demonstrou no primeiro capítulo, constitui a causa geral das crises econômicas no modo de produção capitalista: entre o domínio privado da apropriação de mais-valia e o terreno social de sua produção.

Pode-se ainda argumentar que a natureza da acumulação do capital portador de juros e do capital fictício, com a ilusão de que acumulação de capital em nada diz respeito a produção de mais-valia, mistifica a contradição entre apropriação e produção, isto é, nubla a percepção a cerca da causa geral das crises no modo de produção

capitalista. Isso acontece por motivos óbvios, se, de acordo com a forma fetichista desses capitais, a apropriação de mais-valia não tem qualquer relação com a produção social, isto é, se a apropriação e a produção não constituíssem uma unidade no interior do modo de produção capitalista, não poderiam formar uma contradição.

Acredita-se que o que foi exposto nesta seção é, ao menos, suficiente para uma primeira aproximação ao tema da lógica de acumulação do capital fictício. O passo seguinte será o de mostrar como esta perspectiva pode ser utilizada na análise da crise econômica que explodiu no mercado imobiliário dos Estados Unidos em 2007. Para tanto, serão abordados na próxima seção alguns autores que, a despeito de algumas particularidades, utilizam a lógica de acumulação do capital fictício na interpretação desta crise, de maneira compatível com a exposição da categoria que aqui se desenvolveu.

2.4.2 – A crise do capital fictício

Pretende-se nesta seção expor, com brevidade, a leitura da crise atual realizada por autores⁶⁵ que podem ser identificados pela utilização da lógica de acumulação do capital fictício, tal qual exposta na seção anterior, para interpretar a etapa atual do capitalismo. Os objetivos da seção permitem que não se ocupe pormenorizadamente das diferenças conceituais, que ademais são pequenas, no tratamento da categoria capital fictício e do seu papel na dinâmica do regime de acumulação que caracteriza o capitalismo contemporâneo e sua crise, entre os referidos autores. Além disso, os autores que são abordados nesta seção apresentam uma concepção geral sobre o tema das crises econômicas em Marx com grande familiaridade, na maior parte dos casos, com a forma como o tema foi exposto no primeiro capítulo deste trabalho.

Em primeiro lugar, é consenso entre estes autores⁶⁶ que a maneira correta de interpretar as crises econômicas capitalistas parte do reconhecimento de que se tratam de fenômenos cíclicos. Ou seja, a economia capitalista entra em crise em função do esgotamento de um padrão de acumulação e voltará a crescer em virtude do papel

⁶⁵ Como: Carcanholo (2010), Paineira e Carcanholo (2009), Aquino e Cipolla (2008), Jarquin, Campanário et alli. (2010), Carcanholo (2008, 2011) e Sabadini e Carcanholo (2008).

⁶⁶ De maneira mais explícita em: Carcanholo (2010), Paineira e Carcanholo (2009), Carcanholo (2008, 2011), Carcanholo e Sabadini (2008) e Jarquin e Campanário et alli. (2010).

saneador que a crise representa para a possibilidade de acumulação de capital. Segundo Carcanholo (2010), esse caráter dialético da acumulação de capital, para que seja corretamente apreendido, exige uma teoria sobre as crises que satisfaça a três necessidades:

(i) explicar os processo cumulativos que propagam os efeitos das inflexões, isto é, porque o capitalismo continua crescendo durante algum tempo simplesmente porque já estava crescendo, e continua em recessão simplesmente porque já estava em crise; (ii) explicar os pontos de inflexão, ou seja, porque, a partir de determinado momento, o crescimento se transforma em crise/recessão, e o descenso se transforma em nova etapa de acumulação de capital; esta última exigência é ainda mais complexa do que aparenta, já que, se o fenômeno do ciclo é próprio do capitalismo, não é uma anomalia, um acaso, então (iii) os pontos de inflexão tem que ser consequência necessária das características provocadas pela inflexão anterior. (CARCANHOLO, 2010, p. 1)

Nesse sentido, pode-se perceber o quão fecunda é a teoria de Marx com relação às crises econômicas e como se pode partir da base teórica marxiana para explicar esse tipo de fenômeno, respeitando-se as circunstâncias contingenciais que tornam cada uma das manifestações cíclicas da crise um acontecimento *sui generis*, com especificidades historicamente determinadas. Acredita-se que o primeiro capítulo deste trabalho seja suficiente para mostrar que o capitalismo reproduz-se com base em leis que operam como tendências sobrepostas, manifestando-se com maior ou menor força ao longo do ciclo econômico e gerando, necessariamente – de acordo com as contingências históricas – crises econômicas que surgem com a função de repor as condições para um novo processo de acumulação de capital, no qual novamente as contradições iminentes ao modo de produção capitalista tenderão a tornar-se mais complexas até que outra crise apareça também como necessidade.

Tendo por base, portanto, a teoria de Marx, a explicação para uma crise econômica deve partir da caracterização do regime de acumulação de capital que lhe deu origem que, por sua vez, emergiu a partir das respostas que o sistema foi capaz de dar (na busca por espaços para valorização de capital) à crise anterior.

No final dos anos 60 o regime de acumulação de capital iniciado no pós-guerra começa a manifestar seu esgotamento, dando início a uma crise que se estendeu ao longo dos anos 70 até o início dos 80. Nesta crise foi notória a manifestação da tendência à queda da taxa de lucro, principalmente nos EUA e na Europa. (CARCANHOLO, 2008) Como se viu no primeiro capítulo, as crises capitalistas têm por conteúdo o acúmulo excessivo de capital com relação às suas possibilidades de valorização e, portanto, a impossibilidade de se manter a lucratividade observada durante o período de crescimento dessa massa de valor-capital. Assim, a superprodução de capital se manifesta em queda da taxa de lucro e, portanto, na reversão da trajetória de crescimento da economia, levando a um processo de recessão.

No entanto, a destruição de capital decorrente da crise, não levou ao crescimento econômico sustentado. Apesar do fato de que a economia mundial tenha apresentado rápida recuperação na última metade da década de 70, o que pode ser explicado em parte pelo alto grau de liquidez internacional com os chamados “petrodólares”, “[o]s anos 80 são iniciados com uma crise que mostra uma forte tendência de estagnação da economia capitalista mundial”. (CARCANHOLO, 2010, p. 3) Segundo Marcelo Carcanholo (2010) os dois períodos de crise, nos anos 70 e nos anos 80, apresentam duas especificidades com relação às manifestações usuais das crises econômicas: a manutenção da inflação e mesmo sua aceleração nos períodos de recessão; e o fato de que a recuperação da crise não envolveu a redução do nível de desemprego, pelo contrário, o seu recrudescimento.

As respostas do sistema a essa situação começaram a ser desenhadas já na década de 70 e continuaram a ser construídas ao longo dos anos 80 e 90, atingindo então o seu apogeu. (Ibid.) Nesse processo destacam-se as reformas neoliberais que, por um lado, possibilitaram o aumento da taxa de mais-valia como forma de incentivo à retomada da acumulação de capital e, por outro lado, possibilitaram a acumulação de capital fictício propiciando novos espaços de valorização para o capital em excesso, a partir dos processos de desregulamentação e abertura dos mercados financeiros. Todos os autores a que se faz referência nesta seção concordam que esta etapa da acumulação de capital apresenta como característica distintiva e determinante o desenvolvimento da lógica de acumulação de capital fictício, aliando a forma como essa espécie de capital insere-se no processo global de acumulação de capital a um rigoroso entendimento da teoria do valor de Marx na caracterização da mesma e, conseqüentemente, no

entendimento das causas da crise econômica que se inicia no mercado imobiliário dos EUA e cujos efeitos amplificam-se até o presente momento⁶⁷.

Associar o processo de regulamentação/liberalização financeira à crise recente é praticamente lugar comum entre as interpretações que se situam no campo da esquerda, marxista ou não. No entanto, a forma como se faz essa associação, ou seja, a forma como se caracteriza esse processo de acumulação que culminou nesta crise é crucial para a confrontação crítica das diferentes explicações para o fenômeno.

Tendo por base a teoria das crises cíclicas de Marx, isto é, sua análise do processo dialético/contraditório de acumulação capitalista, entende-se que o correto uso da categoria capital fictício, sua lógica peculiar de acumulação, corresponde a ferramenta teórica com maior capacidade explanatória frente aos acontecimentos que caracterizam o capitalismo contemporâneo⁶⁸. Foi visto que as crises cíclicas têm por causa a contradição entre o domínio privado da apropriação de mais-valia e a lógica social da produção de mais-valia da qual não se pode escapar, apesar da crença quixotesca dos apologistas do capital de plantão⁶⁹. A dialética da acumulação do capital fictício, com suas funcionalidades e disfuncionalidades para o processo global de acumulação, implica no aprofundamento dessa contradição entre a apropriação e a produção de mais-valia. O processo lógico-dialético de exacerbação desta contradição foi descrito na seção anterior, cabe agora mostrar como isso se encaixa nos acontecimentos recentes.

Antes de qualquer coisa, o processo de desregulamentação/liberalização financeira iniciado na década de 70 permitiu o aparecimento de novas, e potencialmente infinitas, formas de capital fictício. O crescente endividamento externo de países periférico, em especial da América Latina, foi o impulso inicial para a criação de novas

⁶⁷ É importante ressaltar que diversos autores pós-keynesianos enfatizam o papel da desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros na crise atual, sem, no entanto, relacionar este processo à necessidade surgida a partir das contradições inerentes ao processo de acumulação de capital, ou seja, não percebendo que “a especulação não é um defeito do sistema, mas uma tentativa de solução [...]”. (CARCANHOLO, 2008). Como exemplo de autores pós-keynesianos que abordam a questão pela perspectiva citada tem-se: Wray (2009), Carvalho (2009) e Kregel (2008).

⁶⁸ Que corresponde ao regime de acumulação que emergiu a partir da década de 70.

⁶⁹ “A partir dos anos 80, o capital e seus ideólogos, e entre eles também os economistas, passaram a acreditar terem encontrado, na prática, uma fórmula mágica para garantir a geração de riqueza econômica, sem necessidade de utilização do trabalho humano. Alguns chegam a pensar até que o capital terminará não mais necessitando da força de trabalho para produzir riqueza e excedente, de maneira a garantir a rentabilidade exigida pelo capital. [...] Finalmente o capital não precisaria mais sujar as mãos na produção para realizar-se como ser capaz de, por si mesmo, gerar lucros, lucros elevados”. (CARCANHOLO, 2011)

formas de capital fictício ante a estagnação do nível de investimento, principalmente nos países centrais. Sem entrar em maiores detalhes⁷⁰, esse processo teve como pano de fundo o aprofundamento das reformas neoliberais, principalmente na década de 90, e o aumento da instabilidade financeira e cambial no mesmo período⁷¹.

Chega-se ao século XXI com um cenário amplamente favorável para a acumulação de capital fictício, com alta no ciclo de liquidez internacional, taxas de juros em patamares baixíssimos e crescimento da economia mundial, em especial crescimento na economia dos EUA puxado pelo consumo das famílias com crescente endividamento (a juros baixos), patenteando a mudança no comportamento dos bancos em direção ao crédito familiar, uma vez que as grandes empresas passaram a precisar cada vez menos dos créditos bancários e que a privatização dos serviços públicos em meio à estagnação do salário real empurrava as famílias aos serviços financeiros. Os baixos preços das *commodities* mantiveram a inflação sob controle nos EUA, abonando a política de juros baixos praticada pelo *Federal Reserve Bank* (Fed). O estouro da chamada bolha *pontocom*, isto é, do capital fictício acumulado com base no mercado de alta tecnologia implicou na necessidade da busca de novo espaço de valorização para a parcela desse capital que conseguiu sobreviver a essa crise. Encontrou-o no mercado imobiliário dos EUA.

Como dito na seção anterior, capital fictício pode provir de várias fontes, inclusive dos salários. Segundo Aquino e Cipolla (2008):

As hipotecas também podem originar capital fictício. Por um lado, uma soma de dinheiro é emprestada a um mutuário e em contrapartida um papel é emitido representando o direito a receber o principal e o juro deste empréstimo. Por outro, a soma de dinheiro é transferida a uma empresa que produziu uma casa. Mas o dinheiro do empréstimo não existe nem nas mãos do Banco nem nas mãos do mutuário, mas sim nas mãos da construtora que deixou em contrapartida a casa nas mãos do mutuário. Assim, a hipoteca pode ser vendida como capital, pois dá direito ao recebimento dos juros do

⁷⁰ Explicação mais detalhada da forma como ganhou impulso a lógica de acumulação de capital fictício com relação ao capital total pode ser encontrada em Carcanholo (2010).

⁷¹ “A década neoliberal [anos 90], baseada nos programas do Consenso de Washington, teve como saldo taxas médias de crescimento inferiores aos anos 80, época conhecida como a década perdida para a América Latina. Para a economia mundial, os anos 90 também representaram um período de instabilidade, dadas todas as crises financeiro-cambiais que o período vivenciou”. (CARCANHOLO, 2010, p. 7)

empréstimo imobiliário. Pode continuar sua vida de capital, pois a sua posse dá direito a um fluxo de renda. O preço desse fluxo de renda é capitalizado às taxas de juros correntes e daí tira o banco o seu ganho já que emitiu a hipoteca a taxas de juros mais altas. (AQUINO & CIPOLLA, 2008, p.16)

O aumento do crédito imobiliário impulsiona este mercado. O conseqüente aumento da demanda por imóveis impulsiona os preços, auto-alimentando o esquema. Com o aumento dos preços pode-se refinanciar as hipotecas de forma que se podiam adquirir recursos tanto para o pagamento dos débitos anteriores quanto para a compra de novos imóveis, “impulsionando ainda mais o efeito auto-expansivo de elevação dos preços dos imóveis, o crescimento do mercado hipotecário, e sua implicação de elevação do endividamento dos tomadores desses empréstimos”. (PAINCEIRA & CARCANHOLO, 2009, p. 12) O aumento da riqueza (fictícia) em função da elevação dos preços dos imóveis, propulsionava o consumo das famílias dos EUA, o que a teoria econômica tradicional chamaria de “efeito riqueza”. “O crescimento da economia americana e, em última instância, da economia mundial, teve como base esse processo, em uma espiral “virtuosa” riqueza (imobiliária)-consumo-produção-emprego-renda-riqueza-consumo...” (Ibid.)

De fato, os anos de 2003 até 2007 caracterizaram-se por forte crescimento da economia mundial, “muito em conta da funcionalidade do capital fictício que redefiniu a alta da liquidez internacional e a aceleração do processo de acumulação de capital”. (CARCANHOLO, 2010, p. 7-8)

Percebe-se que o ponto de partida do esquema está na mobilização de parte dos rendimentos da classe trabalhadora para o pagamento das obrigações relacionadas às dívidas hipotecárias.

Mas o filão principal dos lucros não estava na transformação de uma fração dos salários em juros, mas sim nos lucros obtidos com a venda das hipotecas para os bancos de investimento. Estes por sua vez transformavam as hipotecas em novos instrumentos financeiros, as conhecidas MBS [mortgage backed securities], submetidas a avaliação de risco pagas às empresas de avaliação pelos próprios emissores e amparadas por seguro por parte de companhias de seguro. (AQUINO & CIPOLLA, 2008, p. 19)

Os autores citados imediatamente acima chamam a atenção para o fato de que sem a possibilidade de reaver o principal com a venda dos empréstimos, isto é, com a transformação das hipotecas em dinheiro, não teria sido possível a renovação da capacidade de emprestar dos bancos e, conseqüentemente, o *boom* imobiliário. As hipotecas concedidas, uma vez que tenham sido vendidas aos bancos de investimento, retornavam aos bancos que podiam assim emitir novas hipotecas. Como já se pode perceber, esse processo constitui a criação de capital fictício. Os investidores que adquiriam essas MBS tinham direito a apropriarem-se de um rendimento periódico, visto como fruto de um capital, e que era transferível, possibilitando a recuperação do principal, fortalecendo a percepção de tratar-se de capital de fato, o que não é falso, mas apenas do ponto de vista individual. O rendimento tinha sua origem nos salários dos trabalhadores e os imóveis que foram adquiridos a partir do endividamento deles já haviam sido produzidos, tendo inclusive entrado na esfera do consumo.

Apesar do fato de que as funcionalidades da acumulação fictícia de capital para a economia mundial, com diminuição do tempo de rotação do capital total, terem predominado sobre suas disfuncionalidades até 2007, os primeiros sinais do que estava por vir já começaram a aparecer em 2004 com a elevação dos juros nos EUA, encarecendo o refinanciamento das dívidas. No entanto, o aumento na concessão de hipotecas, em grande parte *subprime*, e a forte entrada de capital estrangeiro nos EUA mais que contrabalançaram o aumento dos juros.

Em 2006 o esquema auto-expansivo acima descrito acima manifesta seu esgotamento com redução das taxas de crescimento do crédito ao consumo e leve aumento da inadimplência no mercado de crédito imobiliário *prime* e *subprime*, afetando negativamente a tendência dos preços dos imóveis. (PAINCEIRA & CARCANHOLO, 2009, p. 13) O aumento da inadimplência é em grande parte explicado pelo reajuste nas taxas de juros previsto nos contratos de grande parte das hipotecas no momento em que a taxa básica de juros dos EUA começava sua trajetória ascendente. Em conseqüência o preço dos imóveis começa a cair, reduzindo a riqueza das famílias, o que somado aos juros mais elevados levou ao aumento gradativo da inadimplência, restringindo ainda mais o crédito imobiliário, uma vez que os credores não podiam mais garantir o pagamento de seus próprios passivos frente à desvalorização de seus ativos. Os credores se vêem obrigados então a colocar ativos à venda como forma de resolver os problemas relativos à liquidez, o resultado, contudo, é uma deflação no

preço dos ativos e um aprofundamento do problema. Conseqüentemente, as instituições financeiras tornam-se ainda mais relutantes a conceder empréstimos, oferecendo-os a juros progressivamente mais elevados. Os grandes bancos carregados de títulos lastrados em hipotecas (MBS) sofrem com o aumento de seus passivos pelo aumento das taxas de juros e redução de seus ativos em virtude da desvalorização desses títulos. Diante desse processo a oferta de crédito só faz reduzir, potencializando os efeitos e as causas da quebra.

O momento de alta no ciclo de liquidez/crédito internacional começou a mostrar sinais de retração, o que acaba (e acabou) elevando as taxas de juros, aumentando o peso do serviço das dívidas dos tomadores de empréstimo, o crescimento da inadimplência, a resposta do mercado imobiliário retraindo a oferta de crédito imobiliário, redução dos preços dos imóveis, da riqueza que, por sua vez, expande a inadimplência e, com isso, o caráter “virtuoso” do processo se transforma, em razão da mesma lógica, em “vicioso”. O caráter disfuncional da lógica do capital fictício se manifesta com toda sua força, e o processo riqueza (imobiliária)-consumo-produção-emprego-renda-riqueza-consumo volta a operar, só que com o sinal invertido. (Ibid., p. 13)

Ou seja, nos momentos de crise, o caráter disfuncional do capital fictício, o fato de apropriar-se de parcela da mais-valia socialmente produzida, sem concorrer para sua produção, se manifesta com mais força do que seu caráter funcional. Manifesta-se com violência a contradição entre o domínio privado da apropriação e a produção social da riqueza. O resultado necessário para que essa contradição se mova, isto é, se recicle de forma que se possa iniciar novo processo de acumulação, é a destruição do capital acumulado em excesso, neste caso fictício. Essa é a única forma de se restabelecer a unidade necessária entre os pólos opostos considerados, isto é, de fortalecer-se a unidade necessária entre a produção e a apropriação.

No entanto, na prática a destruição necessária do capital fictício em excesso resultaria em quebra maciça de instituições financeiras, uma vez que estas concentravam em seus ativos grande parte desse capital fictício. A máxima *too big to fail* expressa o quão danoso seria essa quebradeira generalizada para o sistema capitalista mundial. Para evitar isso a maioria dos países criou condições para a monetização desse capital fictício sob o pretexto de garantir a estabilidade do sistema.

Isso só pode ser feito com enorme expansão da dívida pública já extremamente elevada (muito em função da base de valorização de capital fictício que se criou desde a década de 70). (CARCANHOLO, 2010, p. 9) A crise da dívida na região do Euro é, portanto, nada mais do que reverberação dos efeitos da fase anterior da crise, “agravada pela forma como se tentou contornar os seus efeitos”. (Ibid., p. 9)

Além disso, Reinaldo Carcanholo (2008, 2011) e Marcelo Carcanholo (2010) ressaltam que uma vez que a crise envolve a sobreacumulação de capital especializado apenas na apropriação de mais-valia, a tendência é que haja um esforço para que seja expandida a produção de mais-valia a qualquer custo, ou melhor, ao custo das condições de vida da classe trabalhadora. Uma resposta do sistema à crise, como forma de readequar a apropriação à produção de mais-valia é aumentar ainda mais o grau de exploração da força de trabalho. É nesse contexto que se deve também interpretar as medidas impostas aos países em crise (que devem espalhar-se à media que a própria crise se espalhar, contagiando outros países): aprofundamento das reformas neoliberais na previdência e nos campos trabalhista e sindical; a redução das políticas públicas; o arrocho salarial e piora nas condições de trabalho do funcionalismo público; o aumento das privatizações; e a redução dos gastos e investimentos públicos.

Em resumo, a saída da crise, teorizada pelo pensamento conservador e, mais grave do que isso, aplicada pelos governos da grande maioria dos países – mesmo alguns que se dizem de “esquerda” – combina: (i) mais recursos para a manutenção da lógica de valorização do capital fictício; (ii) maior arrocho das condições para a classe trabalhadora. (Ibid., p. 9)

A ampliação da lógica de valorização de capital fictício, de um modelo de acumulação de capital que já se mostrou esgotado, sinaliza que a crise deve perdurar por um período excessivamente prolongado, no qual as condições de vida da classe trabalhadora devem ser continuamente rebaixadas.

3 – Conclusão: A teoria das crises de Marx e as leituras marxistas da crise atual

Após ter-se feito uma reconstituição do que se entende por teoria das crises cíclicas do capitalismo em Marx, tendo por base sua teoria do valor e o desvendar, a partir desta, das tendências subjacentes ao modo de produção capitalista, e de se ter exposto algumas das mais importantes interpretações sobre a crise atual que buscam, de alguma forma, inspiração em Marx, é chegado o momento de avaliar criticamente estas propostas.

Recordemos que, tendo por base a rigorosa apreensão da teoria marxiana do valor e a proposta metodológica do autor, uma teoria geral, objetivamente fundada, para as crises econômicas deve dar conta de todas as suas formas de manifestação particulares, desvendando seu conteúdo e, a partir daí, sua causa geral. As crises, que revelam sempre uma situação de sobre-acumulação de capital, ou seja, um excesso de capital com relação às possibilidades de valorização, surgem como resultados necessários do desenvolvimento contraditório da acumulação de capital. As tendências imanentes ao modo de produção capitalista se expressam para cada indivíduo, capitalista ou não, como coação externa, determinando comportamentos individuais contraditórios com relação à necessária articulação social do processo de acumulação de capital, caminhando constantemente para esse resultado que se manifesta de maneira periódica, no comportamento cíclico do processo global da acumulação de capital.

Ou seja, dentre as diversas manifestações possíveis de estorvo no processo de acumulação, pode-se vislumbrar que se trata sempre de sobre-acumulação de capital e a causa para essa situação deve ser a contradição entre a lógica social da acumulação de capital, unidade dialética de produção e apropriação de mais-valia, e os comportamentos individuais engendrados por essa lógica social, a sede insaciável por apropriação de mais-valia, algo que só pode se realizar socialmente, isto é, através do mecanismo social que relaciona (potencialmente) todos com todos. Essa lógica social da acumulação de capital e o comportamento individual formam, portanto, uma unidade, ou seja, o comportamento individual pressupõe a lógica social, assim como esta, para ser reproduzida, depende que os indivíduos comportem-se de uma determinada forma; e, ao mesmo tempo, os dois domínios repelem-se, são contrários, pois a apropriação da mais-

valia resultante do processo de acumulação só diz respeito ao indivíduo que adiantou dinheiro, na forma de capital, para retirar da circulação mais-dinheiro, sendo a necessidade de ter de participar, mesmo que indiretamente, da grande retorta social da circulação de mercadorias é, para este indivíduo mero acidente, muitas vezes indesejável, de forma que o ciclo de acumulação típico do capital portador de juros e do capital fictício, D-D', aparece para o capital como uma utopia eventualmente realizável, a quimera do dinheiro que reproduz a si mesmo, o fetiche máximo do capital.

A contradição, portanto, entre uma mais-valia que precisa ser produzida, passando necessariamente pelos canais da circulação, e a esfera de sua apropriação que não reconhece esta necessidade ontológica, gera a situação contraditória que periodicamente leva a acumulação de capital a um beco sem saída. Nesses casos, só a destruição de capital pode tirá-la desta situação, ou seja, levar à retomada do processo de valorização de capital.

Como se mostrou no primeiro capítulo, as crises capitalistas surgem como resultado necessário do processo de acumulação de capital antes de se considerar a divisão da mais-valia com os capitais que habitam apenas a esfera da circulação, isto é, antes que fosse analisado o papel desses capitais no sistema capitalista. É sabido que o movimento da análise das categorias que correspondem às formas de ser do modo de produção capitalistas, analisadas, inicialmente, da forma mais abstrata/simple possível, segue a direção de suas formas mais complexas, ricas em determinação, no sentido de sua manifestação concreta, o retorno ao ponto de partida da análise, a realidade concreta, mas agora preñe de significado. Esse é o sentido da virada para as formas que se fazem autônomas⁷² do capital industrial. As contradições próprias ao modo de produção capitalistas analisadas ao nível de abstração mais elevado continuam, portanto, válidas, mas em maior grau de complexidade, com ainda maior força.

Assim, as particularidades dessa crise atual, à luz da teoria marxista do valor, podem ser desvendadas, da melhor maneira, através da análise da acumulação de capital

⁷² Isso já denota a prioridade ontológica da produção de valor, uma vez que essas formas se fazem autônomas em abstrato, embora precedam historicamente o modo de produção capitalista. Na verdade, a forma pré-capitalista desses capitais, pode ser entendida à luz da afirmação de Marx, segundo o qual a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco (op. cit.. LUKÁCS, 2004, p. 57), ou seja, que essas formas só podem crescer para além dos limites estritos da Idade Média, ganhando pleno significado, com o advento de um modo de produção que tem a criação de valor como impulso imanente. O contato entre o que pode ser chamado de formas prototípicas do capital, o capital comercial e o capital de usura, com formas de produção que não tinham a expansão do valor como dispositivo imanente, tinha de levar sempre à expropriação, quando não conseguiam fazer penetrar essa expansão como necessidade nesses modos de produção que podem ser vistos, retrospectivamente, como transição para a forma capitalista.

fictício. Já se mostrou como os recentes desenvolvimentos no mercado financeiro, principalmente a multiplicação de instrumentos como derivativos financeiros e títulos securitizados, podem ser enquadrados sob esta rubrica. A forma como as funcionalidades e disfuncionalidades aprofundam as contradições imanentes ao modo de produção capitalista, em especial, a que foi identificada como motor dos resultados que contradizem a acumulação de capital, isto é, da geração de crises, entre a apropriação e produção de mais-valia, já foi exposta. Cabe agora, mostrar como essa leitura da crise oferece mais do que as demais, isto é, mostrar o seu poder explanatório em comparação com as outras interpretações. Mais do que a crítica pontual a cada uma das leituras abordadas no capítulo anterior, pretende-se atestar a validade da perspectiva assumida, tendo em vista a teoria das crises de Marx, que parte de sua teoria do valor, a qual se crê que ainda seja a ferramenta teórica mais poderosa para entender esta formação social, constituindo, portanto, ponto de partida para a análise apresentada do capitalismo contemporâneo. Enfim, deve-se mostrar que as demais perspectivas apresentadas não se adéquam à crítica de Marx ao capitalismo ou o fazem de maneira limitada, não aproveitando inteiramente seu potencial explanatório.

Existem alguns pontos que, segundo se crê, são de fundamental importância para uma teoria marxista das crises, ou seja, para que esta aproveite seu fecundo ponto de partida, a teoria social crítica de Marx, em todo seu potencial explanatório. Além disso, a forma específica dessa crise atual não apenas reforça essa necessidade, como abre espaço para a inclusão de categorias marxianas que se bem compreendidas e associadas corretamente à base teórica, são de extrema relevância. Esse é o caso da categoria do capital fictício e da análise de suas funcionalidades e disfuncionalidades para a acumulação global de capital; isso, contudo, só faz sentido com a utilização rigorosa da lei do valor tal qual proposta por Marx. Pode-se argumentar, como será feito mais à frente, que os autores que perceberam que a categoria capital fictício poderia ser útil na análise da crise atual, na maior parte das vezes usaram-na de maneira que não explorasse todo o potencial da mesma por não terem associado-a, de maneira explícita, à teoria do valor de Marx, às contradições de base do modo de produção capitalista. Definitivamente não é possível entender as categorias mais complexas da análise marxiana, se não se entende as categorias abstratas e simples.

Compreende-se que a forma mais correta de caracterizar a crise atual se dá através da associação da lei do valor de Marx como fonte das contradições mais

complexas desta sociedade; separando-se forma de manifestação de conteúdo e causa das crises econômicas; entendendo-se a contradição entre produção e apropriação, como motor do processo contraditório de acumulação de capital que, necessariamente, desemboca em crises; analisando-se, corretamente, à luz da lei do valor de Marx, as conseqüências da grande expansão do capital fictício, desde a década de 1970, para a acumulação global de capital e, desta forma, seu papel na crise atual. Esta conclusão é dividida em seções, nas quais cada uma deverá dar conta de cada um desses pontos.

3.1 – A lei do valor de Marx: base para a análise marxista das crises capitalistas

A teoria do valor de Marx pode ser considerada a pedra fundamental de sua análise do modo de produção capitalista. A correta compreensão da crítica marxiana presente na formulação do fetiche da mercadoria é determinante para que se compreenda o sentido da obra. Ademais, o entendimento correto das categorias de valor de uso, valor e valor de troca constitui pré-condição para as partes seguintes de *O Capital*, até seu fim.

Como se sabe, a *Crítica da Economia Política* começa pela análise da mercadoria, pois, como diz Marx no prefácio da obra, a forma mercadoria do produto constitui a “célula econômica da sociedade burguesa”. (MARX, 2006, V. 1, p. 16) Ou seja, a contradição interna à mercadoria contém, em germe, as demais contradições do modo de produção capitalista.

A mercadoria deve aguçar o desejo alheio, para que seja trocada. Portanto, deve ser capaz de satisfazer alguma necessidade humana, constituir um objeto útil. A confirmação do caráter socialmente útil do objeto, sua capacidade de satisfazer a necessidade de alguém, dá-se exatamente na troca, ou seja, a troca é o reconhecimento de que o trabalho de qualidade particular, que foi necessário para que se pudesse trazer à realidade um objeto que antes possuía existência ideal na cabeça do seu produtor, seja socialmente útil. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”. (Ibid., p. 58) Assim, o valor de uso é determinado pelas propriedades materiais do objeto que, no caso do modo de produção capitalista, assume a forma de mercadoria. Valor de uso é, portanto, o invólucro material necessário da riqueza na forma capitalista. Uma

mercadoria não pode prescindir de valor de uso, caso contrário não haveria quem a demandasse.

“Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca”. (Ibid.) O valor de troca se manifesta na troca de uma mercadoria por outra. É, portanto, relação quantitativa entre diferentes valores de uso, uma relação que varia constantemente. (Ibid.) Essa possibilidade de variação do valor de troca, faz com que, a primeira vista, a determinação quantitativa das proporções da troca entre as mercadorias pareça meramente fortuita, não obedecendo a qualquer lei. Assim, seria “uma contradição em termos, um valor de troca imanente à mercadoria”. (p. 58) Qualquer mercadoria pode ser trocada por várias outras, isso denota a existências de inúmeros valores de troca para cada mercadoria. Pode-se deduzir daí que todos os valores de troca de uma mesma mercadoria expressam um mesmo significado; e, portanto, “o valor de troca só pode ser a maneira de expressar-se, a forma de manifestação de uma substância que dele se pode distinguir”. (Ibid., p. 59). O valor de troca revela, portanto, um conteúdo fundamental.

A igualdade entre determinadas proporções de objetos qualitativamente diversos indica a existência de algo em comum entre os mesmos. O que os iguala não pode ser uma propriedade material deles, pois esta só diz respeito ao caráter útil do objeto, ao seu valor de uso. No entanto, as mercadorias igualam-se, quantitativamente, apesar da diferença qualitativa. Pode-se, portanto, seguindo Marx, por de lado o valor de uso das mercadorias para analisar sua igualação na troca.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. (Ibid., p. 60)

Ou seja, as mercadorias igualam-se por terem em comum o fato de serem produtos de trabalho humano em geral, trabalho humano abstrato, em oposição ao trabalho concreto de qualidade específica para produzir um objeto qualitativamente específico. Todos estes trabalhos de qualidade diversa têm em comum o fato de serem dispêndios de força humana de trabalho. Assim, o fundamento do valor de troca é o

valor, trabalho humano em geral. Isso indica que as proporções em que são trocadas as mercadorias têm um fundamento objetivo. Se as mercadorias não chegassem ao mercado com algo que, em si, determinasse, em algum grau, a proporção pela qual ela deve ser trocada, esta seria meramente fortuita, de forma que o sistema capitalista fundar-se-ia em mera subjetividade. Marx afirma, assim, que há uma lei geral que regula as proporções em que as mercadorias são trocadas (em última instância seus preços de mercado) e que o entendimento dessa lei geral é condição para que se entenda os desvios da mesma, caso contrário não haveria base objetiva para a teoria. Marx busca, portanto, a base objetiva desta sociedade no próprio ser humano, assim como a necessidade de superação dessa forma social que, em muitos aspectos, deprime as possibilidades do desenvolvimento humano, como se pretende apontar brevemente abaixo.

A relação entre valor, que se expressa na troca como valor de troca, e valor de uso como pólos constituintes da mercadoria é dialética, isto é, são pólos independentes e mesmo opostos, mas constituintes das mercadorias, de forma que estas só existem nessa unidade e que cada um dos pólos deve sua existência ao pólo oposto. Já se falou⁷³ que a manifestação do valor na forma aparentemente independente do dinheiro significa a possibilidade do afastamento entre esses dois pólos e que esse afastamento progressivo leva ao aparecimento das crises econômicas que aparecem como a afirmação da unidade necessária.

O produtor, portanto, que produz para a troca cria valor. Contudo, o valor é uma relação social e não pode apenas existir isoladamente em uma mercadoria, tem de manifestar-se, no preço, isto é, na sua confrontação com a mercadoria-dinheiro. Mas atribuir preço a uma mercadoria não significa que ela já tenha sido vendida. O caráter social do trabalho despendido na mercadoria, portanto, precisa ser confirmado, *a posteriori*, pela troca, ou seja, na esfera da circulação. Se a mercadoria não for vendida evidencia-se que aquele trabalho, ao mesmo tempo concreto e abstrato, foi despendido em vão. A atividade dos que produzem mercadorias está, portanto, sujeita a um organismo social que se desenvolve de maneira independente dos indivíduos considerados isoladamente. A divisão social do trabalho e o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias desenvolvem-se de maneira incontrolável para cada produtor. Assim, o que satisfazia uma necessidade em um dado

⁷³ pp. 15-16.

momento, pode deixar de fazê-lo no momento seguinte, e a evolução da força produtiva social pode deixar para trás aqueles que não a acompanharem. Evidencia-se a sujeição a uma dinâmica externa, incontável para os sujeitos que dela participam. Denota-se, enfim, a dominância que o valor assume perante os produtores e seu papel central indica tratar-se de uma forma de sociabilidade estranha, a qual a troca dos produtos dos trabalhos como mercadorias é norma social.

Segundo Marx, essa aparente independência do valor de troca das mercadorias oculta

características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (Ibid., p. 94)

Percebe-se que a manifestação concreta das relações sociais capitalistas oculta seu verdadeiro conteúdo. O fato dos seres humanos estarem de fato sujeitos a um organismo social deles independente gera a impressão de que a relação social não tem por conteúdo o próprio ser humano, mas coisas produzidas pelos homens. Isso porque o caráter social de cada trabalho particular só é reconhecido na troca. A dominação dos seres humanos pelos produtos de seus próprios trabalhos evidencia uma forma de dominação abstrata.

O desvelar da categoria valor, na teoria de Marx, mostra um mundo incontável para os seres humanos. Deve-se lembrar que, neste ponto da análise (primeiro capítulo do primeiro livro de *O Capital*), Marx não introduziu ainda o conceito de capital. Sua inclusão revela que essa dinâmica estranhada corresponde exatamente às necessidades do capital, de percorrer o caminho do acréscimo de seu valor. Patenteia-se que toda a dinâmica da produção social gira em torno das necessidades do capital, ao invés das necessidades humanas. Que estas são contempladas apenas na medida em que forem contempladas as necessidades da acumulação de mais-valia. Nesse circo, todos os atores devem comportar-se de acordo com essa norma. O capitalista que não age de acordo com a expansão máxima de seu capital corre o risco de deixar de ser capitalista, juntando-se ao exército daqueles que não tem nada mais a vender além de sua própria força de trabalho. Em certo sentido,

portanto, o que está em jogo é a existência social de capitalistas e trabalhadores, contudo, para os últimos está em questão a sua própria sobrevivência, em muitos casos.

Conforme se crê, Marx, na seção que fecha o primeiro capítulo da sua obra mais importante, a que expõe o “fetiche da mercadoria”, (Ibid., pp. 92-105) deixa claro que sua crítica à sociedade na qual vigora o modo de produção capitalista vai muito além de meras questões distributivas, da expropriação dos capitalistas pelos trabalhadores, abolição da propriedade do capital sobre os meios de produção etc. Seu cerne seria a superação de uma forma de dominação que põe os produtos dos trabalhos humanos em oposição aos próprios seres humanos, ao trabalho (abstrato), como uma imposição estranha, externa. A sociedade vindoura teria de ter, desta forma, a produção regulada pelas necessidades dos seres humanos, e não por necessidades alheias a eles próprios, subordinadas à acumulação de capital ou ao poder político do Estado. A superação, enfim, do valor como momento necessário de igualação quantitativa dos diversos trabalhos úteis existentes, de uma forma de sociabilidade que engendra comportamentos individuais aparentemente desconexos, movidos por paixões privadas, tendo, por exemplo, como subproduto necessário as crises econômicas. Além disso, essa forma de sociabilidade deprime a capacidade do ser humano de se desenvolver livremente, condicionando seu desenvolvimento à acumulação de capital.

Essa compreensão condiciona o entendimento de todo o restante da obra, e a relação entre a produção e a apropriação de valor é de fundamental importância para o objetivo da obra, tal qual posto por Marx no prefácio da primeira edição: “[o] objetivo final desta obra é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna”. (Ibid., p. 18)

Fica clara assim a importância do entendimento das categorias mais básicas do modo de produção capitalista para as análises mais complexas, como a das crises econômicas. Sem a teoria do valor, a contradição entre produção e apropriação, por exemplo, não faz o menor sentido, tampouco não há bases objetivas para entender o potencial destrutivo da acumulação de capital fictício, ficando sua figura concreta, à moda keynesiana, tratado de maneira meramente subjetiva.

Note-se que com relação aos autores abordados no capítulo anterior, raríssimas vezes percebe-se referência explícita à teoria do valor de Marx, com exceção dos que propõem a análise dessa crise a partir da lógica de acumulação de capital fictício. As referências mais explícitas à teoria do valor de Marx, dentre os autores que estudam a

crise atual abordados neste trabalho, encontram-se naqueles que entendem que na lei de tendência à queda da taxa de lucro reside a causa para a crise atual, mais especificamente em Kliman (2009^a, 2009^b, 2010), Harman (2008, 2009) e Carchedi (2009).

Já se disse que a lei de tendência à queda da taxa de lucro é uma consequência necessária da lei do valor de Marx⁷⁴. Harman (2008, 2009) e Carchedi (2009) enfatizam a tendência ao aumento da composição orgânica do capital como causa da queda da taxa de lucro, o que evidencia que os autores entendem que a força de trabalho é a única fonte de valor novo no processo de trabalho e, portanto, de mais-valia. Já Kliman (2009^a, 2009^b, 2010) transforma a lei de tendência à queda em uma lei determinista, ao tratar o fenômeno utilizando a linguagem economicista, isto é, tratando-o a partir de existência de uma taxa de lucro de longo prazo, descartando as contra-tendências à queda da taxa de lucro analisada por Marx.

Todas essas leituras apresentam problemas pontuais, mas fundamentais. Por exemplo, Carchedi (2009) e Kliman (2009^a) não percebem que a taxa de lucro pode subir se, apesar da redução do emprego, houver aumento mais que proporcional do grau de exploração do trabalho. Kliman (2009^a) chega a tratar o problema como mera constatação empírica, como se a mera observação, ou não, da queda da taxa de lucro fosse suficiente para comprovar, ou descartar, a lei de tendência à queda da taxa de lucro. Apesar desses problemas, os propósitos deste trabalho e a forma como se pretende comprovar a maior eficácia teórica da interpretação defendida, levam a que se jogue luz em um problema comum a todos esses autores: não perceber que a queda da taxa de lucro é forma de manifestação, ao invés de causa da crise. Ou seja, que quando a taxa de lucro efetivamente cai, como sempre acontece em crises econômicas, os mecanismos que levaram a esse resultado já se fizeram atuantes. Segundo Marcelo Carcanholo:

[...] os autores que relacionam a queda da taxa de lucro com a causa da crise não percebem que qualquer problema de lucratividade já é um reflexo de um problema anterior de realização, isto é, a taxa de lucro, na fase descendente do ciclo, cai justamente porque a economia já está em crise, e não o contrário. A taxa de lucro, ao mesmo tempo que serve como propulsora da

⁷⁴ p. 9.

acumulação capitalista, tendo em vista que é nela que os capitalistas se baseiam para definir seus planos de investimentos, também é um resultado, um indicador, do mesmo processo de acumulação capitalista. Assim, uma taxa de lucro em queda, não só provoca uma retração dos investimentos, mas, antes disso, já expressa um problema de realização, já é uma consequência da crise. Por isso, a queda da taxa de lucro é uma forma na qual a crise se manifesta. (CARCANHOLO, 1996, p. 169)

Confundem, portanto, a forma de manifestação da crise com sua causa, sem, contudo, invalidar a lei de tendência à queda da taxa de lucro. É fundamental que se distinga, portanto, as formas de manifestação do conteúdo das crises, para que se possa apreender sua causa.

3.2 – Formas de manifestação, conteúdo e causa das crises econômicas

Antes de qualquer coisa, deve-se notar que, como já pôde ser percebido de análises anteriores, em especial da análise que diferencia valor e valor de troca, acima, que se ater à forma de manifestação de um fenômeno leva a apreensões mistificadas da realidade. Isto é, a realidade que não se revela imediatamente aos sentidos pela mera observação dos fenômenos empíricos, ficaria escondida por trás do véu de sua manifestação imediata. Não seria possível, neste caso, desvendar seu verdadeiro domínio causal, isto é, reconstruir, em abstrato, as condições necessárias para que tal estado de coisas viesse à tona.

Isso não significa que uma verdadeira teoria marxista das crises não deve preocupar-se com a definição de suas formas de manifestação. “O que não se pode fazer, é confundir esta etapa com a da explicação causal do fenômeno”. (Ibid., p. 173) O trabalho a que por ora se faz referência⁷⁵ conclui que o debate clássico sobre as causas das crises na perspectiva marxista situa-se em torno de explicações que confundem as formas de manifestação das crises com sua causa. Como se disse acima, para que se possa escapar às armadilhas das formas sociais mistificadas burguesas, evitando que se caia em formas de falsa consciência típicas dessa sociedade, perdendo assim o sentido

⁷⁵ Carcanholo (1996).

crítico, é necessário que a teoria ultrapasse a barreira das formas de manifestação, que busque, através da pesquisa científica, o verdadeiro conteúdo por trás da realidade aparente e, partir daí o sentido dessa forma de ser. Nesse sentido, segundo Carcanholo: “Uma teoria marxista da crise deve, portanto, entender o conteúdo do fenômeno, explicar a sua causa, e explicitar as formas pelas quais ele se apresenta na economia”. (Ibid., p. 173)

Dentre as formas de manifestação, confundidas por causas no referido debate, encontram-se: a queda da taxa de lucro; o subconsumo, ou os problemas de realização inerentes à produção capitalista; a desproporção entre os diferentes ramos de produção; e a superacumulação de capital. (Ibid., pp. 169-171) Já se mencionou a conexão desta questão com as leituras da crise atual que buscam sua causa na queda da taxa de lucro. A ligação com as teses subconsumistas de Husson (2009^a, 2009^b) e Foster e Magdoff (2009), embora no caso destes últimos a análise não possua nada que lembre a teoria social marxiana, apoiando-se, principalmente em economistas heterodoxos, e com a noção de superacumulação de capital de Chesnais (2009^a, 2009^b, 2010) é imediata. Com relação aos primeiros, segundo Carcanholo:

[...] quando uma situação de consumo insuficiente, para realizar a produção, se configura, a crise já está deflagrada; as circunstâncias inerentes ao modo de produção capitalista, que provocam essa situação, já se manifestaram e, portanto, a causa da crise também já se manifestou. Isto permite concluir que o subconsumo (consumo insuficiente para realizar a produção) é mais uma das formas em que a crise se manifesta. Assim, os autores que procuram explicar as crises por subconsumo cometeram a mesma falha: confundiram causa com forma de manifestação. (Ibid., p. 170)

O caso de Chesnais (2009a, 2009b, 2010) é análogo. Quando a superacumulação de capital se define, as circunstâncias que a suscitaram já atuam. Com relação a este fenômeno, que, já se disse, constitui o conteúdo das crises econômicas, isto é, a existência de capital em excesso com relação às possibilidades de valorização, deve-se fazer a seguinte advertência: “Dizer que as crises são de superacumulação, não é o mesmo que afirmar que elas são *provocadas*⁷⁶ pela superacumulação”.

⁷⁶ Destaque no original.

Ainda, com relação à Lapavitsas (2009^a, 2009^b, 2010) e Dos Santos (2009) e sua noção peculiar de financeirização, pode-se argumentar que o foco na explicação das crises apenas nas transformações ocorridas no setor financeiro nas últimas décadas, sem inclusive atribuir qualquer causalidade desse fenômeno com a redução do ritmo de acumulação de capital industrial, indica que estes autores também se ativeram apenas à forma de manifestação da crise atual, sem atentar para uma análise das causas desse fenômeno que ultrapassasse seu nível mais imediato de manifestação.

Desta forma, as propostas teóricas citadas acima (e apresentadas no capítulo anterior) não foram capazes de oferecer uma explicação para as crises econômicas em geral (e para a atual em particular) que levasse em conta as contradições fundamentais do sistema capitalista ou que tivesse como norte uma contradição que seja, em si mesma, uma totalidade. (Ibid., pp. 181-182)

3.3 Produção e apropriação de mais-valia: o cerne da questão

Já foram desenvolvidos, no primeiro capítulo deste trabalho⁷⁷, os argumentos que demonstram a contradição entre a produção social de mais-valia e a apropriação da mesma como algo que diz respeito apenas aos interesses privados apenas. Nesse sentido, as ações individuais na sociedade que corresponde ao modo de produção capitalista, no qual a riqueza assume a forma abstrata do valor, representado, em primeira instância, no dinheiro, têm por guia a apropriação, de preferência ilimitada, de mais-valia. Se valor é a igualação quantitativa de produtos de trabalhos qualitativamente distintos, a única determinação que é importa a este quesito é a quantidade. Certa quantidade de valor de troca só pode se distinguir de outra quantitativamente, ou seja, quanto mais, sempre melhor. No entanto, o processo através do qual uma mercadoria pode manifestar o seu valor e realizá-lo, de forma que o resultado possa ser apropriado por alguém, é um processo social. A articulação social entre diversos indivíduos é necessária para que o capital possa expandir-se, segundo a lógica que o constitui. Essas duas esferas entram constantemente em conflito, de forma que o processo de acumulação de capital,

⁷⁷ pp. 39-42.

manifestando suas tendências imanentes, ergue barreiras para a própria acumulação de capital, como se demonstrou no primeiro capítulo⁷⁸.

Essa contradição já pode ser percebida só pelo fato de considerar que esta sociedade se caracteriza pela articulação entre os indivíduos através da troca, isto é, em um nível de abstração no qual se considera que todos os indivíduos oferecem as mercadorias que dispõem, mas não lhes servem como objetos úteis, para adquirir outras que lhes sirvam como valores de uso (o que de fato acontece no mundo capitalista), sem considerar ainda o processo de acumulação de capital (denotando tratar-se de construção abstrata, uma vez que a sociedade na qual os indivíduos articulam-se, fundamentalmente, pela troca é a sociedade capitalista), ou seja, ao nível de análise da primeira parte de *O Capital*.

Pode-se mesmo prescindir, analiticamente, do dinheiro como instância de mediação das trocas para enxergar que o produtor privado de mercadorias, isoladamente considerado, deseja trocar a sua mercadoria, que para si é, portanto, apenas valor de troca, por outra que lhe satisfaça uma necessidade particular. O fim da troca, portanto, só diz respeito ao âmbito privado, mas o meio através do qual se pode satisfazer a necessidade pessoal é inextricavelmente social. Não apenas alguém deve ter produzido aquela mercadoria que um produtor privado necessita, mas não pôde produzir, como outro alguém (que fortuitamente pode até ser o mesmo que produziu o valor de uso que desperta o desejo do primeiro produtor) deve ter a mercadoria produzida por este produtor privado como um valor de uso. O valor é uma relação social, de forma que só pode manifestar-se na relação social, na troca, sendo aqui a instância de mediação entre os trabalhos e desejos privados. Segundo Marx, “não há possibilidade de o mesmo processo ser simplesmente individual e ao mesmo tempo simplesmente social e geral, para todos os proprietários de mercadorias”. (MARX, 2006, V.1, p. 111) Os dois pólos, o âmbito privado e o organismo social, constituem, portanto, uma unidade interna, no modo de produção capitalista, na sociedade na qual os indivíduos articulam-se pela troca dos produtos dos seus trabalhos, unidos pela necessidade de produzir valor. Essa unidade interna é formada, claramente, por âmbitos opostos, contrários.

A causa de um fenômeno que faz parte de uma totalidade como as crises cíclicas, que decorrem das tendências subjacentes ao modo de produção capitalista, uma totalidade em si mesma, não pode ser única, tem de ser também uma totalidade.

⁷⁸ pp. 17-39.

(CARCANHOLO, 1996, pp. 181-182) Como se pode perceber, a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação é uma contradição geral, que se encontra no cerne do modo de produção capitalista, englobando, inclusive, sua contradição mais básica, a que constitui a mercadoria, entre valor e valor de uso. Segundo Carcanholo (1996), a contradição entre produção e apropriação é uma totalidade das contradições do sistema. “Como as crises são desdobramentos dessas contradições, conclui-se que essa contradição fundamental é a causa das crises”. (Ibid., p. 182)

Deve-se ainda ressaltar um aspecto que ficou particularmente claro na apresentação da leitura da crise a partir da dialética do capital fictício, mas que também esteve presente na maior parte das leituras apresentadas: o caráter cíclico das economias capitalistas. Partindo-se da perspectiva aqui defendida, percebe-se que a contradição entre a produção e a apropriação da mais-valia é inerente ao modo de produção capitalista, nunca deixa de existir ou atuar, mas, manifesta-se ciclicamente. Ou seja, de tempo em tempo engendra uma crise, econômica, que leva a um processo cumulativo de destruição de capital que, por sua vez, abre espaço para um novo processo cumulativo (virtuoso) de acumulação. As saídas para as crises podem ser vistas como respostas do sistema aos problemas que impediram a continuidade normal, ou seja, expansiva, da acumulação de capital. Neste sentido, as causas historicamente específicas de uma crise, encontram-se nas especificidades do processo de acumulação que a precedeu, que emergiu a partir dos problemas trazidos à tona pela crise cíclica anterior.

Não apenas os autores identificados com leitura aqui defendida, Carcanholo (2010), Paineira e Carcanholo (2009), Aquino e Cipolla (2008), Jarquin, Campanário et alli. (2010), Carcanholo (2008, 2011) e Sabadini e Carcanholo (2008), como autores filiados a outras perspectivas marxistas empreenderam um retorno às décadas de 60 e 70 para daí seguir o caminho dos desenvolvimentos que levaram à crise atual, com clara visão cíclica. Incluem-se neste quesito: Kliman (2009^a, 2009^b, 2010), Harman (2008, 2009), Carchedi (2009), Brenner (2009), Husson (2009^a, 2009^b), Chesnais (2009^a, 2009^b, 2010) e Lapavitsas (2009^a, 2009^b, 2010). Patenteia-se, desta forma, que a perspectiva cíclica se faz fortemente presente nas leituras marxistas da dinâmica capitalista.

Quando se analisa as particularidades desta crise, tendo-se por guia uma teoria da totalidade das relações sociais capitalistas, ou seja, uma teoria que busca dar conta

desta totalidade, como é o caso da teoria de Marx que aqui é resgatada, percebe-se que uma categoria que há muito existe, ao menos desde a época do próprio Marx, ganha enorme relevância. Categorias denotam formas específicas de ser e com o capital fictício não poderia ser diferente. É capital e, portanto, define-se no processo de acumulação de capital, mas a forma como esse capital circula e a maneira pela qual se apropria de mais-valia é inteiramente peculiar.

3.4 – A lógica de acumulação do capital fictício: especificidade da crise atual

No capítulo anterior⁷⁹ demonstrou-se como a expansão do mercado financeiro desde a década de 70 pode ser enquadrada na lógica de acumulação de capital fictício. Mais especificamente, como a expansão no mercado imobiliário dos EUA no início da década passada corresponde a mais um momento de acumulação fictícia de capital. Mostrou-se o significado de capital fictício, o fato de ser fictício e real, ao mesmo tempo, sua relação dialética com a acumulação global de capital e o conseqüente aprofundamento da contradição que constitui a causa geral das crises econômicas como necessidade sistêmica⁸⁰.

Antes de tudo, deve-se ressaltar o fato de que alguns autores marxistas (não enquadrados dentre os que entendem a crise a partir do aprofundamento das contradições do capitalismo com a acumulação de capital fictício) perceberam que os títulos lastreados em hipotecas, cuja emissão acelerou-se bastante no início da década passada, levando à crise em 2007, poderiam ser analisados a partir da categoria do capital fictício de Marx. Dentre os que foram apresentados neste trabalho temos: Carchedi (2009), Chesnais (2009^a, 2009^b, 2010) e Lapavitsas (2009^a, 2010).

No entanto, enquanto o primeiro, Carchedi (2009), apenas menciona a categoria, sem explicar do que esta se trata, nem porque a mesma poderia ser utilizada para se entender a crise atual, os outros dois apresentam a categoria sem especificar de maneira clara sua diferença com relação à categoria do capital portador de juros.

⁷⁹ pp. 116-124.

⁸⁰ pp. 94-116.

No caso de Lapavitsas (2009^a, 2010), aspecto fictício desta forma de capital está relacionado apenas aos preços dos títulos correspondentes, ao invés de estar associado a um processo efetivo de criação de valor, e não apenas se apropriando da mais-valia gerada, ou seja, ao aprofundamento da ilusão do capital portador de juros expressa em seu ciclo peculiar de acumulação, D-D'. Essa definição incompleta, para dizer o mínimo, o leva a descartar a categoria. Segundo o autor, a utilização da categoria levaria à conclusão de que a lucratividade geral da economia teria sido exagerada. Para Lapavitsas: “The result of this argument is to divert attention from precisely the point that needs explaining, namely the existence of enormous financial profits while general profitability has been weak”. (LAPAVITSAS, 2010, p. 11)

Já Chesnais (2009^a, 2009^b, 2010) não descarta a utilização da categoria, pelo contrário demonstra sua crença no poder explanatório desta frente à crise atual, sem, contudo, aproveitá-lo plenamente. Em primeiro lugar, para este autor a única diferença substantiva entre capital fictício e capital portador de juros é o fato de que estes dão origem a títulos que correspondem aqueles. O capital portador de juros, segundo o autor, também seria “fictício” do ponto de vista da totalidade, isto é, não seria capital no pleno sentido da palavra, mas apenas do ponto de vista individual. (CHESNAIS, 2010). O autor até considera que esses tipos de capitais representam funcionalidade e disfuncionalidades para o processo global de acumulação de capital, mas não é capaz de explorar profundamente esta questão por não associá-la rigorosamente à teoria do valor de Marx.

Do ponto de vista aqui defendido, a dialética das formas autonomizadas do capital, em especial, do capital fictício, aprofunda a contradição entre o aspecto privado da apropriação de mais-valia e o caráter social da sua produção. Não se pode, portanto, considerá-las meras formas parasitárias de capital, mas o próprio impulso que concedem a acumulação de capital em sua totalidade deve levar ao desenvolvimento, em termos lógico-dialéticos, de suas contradições, uma vez que o sistema de crédito corresponde ao principal propulsor da acumulação de capital e, portanto, de sua expansão para além dos limites de sua possibilidade de valorização. Quer esteja relacionada, ou não a capital que exista efetivamente (materialmente) e, portanto, à criação de valor, o capital fictício possibilita a criação de meios virtualmente ilimitados de apropriação de mais-valia, sem considerar (uma vez que diz respeito apenas ao âmbito individual) as limitações sociais de sua produção.

3.5 – Síntese

Ao longo deste trabalho apresentou-se uma síntese do que pode ser retirado em termos de explicação para as crises cíclicas do capitalismo da obra de Marx; em seguida, alguns dos principais trabalhos surgidos para tentar dar conta da crise atual invocando, de alguma forma, a herança teórica de Marx, foram abordados no segundo capítulo. Espera-se que esse esforço tenha sido suficiente para mostrar que, confrontando-se essas duas primeiras partes do trabalho, a maior parte das interpretações marxistas da crise atual, todas à exceção de uma, para ser mais exato, não é capaz de aproveitar, da melhor maneira possível, toda a fecundidade, em termos de capacidade de revelar as conexões causais responsáveis pela processualidade cíclica do capitalismo e, mais especificamente, de desvelar o que está por trás da forma mais recente de manifestação das crises capitalistas.

Os autores que buscaram explicar a crise atual a partir da lei de tendência à queda da taxa de lucro cometeram um equívoco clássico. Confundiram forma de manifestação com causa das crises. Deve-se notar que quando caem as taxas de lucro a um nível que torna impossível a continuidade normal do processo de acumulação de capital, as causas que fizeram com que tal situação emergisse já atuaram. É fato consumado e de conhecimento geral que as taxas de lucro caem em momentos de crise, assim como a taxa de acumulação de capital. No entanto, dizer que a queda da taxa de lucro é a explicação para esse fenômeno, implica em dizer que a causa da queda da taxa de lucro é a queda da taxa de lucro, ou seja, que a causa da crise econômica é a própria crise econômica. Ou seja, em nada contribui para que se avance na explicação para a forma específica que a sociedade capitalista se apresenta diante de nossos olhos e à custa do sofrimento de grande parte da população mundial. Ademais, a leitura oferecida por estes autores transforma, como se visto, uma lei de tendência, em uma lei determinista, ou seja, acreditam que a mera constatação da redução na taxa de lucro seria suficiente para atestar a validade da lei. Na verdade, a lei de tendência à queda da taxa de lucro, conseqüência necessária da lei do valor, não pode ser comprovada ou refutada pela observação empírica do comportamento da taxa de juros.

Os que interpretam os acontecimentos que levaram à essa configuração específica do capitalismo, chamada, pelos mesmos, de *capitalismo financeirizado*, a partir da incapacidade de se realizar todo o valor produzido, situação gerada pelo próprio processo de acumulação de capital, mas que acabaria por constituir uma barreira a ele próprio, cometem equívocos similares. Em primeiro lugar, crises manifestam-se, de fato, como incapacidade de realização de todo valor produzido e, portanto, como estorvo do processo de acumulação de capital, mas esse fenômeno não se explica por si só. Mais uma vez, a crise não pode ser explicada pela crise. A confusão entre forma de manifestação e causa indica que não se conseguiu ir além da forma mistificada como o conteúdo do processo capitalista de produção se manifesta, isto é, que se cometeu erro similar ao dos economistas burgueses. O trabalho científico que se propõe crítico deve ir além das formas de manifestação, deve buscar o conteúdo por trás da aparência imediata, como única forma possível para se compreender os mecanismos causais responsáveis pela forma como se apresenta a sociedade capitalista. Em segundo lugar, como se demonstrou no primeiro capítulo, o processo de acumulação de capital não apenas apresenta uma *tendência* a criar barreiras para a realização do valor produzido, como possui, ao mesmo tempo, *tendência* a aumentar a massa de consumidores⁸¹. Ou seja, à medida que o processo de acumulação de capital desenrola-se através do ímpeto privado à acumulação máxima de mais-valia, seu modo típico de reprodução se dá na forma ampliada. Assim, há tendência ao aumento do consumo produtivo, o que implica em tendência ao aumento do consumo pessoal pelo maior número de trabalhadores empregados, além de tendência à expansão geográfica, ampliando o número de consumidores de mercadorias, criação de novos valores-de-uso pela exploração da natureza aliada ao progresso científico sob o julgo do capital. Em suma, os autores que vêm no “subconsumo” a causa das crises, tratam de maneira determinista uma das *tendências* do processo de acumulação de capital.

Dentre os autores abordados na seção 2.3 (“A *financeirização* do capitalismo e sua crise”) há uma diferença fundamental que ressalta um aspecto que os dois lados – o da *financerização* causada pela sobre-acumulação de capital na produção e o da *financeirização* como processo de expropriação financeira – são incapazes de dar conta, e que é fundamental para a *Crítica da Economia Política* de Marx. No primeiro caso, François Chesnais diz que a explicação para a crise, apesar de esta ter se manifestado

⁸¹ pp. 37-40.

inicialmente na esfera da circulação, deve ser buscada na esfera da produção (atitude similar pode ser vista nos autores incluídos nas demais seções do capítulo 2, à exceção dos que interpretam a crise a partir da lógica de acumulação de capital fictício); já os economistas marxistas do *SOAS*, em especial Costas Lapavitsas e Paulo dos Santos, acreditam que se deva olhar unicamente para a esfera da circulação, a fim de que se evite cair na armadilha de tratar os capitais que apenas se apropriam de um valor que não produzem como meras formas parasitárias. Contudo, como se viu, as crises econômicas no capitalismo devem ser entendidas a partir do nexos dialético entre as condições de produção e as condições de realização da mais-valia. Isto é, as barreiras ao processo de acumulação de capital postas por ele próprio surgem como resultado do ímpeto privado à apropriação da maior parcela da mais-valia produzida socialmente, em contradição com as condições sociais da produção e realização da mais-valia, como demonstrado na seção 1.2 deste trabalho. Acredita-se que tal relação não possa ser vista sem um tratamento rigoroso da lei do valor tal qual exposta por Marx. Ademais, essa falta de rigor, nesses autores, pode ser vista como causa da leitura insuficiente, para dizer o mínimo, que fazem da categoria capital fictício.

Por fim, demonstrou-se que a categoria capital fictício, corretamente entendida, isto é, como aprofundamento da contradição entre produção e apropriação de mais-valia, algo que só pode ser entendido a partir da lei do valor de Marx, representa uma poderosa ferramenta para se entender a configuração atual do capitalismo, isto é, o ciclo de acumulação principiado na década de 1970 e sua crise, manifesta com maior força desde 2007 até o presente momento. Como foi visto, a interpretação da crise atual a partir da lógica de acumulação de capital fictício representa uma rigorosa apreensão da *Crítica da Economia Política* de Marx, dando conta da relação dialética entre produção e apropriação de mais-valia, entre capital produtivo e capitais que habitam unicamente a esfera da circulação, sem cair no maniqueísmo comum tanto a leituras tradicionais em teoria econômica, de inspiração keynesiana, quanto de autores declaradamente inspirados em Marx. A partir da perspectiva apresentada percebe-se que não se trata de priorizar uma forma de acumulação em detrimento da outra, pelo contrário, percebe-se como a acumulação de capital em diferentes esferas é condição necessária para a acumulação global de capital, como se produziu demonstrar, e, portanto, que é pura ilusão a defesa de um capitalismo regulado, sem crises. A tarefa dos que lançam um olhar crítico à sociedade capitalista deve ser, portanto, entender a forma de dominação

específica desta sociedade e as leis de movimento subjacentes à mesma, em seus resultados contraditórios. Até hoje a teoria de Marx representa o melhor ponto de partida para este tipo de programa de pesquisa.

Referências bibliográficas

AQUINO, Dayani Cris & CIPOLLA, Francisco Paulo. *O capital fictício e a crise imobiliária*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº23, p.7-25, Rio de Janeiro, Dezembro/2008.

BHASKAR, Roy, *The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*. New York, Routledge, 1998.

BRENNER, Robert, *What is good for Goldman Sachs is good for America: the origins of the current crisis*. Los Angeles, UCLA, 2009.

CARCANHOLO, Marcelo Dias, *Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista*. Dissertação de Mestrado, UFF, Rio de Janeiro, 1996.

_____, *A Crise Econômica Atual e seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora*. Revista Aurora, ano IV, número 6, 2010.

CARCANHOLO, Reinaldo, *Aspectos teóricos de la crisis capitalista*. 2008. Disponível em: www.herramienta.com.ar

_____, *A Atual Crise Capitalista*. 2011. Disponível em: http://www.observatoriodelacrisis.org/2011/02/a-atual-crise-capitalista/?lang=pt-br#_ftn1

CARCANHOLO, Reinaldo & SABADINI, Mauricio. *Capital Ficticio y Ganancias Ficticias*. Revista Herramienta, nº37, Buenos Aires, Março/2008. Disponível em: www.herramienta.com.ar.

CARCHEDI, Guglielmo, *The return from the grave or Marx and the present crisis*. 2009. Disponível em: www.isj.org.uk

CARVALHO, Fernando, *Is this It? Are We Witnessing the Great Depression of the 2010's?* Mimeo, 2009.

CIPOLLA, Francisco Paulo, *Interpretações marxistas da crise atual*. Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política, São Luiz, 2010.

CHESNAIS, François, *La preeminência de las finanzas em el seno del “capital em general”, el capital ficticio y el movimiento contemporáneo de mundialización del capital*, in: *Las finanzas capitalistas*. Buenos Aires, Ediciones Herramienta, 2009^a.

_____, *La recesión mundial: el momento, las interpretaciones y lo que se juega en la crisis*. 2009^b. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-40/la-recesion-mundial-el-momento-las-interpretaciones-y-lo-que-se-juega-en-la>

_____, *Crisis de sobreacumulación mundial, crisis de civilización*. 2010. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-5/crisis-de-sobreacumulacion-mundial-crisis-de-civilizacion>

DÍAZ, Pedro López. *Capitalismo, Teoría y Crisis*. Ciudad de México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.

Dos SANTOS, Paulo, *At the heart of the matter: household debt in contemporary banking and the international crisis*. Research on Money and Finance, Discussion Paper 11, 2009. Disponível em: www.researchonmoneyandfinance.org

DUAYER, Mário & MEDEIROS, João Leonardo, Marx, *Estranhamento e Emancipação: O Caráter Subordinado da Categoria Exploração na Análise Marxiana da Sociedade do Capital*. Texto preparado para o I Encontro Nacional de Economistas Marxistas: Seminário Comemorativo dos 140 anos de O Capital, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico – UFPR, Curitiba, Outubro/2007.

FOSTER, John Bellamy & MAGDOFF, Fred. *La Gran Crisis Financiera: causas y consecuencias*. Madrid, FCE, 2009.

FOSTER, John Bellamy & McCHESNEY, Robert. *Monopoly-Finance Capital and the Paradox of Accumulation*. Monthly Review, October 2009. Disponível em: www.monthlyreview.org

HARMAN, Chris. *From the credit crunch to the spectre of global crisis*. 2008. Disponível em: www.isj.org.uk/index.php4?id=421

_____, *The slump of the 1930s and the crisis today*. 2009. Disponível em: www.marx.org

HOBSBAWM, Eric, *Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUSSON, Michel. *Crisis de la finanza o crisis del capitalismo?* 2009^a. Disponível em: <http://hussonet.free.fr/denknesp.pdf>

_____, *La crisis en perspectiva*. 2009^b. Disponível em: <http://hussonet.free.fr/iire9e.pdf>

JARQUIN, Antonio & CAMPANÁRIO, Paulo, et alli, *La Gran Depresión del Siglo XXI: la función del trabajo improductivo y del capital ficticio*. 2010. Disponível em: www.observatoriodelacrisis.org

KATZ, Claudio. *Interpretaciones de la Crisis*. 2010. Disponível em: www.lahaine.org/katz

KEYNES, John Maynard, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, São Paulo: Abril Cultural, 1985.

KLIMAN, Andrew. *On the roots of the current economic crisis and some proposed solutions*. 2009^a. Disponível em: tomweston.net

_____, “The *Destruction of Capital*” and the Current Economic Crisis. 2009^b. Disponível em : <http://akliman.squarespace.com/crisis-intervention/>

_____, *A Crisis of Capitalismo (not neoliberalism, “financialized capitalism”, or low wages)*. 2010. Disponível em: <http://www.marxisthumanistinitiative.org/wp-content/uploads/2010/10/a-crisis-of-capitalism-rvsd-1027101.pdf>

KREGEL, Jan, *Minsky’s Cushions of Safety: systemic risk and the crisis in the U.S. Subprime mortgage market*. The Levy Economics Institute of Bard College, Public Policy Brief, nº93, 2008.

LAPAVITSAS, Costas. *Financialised Capitalism: crisis and financial expropriation*. Research on Money and Finance, Discussion Paper 1, 2009^a. Disponível em: www.researchonmoneyandfinance.org

_____, *Financialisation or the search for profits in the sphere of circulation*. Research on Money and Finance, Discussion Paper 10, 2009^b. Disponível em: www.researchonmoneyandfinance.org

_____, *Financialisation and capitalist accumulation: structural accounts of the crisis of 2007-9*. Research on Money and Finance, Discussion Paper 16, 2010. Disponível em: www.researchonmoneyandfinance.org

LUKÁCS, György, *Ontologia do Ser Social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____, *Ontologia del ser social: El trabajo*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2004.

MARX, Karl, *Collected Works, Volume 28, Marx: 1857-1861(Gründrisse)*. Moscow, Progress Publishers, 1986.

_____, *Teorias Sobre la Plusvalia*, Volume 2. Buenos Aires, Editorial Cartago, 1975.

_____, *O Capital: Crítica da Economia Política*, 6 volumes. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006.

MEDEIROS, João Leonardo & CARCANHOLO, Marcelo, *Trabalho no Capitalismo Contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho*. Mimeo, 2011.

MINSKY, Hyman, *Stabilizing an Unstable Economy*. New York: McGraw Hill, 1986.

NAKATANI, Paulo, *La Gran Depresión del Siglo XXI: la función del trabajo improductivo y del capital fictício*. 2009. Disponível em: www.hierramienta.com.ar

PAINCEIRA, Juan Pablo & CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Crise Alimentar e Financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício*. Anais do 6º Colóquio Marx e Engels, CEMARX, Unicamp, Campinas, 2009.

RIBEIRO, Nelson Rosas, *A Crise Econômica: uma visão marxista*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2008.

SAAD-FILHO, Alfredo, *Reflexões Sobre a Crise do Neoliberalismo*. Revista Versus ano I n 2, 2009.

SWEEZY, Paul, *Monopoly Capital after Twenty-Five Years*. Monthly Review, 1991. Disponível em: www.monthlyreview.org

WRAY, Randall, *The rise and fall of money manager capitalism: a minskyan approach*. Cambridge Journal of Economics, 33, 2009.